

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Daniel Messias dos Santos

**OS SENTIDOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO
PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DE SÃO
LUIZ DO PARAITINGA**

Taubaté – SP

2016

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Daniel Messias dos Santos

**OS SENTIDOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO NO
PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DE SÃO
LUIZ DO PARAÍTINGA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação. Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva. Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rachel Duarte Abdala

Taubaté – SP

2016

DANIEL MESSIAS DOS SANTOS

Os sentidos da patrimonialização no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação. Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Rachel Duarte Abdala

Data: 16/02/2016

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. ANDRÉ LUIZ DA SILVA

Universidade de Taubaté

Assinatura_____

Prof^a Dr^a RACHEL DUARTE ABDALA

Universidade de Taubaté

Assinatura_____

Prof. Dr. RODRIGO MANOEL DIAS DA SILVA

Universidade Vale dos Sinos

Assinatura_____

Prof^a Dr^a SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO

Universidade de Taubaté

Assinatura_____

Era Assim!

Noite chegou
Sol se pôs
Sombras sumiram
Estrelas reluziram
Friozinho da tarde
Pelas ruas correndo
Lua clara no céu estrelado
Pássaros em silêncio
Sapos coaxando na beira do rio
Barulhinho das águas correntes
Do Pára- i – tinga:
O rio das águas claras.
[...]
No belo largo da matriz
crianças brincando!
Até nove horas
Para elas tem limite.
Igreja cheia de gente
A reza de toda tarde.
Cadeiras colocadas na rua
sendo retiradas das calçadas
Pessoas se adentrando.
E, tempo decorrido,
De repente, as badaladas
arrastadas do
Sino grande da Matriz...
Era assim!

(Professor Dr. Aziz Ab'Saber)

Dedico este trabalho antes de tudo a Deus, por me permitir ser.

Especialmente à minha mãe, Lourdes Claudino dos Santos, a mais sábia de todas as mulheres que conheço e para quem dedicarei sempre todos os meus diplomas, afinal, ela, não tendo estudado, decidiu que seus filhos estudariam e, por isso, estou aqui. Ser como ela será para sempre minha utopia.

AGRADECIMENTOS

A meu pai, Miguel Mariano, e meu irmão José Francisco, que não estão mais aqui, mas que junto a meus outros irmãos, Maria Helena, Benedita Cleonise, João Batista, Rodolfo Gabriel e Elias Rafael, e a todos os meus familiares partilham comigo o sentido de viver. Vocês e eu somos um.

À Leila Nascimento, que participou de todas as etapas, compartilhando a ansiedade, sempre com a certeza de que tudo estava perfeito no meu trabalho, mesmo quando eu discordava frontalmente. Juntos somos mais fortes.

Ao Professor Doutor André Luiz da Silva, meu orientador, que com paciência e muita sabedoria, me fez encontrar o caminho que me traria ao momento final desta pesquisa, com a consciência de que ela nunca acaba. Tem minha admiração.

À Professora Doutora Rachel Duarte Abdala, minha coorientadora, uma espécie de anjo, que chegou de mansinho e tornou-se uma referência para o meu trabalho, partilhando comigo o mesmo amor a São Luiz do Paraitinga. Aprendi como fazer uma orientação mantendo a elegância, corrigindo com respeito e reconhecendo cada progresso. Permita-me imitá-la quando eu for um orientador. Minha profunda gratidão.

Ao Professor Doutor Rodrigo Manoel Dias da Silva, que gentilmente atendeu a meu convite para participar da banca de qualificação e de defesa desta dissertação, contribuindo com seu conhecimento para que este trabalho seja relevante e contribua com novas reflexões. Uma honra tê-lo neste trabalho.

À Professora Doutora Suzana Lopes Salgado Ribeiro, por colaborar, instruir, participar e envolver-se com o trabalho, tornando-o mais qualificado e adequado para a defesa.

Às Professoras Doutoradas Márcia Maria Dias dos Reis Pacheco e Maria Aparecida Campos Diniz de Castro (Nena), a quem aprendi a admirar o profissionalismo e, ao mesmo tempo, o jeito carinhoso de corrigir meus rumos. Ser professor é imitá-las.

Aos Professores do Mestrado, que conosco caminharam e, durante todo o tempo, souberam dividir a experiência, os conselhos, as polêmicas, os acertos e os desacertos que fizeram esta caminhada mais vitoriosa.

Aos meus colegas do Mestrado em Desenvolvimento Humano a quem admiro pela garra e pelos múltiplos talentos que nos fizeram uma grande turma. Sou fã de todos vocês, mas permito-me citar Fábio Amaral e Camila Sá Boaventura, meus companheiros de angústias.

Aos funcionários do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano pelo atendimento sempre gentil e dedicado, em particular à Alessandra Calil, a gentileza em pessoa.

À Thelma Teodoro, professora e minha ex-aluna, que fez a revisão do texto para me fazer parecer um bom escritor e à Rita de Cássia Ivo Moradei, minha sempre professora, que fez a revisão do resumo em inglês.

Aos muitos luizenses que, tomando conhecimento da minha pesquisa, me estimularam, contribuíram, comentaram, compartilharam e, acima de tudo, emocionaram-se com o tema. Especialmente a João Rafael Cursino, Marco Rio Branco, Milton Carlos e Danilo Pereira, que trocaram ideias e compartilham ideais comigo. São Luiz do Paraitinga é o que nos une, essencialmente.

RESUMO

A cidade de São Luiz do Paraitinga localizada no interior do Estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba, sofreu nos primeiros dias de 2010 o maior desastre natural de sua história. O maior desafio após aquele momento era definir como seria feita a reconstrução dos prédios carregados de valor simbólico destruídos pela enchente — cujo exemplo emblemático é a Igreja Matriz de São Luís de Tolosa. Este evento crítico — enchente — provocou o questionamento deste trabalho que tem como objetivo investigar e interpretar a dimensão simbólica e política que aparecem na patrimonialização de uma cidade considerada patrimônio histórico nacional. A percepção do cidadão luizense quanto a esses aspectos, os conflitos que aparecem nas questões ligadas aos órgãos do patrimônio e aos agentes externos — governo estadual e federal —, os interesses relacionados ao patrimônio, a relação entre patrimônio cultural material e imaterial são temas discutidos neste trabalho. O objeto de pesquisa é a patrimonialização, os sentidos ligados ao patrimônio e, ainda, a percepção dos órgãos envolvidos na reconstrução da cidade e os proprietários de bens tombados em relação ao tombamento. Para realizar a pesquisa investigativa e qualitativa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante. Na análise foi utilizada a triangulação de dados. Conclui-se que o conceito de patrimonialização caminha para uma definição de patrimônio coletivo, construído por intermédio de uma educação para o patrimônio e por um debate entre os órgãos do patrimônio e a comunidade envolvida na patrimonialização, com o objetivo de uma valorização coletiva do tombamento. No processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga, inúmeras vezes, apareceram questionamentos e conflitos sobre os sentidos da patrimonialização e, diante do impacto causado pelo incidente crítico que foi a grande enchente, os debates e as audiências coletivas foram importantes para que o patrimônio fosse bem mais que um tema técnico especializado e incorporasse os sentidos de memória, historicidade e pertencimento às decisões tomadas para devolver ao Estado de São Paulo e ao Brasil um patrimônio histórico, artístico e arquitetônico tombado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimonialização. Desenvolvimento Humano. São Luiz do Paraitinga-SP. Memória.

ABSTRACT

The city of São Luiz do Paraitinga, located in the state of São Paulo, in the Region of Paraíba Valley, suffered at the beginning of 2010, the biggest natural disaster in its history. The largest challenge after that moment was: how it would be done the reconstruction and how would be destroyed the buildings full of symbolic value — with emblematic example is the Church of São Luis de Tolosa. This critical event — 2010 flood — caused the questioning of this research, which aims to investigate and interpret the symbolic and political dimension that appears in the patrimony of a city considered National Historic. The perception of luizense citizens on these matters, conflicts appearing in issues related to patrimony offices and external agents — state and federal government — the interests related to property, the relationship between cultural material and imaterial patrimony are topics discussed in this work. The research is the patrimonialization, the meanings attached to equity and also the perception of the organs involved in the city's reconstruction and owners of buildings under governmental trust in relation to fall down. To carry out investigative and qualitative research, were used semi-structured questions and participant observation. In analysis, was used a data triangulation. It concludes that the concept of patrimony is heading towards a definition of collective patrimony, buit through an education for equity and for a discussion involving heritage agencies and the community involved in patrimony, with the aim of a collective, appreciation tipping. In the process of reconstruction in São Luiz do Paraitinga, numerous times appeared questions and conflicts on the meanings of patrimony and on the impact of the critical incident that was the great flood, the discussion and collective hearings were for that heritage was more than a technical discussion and that were incorporated specialized memory senses, historicity and belonging to decisions to return to the State of São Paulo and Brazil a historical, artistic, architectural building under governmental trust.

KEYWORDS: Patrimonialization. Human Development. São Luiz do Paraitinga-SP. Memory.

LISTA DE SIGLAS

CEP-UNITAU	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
PCH	Programa de Cidades Históricas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
PSF	Programa Saúde da Família
UNESP	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
ONG	Organização Não-Governamental
CEMADEN	Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
TELESP	Telecomunicações de São Paulo
FAMIG	Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia
CERESTA	Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Centro de São Luiz do Paraitinga – SP submerso (2010)	31
Imagem 2. Torre da Igreja Matriz no momento da queda (2010)	33
Imagem 3. Obra da Igreja Matriz de São Luiz, cobertura e campanário feitos pelo IPHAN (2013)	54
Imagem 4. Configuração de São Luiz do Paraitinga (1884)	62
Imagem 5. Igreja Matriz e praça de S. Luiz do Paraitinga (1929-1930)	66
Imagem 6. Igreja do Rosário – primeira construção (1906)	67
Imagem 7. Procissão de São Benedito – ao fundo, Igreja do Rosário em construção (1902)	68
Imagem 8. Igreja do Rosário (2015)	69
Imagem 9. Igreja das Mercês após reconstrução e restauração (2011)	72
Imagem 10. Imagem restaurada de Nossa Senhora das Mercês (2011)	73
Imagem 11. Procissão do Enterro (2012)	75
Imagem 12. “Seu Dorvo” preparando o afogado (2009)	79
Imagem 13. Procissão de encerramento da Festa do Divino (2015)	82
Imagem 14. Vista parcial da Praça central de São Luiz após a enchente (2010)	105
Imagem 15. Cerimônia de entrega da capela das Mercês reconstruída (2011)	108
Imagem 16. Antigo prédio ao lado da Igreja Matriz destruído pela enchente (2007)	109
Imagem 17. Prédio destruído, em destaque única parede em pé (2010)	110
Imagem 18. Prédio reconstruído no lugar de um antigo casarão (2014)	111
Imagem 19. Desenho de alunos luizenses no tapume da obra da Matriz (2010)	113
Imagem 20. Igreja Matriz São Luís de Tolosa no dia da inauguração (2014)	116
Imagem 21. Primeira missa na Matriz (2014)	117
Imagem 22. EE Monsenhor Ignácio Gióia (2012)	121
Imagem 23. Residencial entregue aos desabrigados da enchente (2010)	122
Imagem 24. Local da futura rua da Música, às margens do rio Paraitinga (2015)	123
Imagem 25. Padre Tequinho sepulta a cápsula do tempo na nova Matriz (2014)	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Tipo de Pesquisa	16
Sujeitos da Pesquisa	16
Instrumentos	18
Procedimentos para Coleta de Dados	19
Procedimentos para Análise de Dados	21
Problema	24
Objetivos	24
Objetivo Geral	24
Objetivos Específicos	25
Delimitação de Estudo	25
Relevância de Estudo	26
Organização do Trabalho	28
1 A ENCHENTE DO RIO PARAITINGA FAZ EMERGIR UM NOVO SIGNIFICADO PARA A PATRIMONIALIZAÇÃO	30
2 OS SENTIDOS E OS SIGNIFICADOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO	41
2.1 A invenção das tradições e os significados do patrimônio	41
2.2 Os sentidos da patrimonialização no Brasil	44
2.1 Os sentidos da patrimonialização em São Luiz do Paraitinga	53
3 SÃO LUIZ DO PARAITINGA – SUA HISTÓRIA E SUA CULTURA	59
3.1 Os templos religiosos	64
3.1.1 Igreja Matriz São Luís de Tolosa	64
3.1.2 Igreja Nossa Senhora do Rosário	66
3.1.3 Capela Nossa Senhora das Mercês	70
3.2 A religiosidade luizense	74
3.2.1 Semana Santa	74
3.2.2 Festa do Divino	76
3.3 Manifestações da cultura popular	83
4 OS SENTIDOS DO TOMBAMENTO DE UMA CIDADE	90
4.1 São Luiz do Paraitinga/Iguape: um novo conceito de tombamento	98

5 A RECONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO NACIONAL	104
5.1 Os conflitos: mudanças e permanências na reconstrução do patrimônio	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	152
ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

Um evento crítico como uma enchente que atinge o centro de uma cidade histórica com casarões do século XIX ainda preservados e tombados por órgãos do patrimônio deixará sempre marcas importantes. Considerando que os danos sejam traumáticos, como a queda da Igreja Matriz da cidade e de casarões tombados, a perda de documentos pessoais e de objetos de memória, como fotos, móveis e outros pertences será marca ainda mais profunda. Perdas simbólicas importantes, de caráter coletivo, provocarão debates e conflitos que aparecerão em vários momentos, desde a gestão da crise no momento do evento até a organização do processo de reconstrução.

Apesar de notáveis, não será somente o socorro do aparato do Estado ou a solidariedade das pessoas que enviam mantimentos e gêneros de primeira necessidade que bastarão. Os atores que decidirão como se dará esse processo são igualmente importantes e, entre eles, podem ou não aparecer os moradores locais. O papel que os moradores assumirão durante e depois do desastre pode significar o protagonismo ou a submissão aos agentes do Estado.

A cidade de São Luiz do Paraitinga, objeto desta pesquisa, permitiu analisar essas questões. A cidade foi atingida por uma cheia histórica no primeiro dia do ano de 2010 que destruiu ou danificou parte significativa de seus prédios tombados como patrimônio histórico, que fez ruir a Igreja Matriz — símbolo de religiosidade e de identidade para os luizenses —; que retirou das casas do centro histórico todos os seus moradores e que ainda levou para o rio Paraitinga objetos, documentos, fotos, que formavam parte da memória dos luizenses. Isso fez daquele momento um marco que ficará para sempre na história da pequena cidade do interior do Estado de São Paulo.

A comunidade local socorreu a própria comunidade no auge do desastre. As companhias de rafting, usando o conhecimento que tinham do próprio rio, foram resgatando e tirando os moradores de casas inundadas ou submersas. Ninguém morreu. Os moradores das áreas mais altas iam dando abrigo, alimento e prestando solidariedade para quem estava desabrigado, dividindo o que ainda tinham para dividir, porque todos estavam ilhados. Uma

rede de autoproteção e autogestão instalou-se, para que ninguém ficasse abandonado à própria sorte.

Passado o primeiro impacto e com a chegada do aparato estatal, os moradores já começavam a se perguntar como fariam para ter de volta a São Luiz do Paraitinga dos dias tranquilos e dos hábitos interioranos.

Os debates e os conflitos apareceram. Qual o papel de cada um no processo que se iniciava? O que cabia ao poder público, ao cidadão luizense, aos órgãos do patrimônio? De onde viriam os recursos e quem seria o gestor? Os projetos da reconstrução seriam puramente técnicos ou considerariam o desejo dos cidadãos luizenses? Proprietários dos prédios tombados — destruídos ou danificados — e os órgãos do patrimônio conversariam ou a decisão sobre o destino dos imóveis seria política?

Tão importante quanto ter o recurso para a reconstrução era debater a própria reconstrução. Não era uma cidade atingida por um desastre natural apenas, era a cidade com o maior conjunto arquitetônico tombado do Estado de São Paulo e que, ao ser reconstruído, precisaria decidir como ficaria a patrimonialização desse conjunto arquitetônico e todas as nuances que envolvem essa questão.

A condição de uma cidade como patrimônio cultural passa por todos esses processos, que vão desde a fundação da cidade, seus caminhos e descaminhos ao longo do tempo, suas manifestações culturais, sua religiosidade, seus monumentos, a memória de seus moradores e seu pertencimento e chega ao tempo presente, quando após um desastre natural que abala não só suas construções arquitetônicas, mas também suas construções coletivas de patrimônio, obriga a estabelecer um debate em torno da reconstrução; obriga a reinventar esse patrimônio e obriga a pensar o futuro. Neste trabalho, aparecerão as questões dos significados da patrimonialização da cidade, a enchente como evento crítico e os conflitos e os debates para a sua reconstrução.

O Estado, os ministérios e as secretarias, os órgãos do patrimônio, os moradores, os proprietários de casarões do centro histórico atingidos, a Cúria Diocesana, a Defesa Civil local e do Estado, a Prefeitura Municipal, entre outros agentes, estavam envolvidos nas decisões que, durante e depois da enchente,

apareceram. Dentre esses agentes, esta pesquisa optou por coletar depoimentos de representantes dos órgãos do patrimônio, da Prefeitura Municipal e de proprietários ou ex-proprietários dos sobrados tombados no centro histórico atingidos pela inundação.

O conceito de patrimônio e os processos de patrimonialização aliados ao histórico da valorização do patrimônio no Brasil, a história e a cultura de São Luiz do Paraitinga, os investimentos e as decisões tomadas para a reconstrução da cidade, bem como os debates e os conflitos que apareceram durante esse processo, formam a estrutura desta pesquisa; por ela se caminhou, para atender ao objetivo de interpretar os sentidos da patrimonialização e sua relação com a memória no processo de reconstrução da cidade atingida por uma enchente histórica que, entre tantos outros bens culturais, destruiu a Igreja Matriz – símbolo de religiosidade para os luizenses.

O caminho percorrido neste trabalho de pesquisa guiou-se por vários aspectos de uma pesquisa interdisciplinar. Interdisciplinar porque as pessoas e as suas ações estão em análise, não sendo possível separar o sujeito e a pesquisa, considerando que os valores e os sentimentos de quem pesquisa buscam entender os conflitos que surgem de um evento crítico e o debate que aparece em torno dele.

As pesquisas em ciências sociais têm adquirido notoriedade e aceitação nos meios acadêmicos, por procurarem métodos e análises adequados a um trabalho que se propõe a analisar ações, tradições, patrimônios — porque não dizer sentimentos —, presentes em diferentes comunidades.

A pesquisa descreveu o local estudado em suas particularidades, narrando a história de São Luiz do Paraitinga por meio de pesquisadores que já se dedicaram a essa temática, procurando enfatizar aspectos da cultura, da religiosidade e da construção identitária luizense que constituem o patrimônio histórico e cultural desta cidade.

Trabalhando o conceito de patrimônio cultural, analisou-se o significado de patrimônio e os critérios técnicos e políticos usados pelos órgãos CONDEPHAAT e IPHAN, que fizeram o tombamento de São Luiz do Paraitinga. Documentos e depoimentos de sujeitos ligados ao tombamento e entrevistas

com representantes dos dois órgãos serviram de material de pesquisa para analisar esses critérios.

A pesquisa é qualitativa e, de acordo com Goldenberg (2004), adquire essa característica por valorizar o contexto e o significado do que é encontrado, por meio de interpretações das ações sociais.

São Luiz do Paraitinga e o processo de reconstrução da cidade, depois da enchente de 2010, permitem analisar a questão do patrimônio no contexto de todo o país, porque o desastre natural e as angústias dele decorrentes colocam em evidência o significado da patrimonialização e do tombamento. Para quem um bem é tombado? Como separar a identidade, a história e a memória de seus moradores e seus desejos — particularmente após um evento que destrói não apenas paredes e construções, mas acima de tudo atinge pessoas? O debate evidenciado nesta pesquisa vai além da tecnicidade das decisões sobre o patrimônio, considera a relação das pessoas com seu patrimônio. São Luiz do Paraitinga ajudou a humanizar a patrimonialização, deu a ela um novo e importante significado.

Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa do problema; analisou o significado de patrimônio para diferentes atores envolvidos no tombamento e na reconstrução de São Luiz do Paraitinga assim como analisou os conflitos relacionados à patrimonialização de um bem histórico e cultural após a maior enchente de sua história, em 2010, e a relação entre patrimônio e construção identitária de uma comunidade.

Sujeitos da Pesquisa

Na pesquisa, por intermédio das entrevistas semiestruturadas, foram ouvidas ao todo, sete pessoas: moradores de casarões, membros de órgãos do patrimônio e representante ligado ao setor de patrimônio e cultura da Prefeitura Municipal.

No segmento “proprietários ou ex-proprietários de casarões”, a divisão foi assim estabelecida: foram ouvidos três proprietários e um ex-proprietário de casarões tombados como patrimônio histórico na praça central de São Luiz do Paraitinga.

Foram quatro entrevistados para que ficasse caracterizado o depoimento de um proprietário que está de volta ao casarão restaurado, morando no Centro Histórico; um que restaurou o casarão, mas decidiu não habitá-lo, e sim alugá-lo como ponto comercial; um que está aguardando a restauração; por fim, um que decidiu vender o imóvel. Todos, porém, morando atualmente em São Luiz do Paraitinga.

As quatro possibilidades analisadas permitiram aferir a percepção desses proprietários e do ex-proprietário sobre patrimônio histórico, tombamento, política de restauração, apoio do poder público, enfim, analisar o contexto do antes e do depois da enchente, a partir de decisões diferentes quanto ao que fazer com o imóvel tombado por órgãos do patrimônio, assim como a construção identitária do luizense, por meio de bens culturais, presentes ou não, na percepção dos proprietários de bens tombados. Foi importante ouvir um de cada segmento, porém não foi necessário ouvir todos os proprietários de casarões tombados, considerando o que se objetivava alcançar com a pesquisa.

Um representante do IPHAN — que participou ativamente no processo de tombamento provisório, em 2009, e do tombamento definitivo, após a enchente, em 2010 — foi entrevistado para analisar a percepção do significado de patrimônio histórico e cultural, analisar as decisões políticas no tombamento e na preservação de bens materiais e imateriais e analisar, ainda, a reconstrução de São Luiz do Paraitinga por intermédio de bens imóveis — como os casarões e a Igreja Matriz —, além da decisão de tombamento da paisagem do centro histórico.

Um representante do CONDEPHAAT foi entrevistado, para igualmente conhecer o significado de patrimônio cultural, além de investigar a política de tombamento, as decisões políticas envolvidas, a valorização do patrimônio e a reconstrução de São Luiz do Paraitinga.

O poder público local foi entrevistado, por intermédio de um representante ligado ao patrimônio e que acompanhou todo o processo ocorrido nos últimos anos na cidade. O significado de patrimônio, as decisões quanto à

reconstrução, as questões que envolvem a propriedade dos bens tombados atingidos pela enchente e a identidade luizense foram investigados.

Para preservar a identidade dos moradores, optou-se por usar denominação fictícia, associada a pássaros, considerando as opções que fizeram quanto ao bem imóvel que possuíam, assim considerando:

- a) O morador que optou pela reforma e retorno ao imóvel é o *João-de-barro*, por causa do apego ao seu local de habitação e a vontade de preservá-lo.
- b) O morador que optou por reformar e alugar o imóvel é a *Coruja*, por ter conseguido financiar a reforma sem ajuda do poder público e por usar o próprio imóvel e seu aluguel como financiamento.
- c) O morador que optou por vender o imóvel é a *Águia*, por voar para longe, sem perder de vista o que ficou para trás de si mesmo.
- d) O morador que aguarda a reforma é o *Beija-flor*, que namora o que é seu na natureza, busca sua identificação, para no ar, mas não desiste.

Quanto aos órgãos do patrimônio e ao poder público local, não são identificados quem são os entrevistados, mas não seria razoável não identificar os órgãos a que pertencem, afinal, para a análise, é importante comparar as percepções presentes nas decisões tomadas quanto à patrimonialização dos bens tombados ou administrados. Sendo assim, a identificação CONDEPHAAT, IPHAN e Prefeitura Municipal acompanham registros dos depoimentos dados durante a pesquisa.

Instrumentos

O instrumento foi a entrevista semiestruturada, que, segundo Lakatos e Marconi (2003), é um instrumento de excelência para a investigação social e permite a busca da informação face a face, permite interação com a fonte da informação e, por ser flexível, permite incorporar à coleta de dados os gestos e as reações do entrevistado para posterior análise dos dados.

Foram utilizadas como eixo questões (Apêndice VII, p. 163) que permitiram tratar sobre: conceitos e significados de patrimônio histórico e

cultural; conceitos e significados de tombamento de bens culturais materiais e imateriais; importância do tombamento; políticas de restauração e de reconstrução de patrimônio tombado; impacto da enchente nas decisões políticas; expectativas para o futuro e avaliação da atuação dos órgãos diretamente relacionados ao patrimônio - CONDEPHAAT e IPHAN.

Procedimentos para Coleta de Dados

Por tratar-se de pesquisa com seres humanos para a coleta de dados, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, e aprovado. Após sua aprovação (anexo B, p. 168), foi solicitada a autorização dos entrevistados para se realizar a coleta de dados por intermédio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo C, p. 170), com garantia do sigilo de identidade, bem como assegurada a saída do presente estudo a qualquer tempo, se assim desejassem, devidamente autorizada conforme Consentimento de Participação (anexo D, p. 172).

A entrevista semiestruturada, com roteiro prévio de perguntas, composta de perguntas abertas, com eixos temáticos preestabelecidos, buscou analisar:

- os sentidos da patrimonialização histórica e cultural e como eles aparecem ligados a São Luiz do Paraitinga;
- o sentido identitário do ser luizense na percepção dos proprietários e ex-proprietário de casarões do centro histórico da cidade, tombados por órgãos ligados à defesa do patrimônio;
- o significado de patrimônio cultural e as decisões políticas envolvidas no tombamento e na patrimonialização de São Luiz do Paraitinga.

As entrevistas foram gravadas em mídia digital e transcritas posteriormente. As informações armazenadas no formato digital serão destruídas, e a transcrição, mantida sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, quando, então, será também inutilizada.

A pesquisa não trouxe risco, ônus e/ou despesa aos participantes, sendo os dados coletados nas próprias residências ou local de livre escolha, reservados, em horário mais conveniente ao participante. A participação foi voluntária, sem ônus pela participação e excluídas indenizações legalmente estabelecidas.

Buscou-se absoluto sigilo quanto à identificação dos entrevistados, assegurando o anonimato durante todo o processo de pesquisa, assim como na divulgação de dados por meio de publicação em periódicos ou eventos científicos, dando ao participante o poder inviolável de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Durante a coleta de dados, a entrevista realizada com o representante do IPHAN ocorreu na sede da Superintendência do órgão em São Paulo, na última semana do mês de dezembro de 2014, sem maiores dificuldades, considerando agendamento, atendimento, colaboração com as informações e os esclarecimentos. Não houve nenhum questionamento que ocasionasse algum constrangimento ou impossibilidade de resposta, pelo contrário, pormenores até de debates internos apareceram naturalmente na entrevista.

No caso do CONDEPHAAT, a conversa ocorreu na última semana de janeiro de 2015, na oportunidade de uma visita da representante do órgão a São Luiz do Paraitinga, para tratar de catalogação de fotos antigas do centro histórico da cidade que estavam em arquivos e seriam analisadas por historiadores e pesquisadores locais, colaborando para o arquivamento adequado dessas fotos. Previamente agendada, com total colaboração da entrevistada, a entrevista contou ainda com a presença do orientador da pesquisa que, além de acompanhar o processo, contribuiu com perguntas feitas durante a entrevista.

No caso dos proprietários de casarões, das quatro entrevistas previstas, três ocorreram na atual residência dos entrevistados. Uma foi num dos casarões da praça, completamente reformado e com seu morador de volta, e as outras duas em outras residências fora do centro, por ser um morador que vendeu o imóvel e outro que, já tendo reformado o imóvel, aluga-o para fins comerciais. O quarto e último entrevistado nesse segmento concedeu a entrevista em um dos casarões, porém não o seu — que aguarda reforma —, e sim no que passou a ter finalidade comercial.

O representante do poder público local concedeu entrevista num fim de tarde de muito calor, no Centro Cultural da Prefeitura onde funciona a sala do IPHAN com a sede da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba, a Diretoria de Cultura e a Diretoria de Turismo do Município, também um prédio de valor histórico tombado pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT e que já pertenceu à Telecomunicações de São Paulo (TELESP), à Telefônica e, agora, pertence à Prefeitura Municipal.

Um traço comum a todas as entrevistas foi a preocupação dos entrevistados em colaborar com a pesquisa, informar corretamente, atender aos objetivos, esclarecer dúvidas e um sentimento de satisfação por poder falar de São Luiz do Paraitinga e de seus desafios para a reconstrução, depois da enchente de 2010.

Os documentos que tratam do tombamento da cidade são publicações feitas pelo CONDEPHAAT, parte do levantamento de informações realizadas pelo órgão nas décadas de 1970 e 1980, quando realizava o processo de tombamento de casas e sobrados no centro histórico, assim como o material produzido pelo IPHAN ao longo de 2009 e 2010 quando organizou o material para o tombamento nacional. No caso do IPHAN, o tombamento não foi apenas em construções específicas, mas incidiu sobre uma área de entorno, delimitando todo o centro histórico, aí incluída a paisagem que compõe o cenário dos casarios coloniais de São Luiz do Paraitinga.

Nesta pesquisa de campo, em função da tradição na área de ciências sociais e históricas, decidiu-se por apresentar o resultado e a discussão dos dados coletados ao longo dos capítulos e não em um item específico para essa finalidade.

Procedimentos para Análise de Dados

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram analisados pela “Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado”, sistematizado por Van Velsen (1987, p. 364), e foram expressos a partir da “seleção feita pelo indivíduo, em qualquer situação, de uma variedade de relações possíveis [...], daqueles comportamentos que consideram que melhor servirão a seus

objetivos”, para analisar as normas, as respostas padrão, o comportamento real, a percepção real diante de uma situação concreta, a saber: o processo de patrimonialização de um município importante na história do Brasil Colonial.

A exigência de uma análise detalhada foi facilitada pela possibilidade da observação participante, pois esse procedimento, segundo Van Velsen,

[...] em primeiro lugar, requer uma maior ênfase, durante a pesquisa de campo, no registro das ações dos indivíduos como indivíduos e como personalidades e não somente como ocupantes de status específicos [...], é necessário registrar, em detalhes meticulosos as ações de determinados indivíduos específicos durante um período de tempo (VAN VELSEN, 1987, p. 365).

Obrigatoriamente, segundo este autor, outras fontes de informação e de pesquisa devem ser consideradas na análise e, no caso desta pesquisa, foi considerada a análise de documentos produzidos pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN, bem como trabalhos de pesquisa já realizados que tratam de questões ligadas ao tombamento de prédios construídos na segunda metade do século XIX em São Luiz do Paraitinga, bem como a paisagem do centro histórico, aspecto este também considerado no tombamento do IPHAN, além de todo o centro histórico da cidade. Esses aspectos também foram contrapostos ao que foi revelado pelas entrevistas semiestruturadas (VAN VELSEN, 1987).

A análise da discussão dos dados foi organizada considerando cinco grandes eixos temáticos comuns, identificados durante a pesquisa. São eles: 1) *conceito de Patrimônio Histórico*; 2) *tombamento e suas implicações*; 3) *enchente*; 4) *as decisões pós-enchente*; 5) *São Luiz do Paraitinga no futuro*.

Para a análise, foram considerados relatos, possíveis conflitos e emoções reveladas pelo pesquisado. É um mergulho no objeto pesquisado, por isso Van Velsen considera que:

[...] uma das suposições na qual a análise situacional está baseada é a de que as normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente. São, ao contrário, frequentemente vagas e discrepantes. É exatamente este fato que permite a sua manipulação por parte dos membros da sociedade no sentido de favorecer seus próprios objetivos sem necessariamente prejudicar sua estrutura aparentemente duradoura de relações

sociais. Por isso a análise situacional enfatiza o estudo das normas em conflito (VAN VELSEN, 1987, p. 368).

A observação participante permite ao pesquisador ter vivido momentos relevantes, dos quais se apropria para realizar a pesquisa, permite que o objeto de estudo possa também ser analisado levando-se em conta os aspectos emocionais e de identidade presentes em São Luiz do Paraitinga, seu tombamento e sua relação política com órgãos do patrimônio.

É preciso olhar para o patrimônio como um recurso mobilizador, como ele de fato é, não apenas da economia dos serviços do turismo ou da reabilitação urbana, mas como força capaz de nos apresentar contrapontos para olhar com mais senso crítico e lucidez à nossa volta. Visualizar nossa trajetória histórica representada pelos sítios e monumentos nos fará perguntar sobre a arquitetura, as cidades e os espaços públicos que estamos produzindo, observar para onde caminham as nossas formas de sociabilidade e a nossa relação com o ambiente; a comparação entre o reaproveitamento e descarte de materiais e de energia nos fará indagar sobre o uso sustentável de recursos, criatividade e inovação; diante de práticas, ritos e saberes tradicionais podemos aprender a reconhecer seus aportes de conhecimentos e de visões de mundo e respeitar seu desejo de resistência a um destino nivelador que vai se impondo a todos e a todas as coisas (MACHADO, 2015, p. 5).

Este tema, presente em outras pesquisas com o mesmo enfoque, faz parte das discussões sobre o patrimônio e a cultura como identidade de um povo e de um lugar, particularmente na modernidade, em que patrimônio, memória e passado parecem não fazer parte das principais discussões, mas que, por isso mesmo, ganham importância em alguns debates.

Precisamente porque o patrimônio cultural se apresenta alheio aos debates sobre a modernidade ele constitui o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social. Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. A perenidade desse bem nos leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio (CANCLINI, 2013, p. 160).

A apropriação do sentido do patrimônio histórico e cultural por parte dos agentes que trabalham com esses bens, mas também e principalmente pela sociedade à qual ele pertence, é um processo ainda em construção no país, mas que precisa fazer parte dos debates e da política pública do Brasil, por trazer em si os sentidos que permitem preservar a memória das pessoas de um determinado lugar e a sua identidade, seus saberes e seus fazeres.

Problema

As diferentes visões — da política, da comunidade, dos órgãos públicos ligados à preservação do patrimônio, assim como o interesse coletivo — presentes na definição de patrimônio cultural no Brasil, também estão presentes em São Luiz do Paraitinga, particularmente após o desastre natural que a atingiu em 2010. Cabe questionar e investigar: como se definem os processos de patrimonialização de bens históricos e culturais, os sentidos que tornam uma construção, um conjunto arquitetônico e a paisagem que o cerca um bem a ser tombado como patrimônio cultural de um país e quais as memórias e conflitos que aparecem na patrimonialização em relação aos bens tombados e à formação da identidade das pessoas com o local onde vivem e em relação aos órgãos responsáveis pelo tombamento?

Objetivos

Objetivo Geral

Interpretar os sentidos da patrimonialização, sua relação com a memória dos moradores daquele lugar e os conflitos surgidos durante o processo de reconstrução do centro histórico de São Luiz do Paraitinga na percepção dos proprietários de bens tombados de uso particular e de uso coletivo.

Objetivos Específicos

— Estudar documentos produzidos por órgãos do patrimônio quando da aprovação do tombamento da cidade de São Luiz do Paraitinga como patrimônio arquitetônico, histórico e artístico estadual e nacional.

— Investigar a percepção do cidadão luizense (particularmente proprietários de imóveis tombados) quanto à preservação e à reconstrução dos bens imóveis particulares tombados e quanto à reconstrução de bens de uso coletivo.

— Comparar os sentidos da patrimonialização e os conflitos existentes nos processos de tombamento, nas decisões tomadas para a reconstrução e entre os luizenses.

Delimitação do estudo

A pesquisa investigou os sentidos presentes na invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural, bem como eventuais conflitos entre a patrimonialização de um bem histórico e cultural, a percepção de moradores e o significado que atribuem como pertencimento e identidade em relação a uma cidade considerada patrimônio cultural do país, tendo como foco São Luiz do Paraitinga.

A pesquisa buscou apontar, por meio de análise de documentos usados para o tombamento da cidade como patrimônio cultural — tanto na esfera estadual quanto na esfera nacional — e de entrevistas com representantes do IPHAN e do CONDEPHAAT, os critérios técnicos que pesaram nessa decisão e interpretar, por intermédio dos depoimentos, os sentidos que atribuem a patrimônio histórico e cultural.

Ainda foi preocupação deste trabalho entrevistar um representante do poder público local, ligado à área de patrimônio, procurando evidenciar o sentido de patrimônio cultural que atribui à cidade e os interesses econômicos que aparecem nas decisões quanto à preservação e à reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga.

Na praça Dr. Oswaldo Cruz, há tombamento de quinze casarões, além de casas menores. Dos quinze, quatro foram totalmente destruídos durante a enchente de 2010, oito foram restaurados, três parcialmente destruídos e aguardando restauração. Dos oito casarões restaurados, cinco tem moradores, um é a Prefeitura Municipal e dois servem como pontos comerciais.

A proposta de ouvir quatro proprietários em condições distintas teve por objetivo investigar — e, posteriormente, analisar — a visão que possuem sobre o patrimônio cultural, sobre o tombamento, sobre as condições para preservação e para reconstrução, bem como o valor do imóvel do ponto de vista econômico e cultural, e, ainda, a construção identitária que estabeleceram com o local onde moram, considerando que cada um deles teve postura diferente após a enchente de 2010.

Foram entrevistados ainda os representantes dos órgãos ligados ao patrimônio e um representante do poder público local, a fim de analisar o significado que atribuem a um patrimônio cultural, a percepção quanto ao tombamento de um bem material e imaterial e como essas percepções aparecem nas decisões de preservar, restaurar ou reconstruir um bem tombado.

Relevância do Estudo

O tema do patrimônio cultural está presente nas pesquisas e nos debates acadêmicos, nas decisões políticas, em documentos internacionais e na vida dos cidadãos — particularmente na vida daqueles que vivem em uma cidade tombada pelo patrimônio (estadual e/ou nacional) — e influi em decisões de investimentos e obras, sendo, portanto, um tema presente na vida das pessoas. Caberá, portanto, a análise do conceito de patrimônio histórico e cultural e das decisões tomadas em relação à preservação e à reconstrução do patrimônio. A pertinência em pesquisar esse tema está na contribuição que se pretende dar a esse debate.

O pesquisador, por ser natural e morador da cidade objeto da pesquisa, utilizou-se da “observação participante natural” (LAKATOS; MARCONI, 2003) e realizou pesquisa de natureza etnográfica, guardando distanciamento para não interferir na pesquisa, porém com todas as condições

de compreender os sentidos contidos nas informações, identificando pessoas citadas (muitas vezes apenas pelo nome de tratamento), sabendo dos lugares referidos, dos momentos buscados na memória, porque pesquisador e comunidade pesquisada não são estranhos entre si, o que, se ocorresse, implicaria a necessidade de um mergulho do pesquisador no local pesquisado durante um longo tempo, antes que pudesse fazer as mesmas identificações.

A pesquisa procurou contribuir para debater o conceito de patrimônio histórico e cultural a partir da análise dos órgãos públicos ligados ao patrimônio do poder público local em comparação com o conceito de patrimônio dos proprietários e/ou ex-proprietários de imóveis que sofreram tombamento.

A investigação esteve na análise das visões, se elas convergem ou divergem, em que aspectos isso é importante para definir o que é o patrimônio, o que pode e deve ser preservado e como se definem critérios para a preservação do patrimônio e para as regras de reconstrução e restauração.

No campo teórico, a possibilidade de pesquisar e analisar autores que pesquisam e conceituam patrimônio, bem como suas análises sobre as questões políticas que o cercam, além de trabalhos e artigos que tratem especificamente da cidade de São Luiz do Paraitinga, foram importantes para dar robustez à pesquisa.

A escolha de entrevista semiestruturada baseou-se na possibilidade de delimitar os eixos principais da entrevista. No caso específico desta pesquisa, foram ouvidos os proprietários e/ou ex-proprietários de imóveis localizados no centro histórico de São Luiz do Paraitinga tombados pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN, órgãos ouvidos por intermédio de seus representantes, e o poder público local, por intermédio de um assessor da área de patrimônio da Prefeitura Municipal.

A enchente de 2010 que trouxe aos proprietários de imóveis tombados danos importantes e que agora se veem diante da necessidade de reconstruir ou de restaurar esse patrimônio permitiu aferir a visão que eles possuem sobre tombamento, sobre as regras muito específicas da política sobre os bens tombados e as normas para preservação, reconstrução e restauração.

Comparando as percepções, buscou-se interpretar o sentido de patrimônio, as características que ele deve ter, porque deve existir, como

preservá-lo e quais as responsabilidades de cada um desses atores quanto ao bem tombado.

O debate sobre o tema pode ajudar a dimensionar o papel do patrimônio cultural na construção da identidade e da memória de um povo, quais temas aparecem quando isso está em foco, quais órgãos têm poder de decidir, até onde a participação popular é considerada, de quem é a responsabilidade da preservação, da restauração e da reconstrução.

Organização do trabalho

Para tratar do assunto proposto, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos.

O primeiro capítulo trata do evento crítico — a enchente de 2010 —, como momento importante para analisar os sentidos da patrimonialização e como ela aparecia no processo de reconstrução de uma cidade considerada patrimônio histórico e cultural, mas que havia sofrido importantes danos em suas construções.

O segundo capítulo trata dos sentidos da patrimonialização por meio de levantamento bibliográfico, buscando delimitar as questões que envolvem patrimônio, memória e identidade.

O terceiro capítulo trata da história de São Luiz do Paraitinga, sua construção, seu desenvolvimento e sua decadência econômicos, procurando focar o que foi construído como patrimônio histórico e cultural ao longo do tempo.

No quarto capítulo, analisa-se como ocorreu o tombamento estadual e, posteriormente, o nacional, procurando, por meio de documentos produzidos pelos órgãos do patrimônio por ocasião do tombamento, descobrir os aspectos culturais e políticos presentes nas duas, assim como comparam-se similaridades e diferenças entre os processos de tombamento em Iguape/SP e São Luiz do Paraitinga/SP.

O quinto capítulo enfoca a história recente de São Luiz do Paraitinga, mostrando os desafios da preservação, da restauração e da reconstrução, o envolvimento, ou não, da população nas etapas de reconstrução e a São Luiz

que renasce da enchente, com possíveis considerações sobre os avanços e os retrocessos que a enchente causou.

1 A ENCHENTE DO RIO PARAITINGA FAZ EMERGIR UM NOVO SIGNIFICADO PARA A PATRIMONIALIZAÇÃO

Nos dias primeiro e dois de janeiro de 2010, o Brasil assistiu pelos telejornais a imagens impactantes da enchente que atingia São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo. A cidade fundada em 1769, que preserva um centro histórico com casarões do século XIX, tombado como patrimônio cultural, foi destruída pelas águas do rio Paraitinga, que corta todo o centro histórico.

Esse conjunto arquitetônico teve, na segunda metade do século XIX, um importante momento econômico, ligado ao ciclo do café, quando sua população chegou a atingir por volta de 30 mil habitantes. Os “senhores do café” — como demonstração de ostentação e prestígio — construíram sobrados na praça central da cidade, para passar os fins de semana e as datas importantes, políticas ou religiosas.

O casario preservado após a decadência do ciclo do café tornou-se um importante marco histórico do melhor momento econômico da cidade e, na década de 1980, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) como patrimônio arquitetônico e cultural de São Paulo, sendo a cidade com maior número de prédios tombados em todo o estado (SÃO PAULO, 2014).

Após o CONDEPHAAT, outro órgão ligado ao patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), passou a estudar a possibilidade de dar a São Luiz do Paraitinga um tombamento nacional, incluindo o conjunto histórico-arquitetônico, urbanístico e o cenário paisagístico em todo o entorno do centro histórico. No ano de 2009, a cidade teve o tombamento provisório aprovado para se tornar Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2010).

Ainda com o tombamento provisório dado pelo IPHAN, na virada do ano, em 31 de dezembro de 2009, a cidade realizou o réveillon das marchinhas, um dos marcos culturais da cidade. Um fato, porém, era preocupante àquela altura, chovia torrencialmente, num acumulado que vinha de vários dias consecutivos, além de um ano atipicamente chuvoso que culminava naquele dia 31 de dezembro, quando o rio Paraitinga já transbordava.

O primeiro de janeiro foi marcado pela cheia do rio ao longo de todo o dia, que, ao final da tarde, já tomava a praça central e aproximava-se das escadarias da Igreja Matriz.

Na madrugada do dia primeiro para o dia dois de janeiro de 2010, já com a água atingindo dois metros dentro da Igreja Matriz, a população, atônita e impotente, começou a ver casarões da praça desmoronando no intervalo de poucas horas.



Imagem 1. Centro de São Luiz do Paraitinga — SP submerso — foto de janeiro de 2010.

Fonte: www.adorosaoluizdoparaitinga.com.br (Acesso em 17 mar. 2015).

A imagem 1 permite considerar a impotência dos luizenses vendo o centro histórico submerso, com suas casas de taipa e pau a pique (ripas entrecruzadas cobertas com barro) na iminência do desabamento — como realmente ocorreu com vários casarões —, sem que nada pudesse ser feito para impedir.

Na manhã do dia 02 de janeiro, por volta das nove da manhã, a cidade percebeu a dimensão do momento histórico quando a Igreja Matriz começou a desmoronar parte por parte, até às três e meia da tarde, quando a última parede veio abaixo.

A imagem da Igreja Matriz destruída, o simbolismo de sua destruição, foi associada a uma fortaleza que é vencida e que sendo rompida impõe uma derrota, como explicita o dono de um dos casarões da praça atingida pela enchente.

[...] mas a gente tem o maior exemplo que é a Matriz... acho que ela, simbolicamente, é o marco dessa enchente e do patrimônio de São Luiz, que, parece que quando caiu, a Matriz é pra mim, soa, quando cai, como se nós estivéssemos na Idade Média e caísse o principal marco medieval daquele local, assim né, como se... acabou a fortaleza... fazendo essa comparação (proprietário de casarão, codinome CORUJA, entrevista concedida em 30 dez. 2014).

O simbolismo da queda da Igreja Matriz associou o conceito de patrimônio histórico ao sentido de pertencimento. A Igreja era considerada um patrimônio, porque fora construída ainda na primeira metade do século XIX, para constituir o centro de uma cidade cercada por casarões do mesmo período, planejada para “embelezar” o lugar, mas tinha um caráter de pertencimento aos luizenses, porque era um espaço da comunidade e de suas relações coletivas, de suas celebrações, de seus nascimentos, casamentos e mortes. Era um patrimônio, porque era histórica, mas também porque identificava uma comunidade.

A imagem 2 revela o impacto das águas do rio Paratinga sobre construções do século XIX feitas de taipa de pilão (terra socada) e — no caso da Matriz, com algumas paredes de alvenaria —, que tendo sua base encharcada, tornam-se vulneráveis por causa do peso da construção sólida sobre uma base que virava um “mingau”. A Matriz ruiu.



Imagem 2. Torre da Igreja Matriz no momento da queda — foto de 02 de janeiro de 2010.

Fonte: www.g1.globo.com (Acesso em 18 mar. 2015).

A Igreja Matriz era um patrimônio e, ao mesmo tempo, um monumento erguido para as celebrações da vida religiosa e social de São Luiz do Paraitinga — era parte de sua identidade. O patrimônio como identidade nacional ou de uma coletividade ganhou força a partir da Revolução Francesa e, àquela altura, tinham destaque monumentos construídos para contar a história de personagens ou fatos marcantes para o país (CHOAY, 2006). Considerar o conceito de monumento dos tempos da Revolução Francesa como um conceito para patrimônio nos nossos dias permite aferir que o patrimônio tem uma representatividade ligada à memória e à identidade, tal qual o monumento na definição seguinte:

[monumento] é aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva de seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-

á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer outras gerações de pessoas rememorarem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. [...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade [...] (CHOAY, 2006, 18).

Outro importante debate em torno de patrimônio que surgia no instante da enchente — ainda indefinido naquele momento, mas que estaria nas suas consequências — era o de que, contemporaneamente, o patrimônio está no centro do debate cultural (POULOT, 2009) e, em São Luiz do Paraitinga — considerada Patrimônio Nacional —, ele, inevitavelmente, apareceria nas decisões que viriam a ser tomadas para a reconstrução da cidade. O Patrimônio Cultural constitui um debate importante contemporaneamente e envolve variáveis significativas, que vão desde eleger o que deve ser preservado como memória coletiva até as práticas de consumo que se relacionam a determinados lugares e determinados tombamentos.

O conjunto dessas iniciativas (de tornar o patrimônio o centro da instituição da cultura) revela a generalização de uma sensibilidade em relação a uma herança “cultural” [...]. Este postulado alimenta, hoje em dia, uma consciência aguda de que a definição e os contornos dos patrimônios estão profundamente associados à atualidade de uma sociedade, a seus interesses do momento e até mesmo a suas modas. De fato, tal restauração de monumentos históricos [...] são tão reveladoras de um momento da metamorfose patrimonial quanto da autenticidade dos objetos ou das práticas que, supostamente, elas deveriam conservar e valorizar; assim, sob a ótica moderna, o patrimônio revelaria leituras em vários planos (POULOT, 2009, p. 31).

As perguntas que surgiam, ainda durante o evento crítico que atingia São Luiz do Paraitinga, tratavam, para a população, da angústia de ter de volta sua cidade, mas estavam repletas de outros significados para os agentes (Estado, órgãos do patrimônio, universidades etc.) que apareceriam para debater a reconstrução dos bens tombados, danificados ou destruídos.

Era um olhar coletivo sobre o território perdido, com sua estética danificada. Era o espaço de existência, também coletivo, atingido duramente pela força da natureza. A paisagem, para manter seu sentido, necessita revelar

seus significados, por isso o olhar naquele momento era cada vez menos individual e cada vez mais coletivo.

Entre as imagens constantes do território humano, perfila-se a de uma organização espacial da Cidade que deve ser mantida e remanejada, bem cuidada e protegida. A lição da semântica revela, aliás, como a palavra “território” evoca as ideias de apropriação, de apossamento ou, no mínimo, de uso. Esse imaginário do território manteve regularmente uma relação estreita com a estética, enunciando diferentes figuras mediante as quais a paisagem adquire sentido (POULOT, 2009, p. 53).

As perguntas da população eram: o que se faria para reerguer tudo? Como a cidade sobreviveria nos primeiros dias sem farmácia, padaria, açougue ou supermercado? Quanto tempo levaria para ter tudo funcionando, se é que teria tudo de volta? Como estariam as pessoas que tinham perdido tudo dentro de casa ou até mesmo a casa? Como São Luiz voltaria a ser a cidade que os luizenses aprenderam a amar?

Misturava-se, àquela altura, a angústia de pensar como seria o futuro com a necessidade da construção de uma memória coletiva que começava a se compor. A memória de cada um e seu relato serviriam, assim, como referência de quem viveu o momento histórico e, com o passar do tempo, tornar-se-iam a própria história.

Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum (BOSI, 2012, p. 411).

A memória, por ser viva, sujeita-se à força das lembranças e dos esquecimentos, mas, por ser carregada dos sentimentos, ultrapassa a linha dos detalhes e se faz história (NORA, 1981). As histórias de cada um, naquele momento, serviriam de base para a reconstrução da história da cidade, perdida em casarões, igrejas, documentos, fotos e outros registros que o rio Paraitinga havia levado embora. O que havia se perdido em documentação e registros materiais passaria a fazer parte da reconstrução a partir da memória e dos sentimentos envolvidos nas perdas e na circunstância em que ocorreram.

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, 1981, p. 18).

São Luiz do Paraitinga e a memória dos luizenses começavam, naquele momento, a reescrever sua própria história. O passado e a memória agora tinham a maior enchente da história como referencial para suas narrativas. A memória seletiva e intencional agora constituiria a narrativa histórica de toda a coletividade. Individualmente os relatos ganhariam contornos de um esforço único, heroico, admirável, que, de certo modo, serviriam como base para a reconstrução do patrimônio histórico de uma coletividade.

Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda história é contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses, o que não só é inevitável como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente (LE GOFF, 2013, p. 53).

Os registros históricos contidos nos casarões, nos objetos e nos documentos que nele existiam, agora eram o referencial para a memória luizense e para história que seria reescrita. Os documentos e os pesquisadores encontram-se para que as narrativas sejam dadas.

O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar dessas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica (MENESES, 1998, p. 95).

A memória individual está presente em nós, nos contextos e nas lembranças que nos remeterem a determinado fato marcante, porém as lembranças individuais num grupo, numa comunidade que tenha vivido coletivamente um determinado fato marcante, formarão a memória coletiva, que

será, ao mesmo tempo, a memória individual. Entretanto é a força da memória coletiva que permitirá recriar e ganhar dinâmica própria a narração de determinado fato (HALBWACHS, 2006).

O fato de ter perdido patrimônio material considerável durante a enchente, tanto do patrimônio coletivo quanto objetos de família, fotos, documentos, livros entre tantas outras coisas pessoais, faz da memória, individual e coletiva, a base da reconstrução histórica da comunidade.

A memória individual e a memória coletiva agora são memória de um grupo que viveu um mesmo momento histórico. As perdas foram individuais, mas, ao mesmo tempo, coletivas. Reconstruir era uma tarefa individual — cada qual com suas perdas pessoais e sua busca por reescrever aquilo que não existia mais em documentos que o rio Paraitinga levava —, mas também e, ao mesmo tempo, era uma tarefa coletiva.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazemos recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum [...] o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Para São Luiz do Paraitinga, a memória, particularmente a da enchente e seus impactos, torna-se um caminho para reforçar uma identidade e as relações na comunidade. A memória guarda representações, formas, conceitos, emoções e, por isso, é viva. Não deve ser diminuída por ter esse caráter, ao contrário, deve ser ferramenta de genuíno referencial para a história de cada um e para a história de uma cidade, principalmente quando passa por importantes eventos críticos de caráter coletivo.

Devemos pensar na memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os

esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante (BARROS, 2009, p. 37).

Pollak (1989, p. 9) enfatiza o aspecto importante de a memória ser seletiva, de guardar muitos “não ditos”, de ser uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado”, que visam definir sentidos de pertencimento e de identidade, embora, como afirma Peixoto (2004, p. 183) “nem todo o patrimônio cria identidade, nem toda identidade dá origem a um patrimônio”. No caso de São Luiz do Paraitinga por ser a memória uma construção coletiva, ela aparece de maneira particular e importante quando a comunidade é atingida por um desastre natural que afeta exatamente aquele patrimônio que dava o significado de patrimônio histórico e cultural para a cidade. Da mesma forma, o patrimônio atingido agora é uma maneira de identificar sua história e seu passado.

A reconstrução da memória histórica de São Luiz do Paraitinga juntou-se ao apelo causado pela cobertura do evento nos primeiros dias de 2010, superada apenas pelo terremoto que abalou o Haiti, no fim do mesmo mês, e que substituiu um evento pelo outro no cenário nacional.

A ajuda recebida do governo, de organizações não governamentais, de artistas, de jogadores de futebol, de torcidas organizadas de times da capital, de campanhas feitas por emissoras de rádio e TV servia de suporte para que os luizenses tivessem esperança de poder sair da situação caótica em que a cidade mergulhou naqueles primeiros dias pós-enchente.

A São Luiz do Paraitinga que permanecia viva na memória dos luizenses após a enchente, além da ajuda emergencial solidária, também receberia atenção de agentes ligados à cultura e à preservação do Patrimônio para recuperar sua história e sua identidade, como revela o representante do IPHAN:

[...] já tinha feito um primeiro estudo, que ia ser colocado pra discussão com a população, estava marcado até, (pra) ser no dia quatro de janeiro de 2010, a primeira audiência pública, acertado com a prefeitura e estava preparado [...] (então) teve a enchente! Daí... ‘e agora?’, como é que a gente faz? Então a gente uniu várias questões aí em jogo, entre elas, se o que tinha sido proposto ainda era preservável; se teria sido algo destruído pela enchente; tudo aquilo que havia, dentro daquela visão de

unidade [...], o tombamento proposto aqui, agora era um tombamento de conjunto urbanístico [...], de conjunto urbano, com todos os seus vazios, com todos os seus visuais, com todos os seus cheios, com todas as suas construções, 'cheios e vazios', tá? E essa era a unidade, entendeu? Um conjunto de unidades arquitetônicas [...] e essa unidade teria uma área de entorno, pra preservar esse visual, então a gente levou, depois dessa proposta, chegou a discutir daí no conselho de cultura, no conselho de patrimônio que foi criado na semana da enchente (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2014).

A temática discutida pelo IPHAN era não abandonar a antiga proposta de tombamento da cidade, apesar da enchente e do que fora destruído ou danificado, porque, como comprova a fala do Instituto por meio de seu entrevistado, já havia a iniciativa de valorizar o conjunto, a cidade, e não apenas prédios históricos.

Desde a década de 1980, o conjunto arquitetônico da área central de São Luiz do Paraitinga, construído durante a segunda metade do século XIX, era tombado pelo CONDEPHAAT como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado de São Paulo.

A partir de 2010, além do tombamento estadual, há também o tombamento nacional, que considera todo o conjunto histórico, arquitetônico, natural e paisagístico da cidade como sendo patrimônio do Brasil.

Já nos primeiros dias após a enchente de 2010, o Governo Estadual, por intermédio de secretários de Estado e da Defesa Civil Estadual, passou a trabalhar em São Luiz para avaliar as ações imediatas. O então Governador José Serra, visitando a cidade no dia 03 de janeiro, fez questão de dizer, em entrevista, que a Igreja Matriz seria reconstruída, além da ajuda emergencial que o município começaria a receber.

O Governo Federal, por intermédio do Ministro da Cultura, além de órgãos ligados ao patrimônio, avaliou a dimensão dos danos ao patrimônio histórico e decidiu, em reunião do IPHAN, que São Luiz do Paraitinga — que já tinha o tombamento provisório — seria mesmo tombada como patrimônio histórico e artístico nacional, mesmo depois dos danos causados pela enchente.

Embora nos discursos oficiais não apareçam as disputas de poder presentes nas ações dos governos federal e estadual, as preocupações em demarcarem espaço na cena do desastre eram notórias.

Um desastre pode ser considerado um laboratório sociológico capaz de fornecer uma gama de situações, interações, discursos e práticas que, ao serem analisados, permitem apreender uma série de *jogos de poder* que perpassam as relações dos agentes. [...] Se para alguns, o desastre é sinônimo de perda, para outros, ele é seu antônimo, embora a *oportunidade* passe despercebida se nosso olhar sobre o acontecimento crítico se concentra sobre os discursos dos agentes que tomam conta do palco [...] das palavras e silêncios dos dramas alheios (MARCHEZINI, 2014, p. 65, grifos do autor).

A partir dali, IPHAN e CONDEPHAAT coordenaram as ações para a restauração, reconstrução e recuperação do centro histórico destruído. Os sentidos da patrimonialização apareciam nos projetos, nos debates, nas iniciativas e começavam a demarcar uma nova visão para o conceito de patrimônio histórico e cultural, particularmente, para uma cidade atingida por um desastre natural e que reconstruiria símbolos importantes de sua identidade — sendo exemplo marcante a Igreja Matriz.

2 OS SENTIDOS E OS SIGNIFICADOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO

2.1 A invenção das tradições e os significados do patrimônio

As tradições nascem de referências que podem ser longínquas no tempo, com práticas que se repetem secularmente ou, como consideram Hobsbawn e Ranger (2014), elas podem ser reinventadas para a conveniência de um interesse, em um determinado momento.

As transformações nos rituais da nobreza britânica com cerimoniais cada vez mais completos, pomposos, detalhistas e intencionais são exemplos importantes para se analisar como nascem determinadas tradições (HOBBSAWN; RANGER, 2014).

A monarquia britânica empenhou-se em dar novos significados a inúmeros costumes dos povos por ela dominados, sem perder o ritual que possuíam, mas adaptando às conveniências da política do império. Era uma reinvenção com significados que atendiam a interesses próprios ingleses.

As tradições serviam, no caso inglês, para dar significado aos rituais dos países dominados com a força de uma tradição. A tradição ajuda uma comunidade a estabelecer relações com seu passado, utilizando a história como legitimadora de ações e modelo de coesão do presente (HOBBSAWN; RANGER, 2014).

Hobsbawn e Ranger (2014) deixam claro que as tradições, quando aparecem como resultado de narrativas orais ou relatos de memória, demonstram os conflitos pelo fato de ganharem maior ou menor importância, dependendo de quem a narra e, em qual contexto a narrativa acontece. Há, portanto, intenções e interesses envolvidos na seleção da memória e na construção coletiva das tradições.

As imagens do passado servem aos interesses do presente, mas adquirem legitimidade por serem reconstruídas, interpretadas e colocadas no espaço adequado para demonstrarem seu poder de representar uma ideia, uma decisão política ou uma necessidade da comunidade em determinado momento histórico. Existe um profissional que trabalha com o passado e que tem papel

importante para transformar um relato, um documento ou uma imagem como legítima representação de uma tradição.

Todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político (HOBBSAWN; RANGER, 2014, p. 21).

A importância da cultura e das tradições para determinados grupos ou comunidades constitui seu patrimônio, por causa dos significados que construíram ao longo do tempo e que, a partir das tradições e das representações passam a constituir sua identidade.

O patrimônio é considerado como tal a partir da importância que tem para determinado grupo, pelo significado que tem para uma comunidade. Tanto o que está materialmente posto — como casas, templos, escolas — quanto o que se manifesta nas tradições — como a música, a culinária, as cantigas, as manifestações — são exemplos do que se constitui um patrimônio (MACIEL; ALVES, 2005).

A preocupação com as manifestações de um povo, suas tradições, sua língua, sua prática religiosa, enfim, a preocupação em ir além do que é construído de “pedra e cal” (FONSECA, 2009), ganhou destaque mundial a partir de um documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) — Salvaguarda sobre a Cultura Tradicional e Popular, de 1989 (PNUD, 2004).

Em síntese, patrimônio não tem a ver com o tempo que um costume ou uma tradição resiste, tem a ver com o significado que esse costume ou essa tradição tem para um determinado grupo ou comunidade (MACIEL; ALVES, 2005).

É necessário aproximar as noções de cultura e patrimônio e perceber que existe uma dinâmica e uma constante modificação nas ações humanas, que contribuem para solidificar o valor de um costume, de um saber fazer, de uma tradição no local onde ela ocorre e que a torna viva.

Nos ensina [sic] a antropologia, em seus princípios fundantes, que cultura não pode ser pensada a partir da idéia de um conjunto de elementos que resistem incólumes à longa noite dos tempos, sejam eles artefatos, canções ou mitos. As culturas são dinâmicas, e a existência dessa propriedade independe do grau de contato com outras culturas. Em outras palavras usos e sentidos estão sendo constantemente ressignificados, não implicando esse processo perda, mas justamente vitalidade. Embora possa parecer sacrílego, a incorporação de qualquer bem num acervo ou inventário exemplifica exatamente essa dinâmica. (MACIEL; ALVES, 2005).

A ideia de patrimônio e a necessidade de preservá-lo ganham significado por serem usados para dar sentido a um momento histórico que querem narrar ou por preservar todas as formas de arte, de objetos, de símbolos, como ocorreu na França após a revolução de 1789.

Em toda a Europa, o exemplo francês de dar significado ao patrimônio propaga-se na forma de órgãos governamentais que têm como função “inventariar” e criar regras para preservar tudo o que possa ser representativo para uma Nação (SANT’ANNA, 2013).

Choay (2006) destaca, porém, que os órgãos governamentais que cuidam do patrimônio têm interesses que aparecem na elegibilidade de um bem a ser preservado. Enfatiza que o poder discricionário de alguns grupos ou pessoas em determinar o que se pode realizar como intervenção em bens culturais ainda é grande o suficiente para decidir o seu destino.

Não se pode acalantar a visão simplista sobre um monumento histórico como se esse não fosse fruto da escolha de alguns, por interesses de um grupo no momento da escolha pela sua preservação.

A intencionalidade da eleição do bem a ser preservado e que deverá ter caráter de patrimonialização é uma decisão política, tem interesses, define — ao grupo a que pertence determinado bem — o privilégio de contar para as gerações futuras sua importância e significados (CHOAY, 2006).

Canclini (2013) alerta que os bens reunidos pela história de uma sociedade não pertencem a todos, mesmo que pareçam pertencer, porque diferentes grupos apropriam-se de maneiras diversas da herança cultural.

Para cada nação, cada comunidade, cada grupo, o significado da patrimonialização pode adquirir um aspecto. Compreender quais são os

significados e como se estabelece a patrimonialização permite debater esses significados e como eles se transformam ao longo do tempo, dependendo do contexto político, econômico ou de poder em cada lugar.

2.2 Os sentidos da patrimonialização no Brasil

O patrimônio é uma herança que recebemos de nossos antepassados e, por ter em si mesmo afetividade, lembranças, pertencimento e identidade, esse patrimônio enquadra-se numa categoria própria, por vezes, parece correr paralelo a questões mais imediatas, como a modernidade e a valorização econômica, e, também por isso, “precisa” ser preservado.

A herança particular ou familiar pode ficar com um guardião por longo tempo quando remete à memória e ao passado construído pela luta dos antepassados daquele núcleo familiar, que por meio de determinado símbolo, como uma foto, um objeto ou um lugar, traz esses antepassados de volta. Para uma comunidade, uma coletividade ou uma cidade, o patrimônio será o que permite identificar a memória e a história daquela “família maior”, ligada por laços que não são os da consanguinidade, mas os do pertencimento.

Os chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da idéia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo “patrimônio” (OLIVEIRA, 2008, p. 26).

O debate sobre o patrimônio do país e sua preservação é relativamente recente no Brasil. Em 1934, foi criado o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio no país, denominado Inspetoria dos Monumentos Nacionais, que teve como justificativa de criação a necessidade de acompanhar de perto os trabalhos de restauração na cidade de Ouro Preto (MG), desde o ano anterior considerada um monumento nacional (OLIVEIRA, 2008).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, substituindo a Inspetoria, concluiu trabalhos importantes relacionados à memória do país, tal como a repatriação dos restos mortais dos

inconfidentes mineiros; confirmando, pela relevância dos trabalhos, a necessidade de um órgão nacional do patrimônio (OLIVEIRA, 2008).

Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945, e Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo entre 1934 e 1937, estão entre os precursores do processo que culminou no decreto lei 25, de 1937, que normatizou as atividades de preservação, delimitando o direito de propriedade sobre bens tombados (SANTOS, 2006).

O movimento modernista de 1922, dentre as muitas contribuições que deu à construção de uma identidade nacional, também esteve diretamente ligado ao debate que trouxe a preservação do patrimônio para um lugar de destaque no Brasil.

A iniciativa de vanguarda de muitos intelectuais brasileiros — colocar o patrimônio entre os temas nacionais —, segundo Gonçalves (2012), deve-se ao fato de que esses intelectuais, chamados de modernistas, estavam no aparelho de Estado e no período do Estado Novo quando se defendia, no governo, uma política nacionalista e desejava-se criar símbolos identitários para o país — sempre sob a tutela do Estado —, supondo que ainda não existisse uma identidade nacional e que era preciso criá-la. O conceito de patrimônio que surge nesse momento histórico do país visava conciliar passado, presente e futuro.

Os modernistas brasileiros, ao cultivarem o passado, tinham em vista a construção do futuro da nação. Recorriam ao passado como uma fonte de inspiração para o presente. Embora voltados para o passado, os patrimônios deveriam apontar para o futuro. Para os arquitetos modernistas, a arquitetura barroca brasileira era pensada como uma espécie de precursora da arquitetura brasileira moderna. O passado era acionado a serviço do presente, e sobretudo, do futuro. (GONÇALVES, 2012, p. 63).

Havia muito de paixão, mas pouco de cidadania e de participação da população nas decisões sobre patrimônio e tombamento. A patrimonialização era uma iniciativa política com amparo técnico e intelectual, por si mesma excludente, considerando que os que eram diretamente contemplados ou atingidos pelo tombamento não participavam das decisões (SANTOS, 2006).

Rodrigo Melo Franco de Andrade foi autor do projeto final, resultado do anteprojeto de Mário de Andrade, que criou o SPHAN em 1937. Mário de Andrade já citava no anteprojeto a importância de debater o patrimônio nacional considerando-se seus múltiplos aspectos, inclusive categorizando bens culturais materiais e imateriais. Rodrigo Melo Franco de Andrade organizou e assumiu a direção do Serviço do Patrimônio, que decidia sobre o “tombamento dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, pelo saque, pela comercialização dos antiquários e colecionadores” (OLIVEIRA, 2008, p, 120).

A prioridade dos tombamentos recaía sobre a arte e a arquitetura barroca, majoritariamente a arquitetura religiosa. Um importante trabalho técnico foi empreendido para legitimar os tombamentos, porém o aspecto técnico levava em conta a opinião de especialistas da área de arquitetura, engenharia e artistas plásticos, delimitando, assim, a visão que se tinha do que era patrimônio e do que deveria ser tombado e “protegido” pelo Estado. O imaterial, citado por Mário de Andrade no anteprojeto do SPHAN, ficou esquecido.

O recém-instituído SPHAN não poderia mesmo abrir imenso campo de obrigações preservadoras, sendo oportuna uma restrição ligada ao “interesse público” nas suas atribuições funcionais, principalmente à vista das graves implicações jurídicas que fatalmente surgiriam no tocante ao direito de propriedade relativo a bens móveis que, com certeza, iriam sobrepujar sobremaneira em quantidade os bens imóveis. Não só problemas jurídicos, mas também de fiscalização, de conservação, de guarda, de documentação, de classificação, que hoje ainda não sabemos como resolver com correção administrativa e êxito garantido (LEMOS, 2013, p. 45).

Em entrevista, o funcionário técnico do IPHAN, ao definir seu conceito de patrimônio cultural relembra a originalidade do pensamento de Mário de Andrade e credita ao então Ministro Gilberto Gil (2003-2008) a iniciativa de tornar esse pensamento uma prática nas decisões de tombamento no Brasil.

O patrimônio cultural — a expressão que está sendo usada [...] na última década — pra dar um conceito ampliado de patrimônio [...] por muito tempo [ficou] restrito às questões artísticas e históricas unicamente. Esse conceito de patrimônio cultural se aproxima muito mais do conceito de patrimônio que o Mário de Andrade colocou na sua minuta, no seu projeto de lei pra criação do serviço do patrimônio histórico nacional em 1936, [...] ele colocava muito aquilo que eu chamava patrimônio intangível,

bem, na verdade era bem 'intangível', que é o que hoje a gente chama de patrimônio 'imaterial', que é um conceito que também depois foi sendo resgatado. A política mesmo foi sendo implantada, acho que principalmente agora a partir da gestão de Gilberto Gil, ela foi bastante explorada, foi regulamentada. A segunda ideia que está por trás dessa ideia de conceito cultural, de patrimônio cultural, é que a cultura ela é definida por comunidades, por grupos, é uma definição coletiva, então qualquer trabalho nessa área deixa a desejar se ele é feito unicamente através de um especialista, então daí é importante a interlocução entre o conhecimento do erudito, do especialista com a comunidade que detém esse saber (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 27 dez. 2014).

A vanguarda do pensamento de Mário de Andrade ficava caracterizada, mas as condições para o funcionamento de um órgão federal que regulasse e implantasse uma política de preservação do patrimônio material e imaterial no Brasil era sobremaneira desafiadora e, em 1936, inviável.

Os aspectos políticos e econômicos sempre estiveram presentes na história dos órgãos do patrimônio no Brasil. O tombamento nem sempre é entendido como proteção ao bem cultural, mas muitas vezes como uma intromissão do Estado no direito de propriedade. Se o tombamento abrange áreas inteiras em uma cidade e não prédios isolados (como é o entendimento do IPHAN atualmente), as polêmicas aparecem com mais força.

Oliveira (2008) considera emblemática a derrubada de quatro igrejas barrocas na cidade do Rio de Janeiro quando atrapalhavam a abertura da avenida Getúlio Vargas, mostrando a força das decisões políticas superiores à preservação do patrimônio.

Nas décadas de 1950 e 1960, um dos maiores problemas enfrentados para a preservação do patrimônio foi a manutenção e a reutilização das obras tombadas. Com os impactos da modernização os centros urbanos passaram a se expandir e a se adensar, e a especulação imobiliária aumentou de forma considerável, trazendo sérios problemas para a preservação de imóveis em áreas urbanas em processo crescente de valorização do solo (SANTOS, 2006, p. 60).

O IPHAN foi criado, com esse nome, no ano de 1967¹, passando por uma reestruturação após a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A mudança mais significativa, porém, viria no campo político, com a instalação da ditadura militar a partir de 1964.

O governo militar atribuiu ao IPHAN o papel de aprovação e acompanhamento de trabalhos realizados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) que, por meio do Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, visava preservar o patrimônio arquitetônico de cidades nordestinas ligadas aos ciclos da cana-de-açúcar, do couro e do algodão (OLIVEIRA, 2008).

A mudança não era apenas regional, mas conceitual, porque incorporava aos bens patrimoniais nacionais não apenas o período do barroco mineiro, mas outros momentos históricos em outras regiões do país. A preservação do patrimônio agora era ampliada para preservação do patrimônio cultural, recomendada pela UNESCO. Na prática foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, com a finalidade de “mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p. 125).

A criação do CNRC², por iniciativa do então Ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes, permitiu a catalogação e o registro de um saber-fazer no Brasil, como registra OLIVEIRA (2008, p. 126),

De 1975 a 1979 foram desenvolvidos pelo CNRC projetos reunidos em quatro programas: artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil. [...] Tais projetos tinham pouca ou nenhuma relação com patrimônio, no sentido de autenticidade ou tradição, como era entendido na fase heroica do SPHAN; valorizavam a capacidade de invenção do artesão brasileiro. A proposta era realizar o inventário de um saber-fazer.

Na década de 1970, começa a aparecer, nos estudos sobre o patrimônio, a preocupação com os aspectos urbanos circundantes aos bens

¹ O IPHAN sofreu alterações de nomenclatura ao longo do tempo, porém sem perder sua função de órgão de preservação do patrimônio cultural, até que, na década de 1990, substituiu o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural e até hoje mantém o nome Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (LEMOS, 2013).

² Em 1979 o CNRC foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória, dirigida por Aloísio Magalhães (SANTOS, 2006).

tombados, a partir da expressão “patrimônio ambiental urbano”. São importantes os aspectos de abrangência quando não são apenas os patrimônios materiais imóveis que são tombados e busca-se, assim, expandir a compreensão do que deve ser preservado. A cidade ou, pelo menos, um conjunto urbano e paisagístico torna-se um bem cultural, como que um “objeto” pulsante que se transforma e se renova por ser de uso individual e coletivo, de unidades familiares, de grupo ou de toda a comunidade (LEMOS, 2013).

A década de 1980 foi marcada pelo processo que levaria ao fim a ditadura militar no Brasil e, no contexto dessa mudança, aspectos ligados ao patrimônio cultural passaram por transformações. Os processos de tombamento eram debatidos e questionados por intelectuais e grupos sociais, que passaram a perguntar para que e para quem eram tombados edifícios ou monumentos e qual era a função social de um tombamento (SANTOS, 2006).

O debate sobre a função social do patrimônio encontra ressonância na Constituição Federal de 1988, que busca implantar uma política de patrimônio no Brasil. O artigo 216 da Constituição define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, p. 127).

Corrêa (2007), analisando as questões que envolvem a memória social, critica os meios pelos quais os órgãos tentam tutelar e burocratizar os registros de bens ou os tombamentos, sempre usando a cultura e o povo como referenciais, mas nem sempre levando em conta os múltiplos aspectos

presentes na vida dessas pessoas para, aí sim, analisar o registro ou o tombamento.

Estamos tentando impor uma racionalidade e uma lógica dominadora sobre esses “patrimônios”, que têm o direito de ser reconhecidos e respeitados pelas suas singularidades, pelas suas formações subjetivas singulares, em diálogo com a nossa. Temos que ter cuidado com essas formações singulares, que resistiram por séculos ao colonialismo europeu (e agora norte-americano). Essas manifestações culturais que muitas vezes misturaram e se hibridizaram, para sobreviver, mas que agora estão correndo o sério risco de morte final e definitiva — isto é, sucumbir a lógica dominante atual que vorazmente devora — exotizando tudo, como mercadoria para o turismo mundial — agência poderosa e que tem patrocinado esses eventos e debates contemporâneos (CORRÊA, 2007, p. 4).

Nos governos pós-redemocratização, a cultura continua sendo tema de interesse do Estado, porém, nitidamente, sofrerá os reflexos das posturas políticas e das prioridades que se seguiram aos mandatos políticos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Collor (1990-1992) extinguiu o Ministério da Cultura, dando caráter de Secretaria à pasta, esvaziando os investimentos e reestruturando a política cultural do país (SILVA, 2012). Basicamente, os investimentos na área de cultura eram provenientes de programas de incentivo privado e renúncia fiscal. Ainda no governo Collor, foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Cultura.

No governo Itamar Franco (1992-1994), foi recriado o IPHAN, porém num governo curto, de transição que encerrava o mandato de Collor interrompido pelo *impeachment* e pela renúncia por causa de escândalos de corrupção; a principal marca foi a troca constante de ministros na área de Cultura e a descontinuidade nas ações da área (SILVA, 2012).

Com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o Ministro nos dois mandatos, foi Francisco Weffort, que implantou uma administração na Cultura com viés liberal, estimulando investimentos privados, praticamente tirando o Estado das ações na área, o que provocou a concentração dos investimentos em setores que davam às empresas retorno nos investimentos via ações de

marketing e, por consequência, concentração nas regiões mais ricas do país (SILVA, 2012).

Em 2003, quando assume Luís Inácio Lula da Silva e tendo à frente do Ministério da Cultura Gilberto Gil, há uma nítida preocupação em democratizar a cultura, por intermédio das recém-criadas secretarias de Políticas Culturais, de Fomento e Incentivo à Cultura, de Programas e Projetos Culturais, de Audiovisual e de Identidade e Diversidade Cultural além do Plano Nacional de Cultura, com vistas a descentralizar os projetos culturais e permitir o protagonismo de mestres populares e de saberes e fazeres regionais.

Foram criados os chamados “Pontos de Cultura”, que fizeram chegar até os artistas populares as condições de destacaram-se no cenário cultural do país, o que não ocorria com as políticas culturais anteriores, restritivas, com interesse comercial e com ações concentradas na região Sudeste (SILVA, 2012).

O histórico da política de patrimonialização de bens culturais no Brasil, as idas e vindas, a conveniência política, o ajustamento das questões de cultura ao modelo econômico de cada governo, as críticas aos modelos e às decisões, enfim, tudo o que cerca a questão da política cultural no país permite também adotar um olhar crítico sobre qualquer decisão. O processo de tombamento, os interesses envolvidos, a memória seletiva, a ação de determinados grupos, a tentativa de democratizar as decisões e as mudanças nos órgãos de patrimônio, por vezes estruturados tecnicamente, outras politicamente, deixam evidente que o tombamento, a patrimonialização e o registro de bens culturais no Brasil não são processos naturais. Muitos interesses estão envolvidos nessa questão.

Após a enchente de 2010 em São Luiz do Paraitinga, o Ministério da Cultura, por intermédio de órgãos, como o IPHAN, e com projetos do Ministério, como os Pontos de Cultura, colocou em prática algumas dessas políticas para trabalhar em conjunto com a Secretaria Estadual de Cultura, no esforço pela reconstrução do patrimônio arquitetônico e pela reinvenção da cultura luizense.

O próprio conceito de patrimônio foi revisitado; além de órgãos de duas instâncias de poder unirem-se nas ações, também a sociedade pôde participar das deliberações sobre a reconstrução.

As mudanças no conceito de patrimônio e o desenvolvimento de ações políticas para envolver a sociedade nos processos de patrimonialização contribuíram para que um maior número de pessoas, organizações e segmentos da sociedade participassem do debate sobre o patrimônio cultural.

No caso específico da cidade do Vale do Paraíba, os dois momentos de tombamento permitem constatar essa mudança. O tombamento estadual, em 1982, teve um caráter restrito a bens imóveis, tombados um a um e não em conjunto, no centro, e visava “presentear” a população da cidade e do Estado de São Paulo com o tombamento.

Em 2010, no tombamento nacional feito pelo IPHAN, é o conjunto urbano que é tombado — com a paisagem ao redor —, considerando o centro e suas imediações e, por contingência da enchente, acompanhado bem de perto por representantes do poder público e de outras organizações locais, afinal, tudo o que dizia respeito a São Luiz do Paraitinga era analisado por múltiplos agentes naquele momento.

A reconstrução da cidade tornou-se articuladora de uma política pública para o patrimônio ao permitir a aproximação dos dois órgãos de preservação, ao obrigar a aprovação conjunta dos projetos que envolvem investimento público, ao inovar nas audiências públicas para deliberações da comunidade quanto à reconstrução e ao dar ao patrimônio um caráter de pertencimento, de identidade e de memória.

A iniciativa de realizar audiências públicas pode ser caracterizada como inovação se considerarmos que Choay (2006) enfatiza a existência de intencionalidades e de interesses envolvidos nos processos de patrimonialização e Canclini (2013) considera que nem sempre a comunidade se torna detentora dos bens reunidos por sua história porque alguns grupos conduzem o processo de patrimonialização. Assim sendo, a comunidade representada em audiências públicas conhecendo os projetos, os debates, os detalhes técnicos e sendo chamada a opinar e tendo poder de decisão sobre a reconstrução de bens tombados confirmam o caráter inovador das medidas tomadas em São Luiz do Paraitinga.

2.3 Os sentidos da patrimonialização em São Luiz do Paraitinga

São Luiz do Paraitinga adotou como política pública imediatamente após a enchente que, apesar de todos os levantamentos de caráter técnico e profissional — àquela altura necessários na reconstrução da cidade —, deveria levar em conta também a comoção causada pela enchente e pelos seus impactos sobre bens de valor simbólico importante, como a Igreja das Mercês e a Igreja Matriz.

Os dois prédios, símbolos da religiosidade luizense e com remanescentes da construção tombada poderiam ser reconstruídos levando-se em consideração cartas internacionais referentes ao patrimônio, normas técnicas dos órgãos que trabalhavam em São Luiz e pareceres dos profissionais que ali atuavam, mas houve uma preocupação para que as decisões quanto à reconstrução fossem debatidas em audiências públicas e que se ouvisse o que a população tinha a dizer sobre o pertencimento, sobre a sua memória e a sobre a identidade com o lugar em que vive.

A audiência pública que tratou da reconstrução da Matriz ocorreu dentro do espaço onde existia a própria Igreja e que, naquele instante, era ainda o canteiro que acabava de ser limpo e estava entregue à Cúria Diocesana, para que pudesse iniciar as obras. O projeto da nova Igreja é que precisava ser decidido e, por isso, representantes dos órgãos do patrimônio, da Secretaria de Cultura do Estado, da Cúria Diocesana de Taubaté e, principalmente, moradores da cidade estavam lá para receber as informações técnicas sobre os possíveis projetos, mas também para dizer como queriam que a nova Igreja Matriz fosse reconstruída.

Até mesmo a cobertura idealizada pelo IPHAN para preencher o vazio do espaço onde antes havia a Matriz, visualizada na imagem 3, bem como o campanário improvisado para que o sino voltasse a badalar às seis da manhã, ao meio-dia e às seis da tarde — como sempre ocorria até a enchente —, serviriam para a identidade, a memória histórica e o simbolismo que a Matriz representava na vida da cidade. Na audiência pública, havia ficado evidente essa identidade, história e simbolismo, por ser notória a ansiedade pelo início da

obra, juntando-se ao desejo de ver uma réplica da antiga Igreja compondo o mesmo cenário da memória de todos os luizenses.

Os cheios e vazios da Praça da Matriz em São Luiz simbolizavam, naquele momento, bem mais do que querer ter de volta a funcionalidade do espaço. Era preciso, segundo o IPHAN, devolver os contornos da Igreja e as badaladas do sino para preencher um vazio existencial entre os luizenses.



Imagem 3. Obra da Igreja Matriz de São Luiz, cobertura e campanário feitos pelo IPHAN foto de 2013.

Fonte: www.g1.globo.com (acesso em 20 mar. 2015).

A instalação do campanário improvisado trazia de volta à praça de São Luiz o badalar do sino, que sempre marcou a passagem do tempo, avisou que a missa ia começar, anunciou a alegria das festas e chorou o sepultamento de alguém.

Surgiu na Idade Média a tradição de construir grandes campanários para destacar a função do sino em marcar a passagem do tempo durante toda a vida dos moradores de uma cidade (LE GOFF, 1998), por gerações e gerações.

As cidades passavam pelo tempo assim, tendo o badalar do sino da igreja principal como uma referência na vida de seus moradores. Para o IPHAN, resgatar o sino era também uma forma de resgatar a identidade luizense.

No caso específico da Igreja Matriz, o depoimento do representante do IPHAN a respeito é significativo para explicar esse entendimento de que a simbologia, a identidade, o desejo dos moradores era muito importante, superando até mesmo as recomendações feitas em cartas internacionais que tratam da reconstrução de bens tombados.

[...] voltando à questão da Matriz, se sabe que a gente fez uma briga danada pra [...] conseguir tomar conta daquele canteiro e fazer o resgate, e preencher aquele vazio. Todo mundo fala assim: você vê nos cartazes: Ah! O IPHAN fez a cobertura pra proteger o canteiro! Sim, pra proteger o canteiro, mas, mais que tudo, pra preencher aquele vazio existencial que deixou na cidade. E outra coisa, o som do sino, a gente viu também [...] então, imediatamente, quando a gente percebeu isso [...] catou o sino e vamos pendurar e plem! plem! [...] Então tudo o que devolvesse, que enchesse um pouco aquele vazio [...] foi a postura do IPHAN (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2014).

As decisões foram tomadas, como se percebe pelo depoimento, levando em conta o que a população presente nas audiências públicas decidia. O exemplo da construção de um campanário provisório, citado anteriormente, demonstra que os órgãos do patrimônio estavam sensíveis ao que a população dizia nas ruas após a enchente. Ainda que as decisões tivessem um caráter afetivo e talvez não fossem as mais recomendadas pelas normas técnicas previstas em órgãos do patrimônio, era assim que as decisões estavam sendo tomadas.

Representantes dos dois órgãos responsáveis por coordenar as obras de reconstrução das igrejas, bem como de outros imóveis, reconhecem que levar em conta os desejos da população tem certa inovação nos procedimentos, considerando tudo o que já se disse neste trabalho até aqui sobre os interesses envolvidos na patrimonialização, que, dificilmente, consideravam os interesses da comunidade envolvida nesse processo.

IPHAN e CONDEPHAAT reconheceram a importância de perceber os sentidos do patrimônio para a população que viveu o impacto de uma enchente

histórica, que decidiu que o lugar de sua identidade deveria ser reconstruído com os remanescentes dos prédios parcialmente destruídos e ainda, que a reconstrução remetesse à antiga construção, cheia de simbolismos e significados para todos do lugar.

A decisão de respeitar normas de reconstrução e restauração de um bem patrimonial tombado e, ao mesmo tempo, o desejo da população de ter de volta um bem simbólico significativo para sua identidade e pertencimento é debatida em documentos internacionais que tratam do patrimônio histórico, como a Carta de Veneza, em trecho destacado:

Disso é que se vale a Carta de Veneza, quando ordena que as intervenções e acréscimos em monumentos históricos devam ser executados na tecnologia contemporânea de modo que fique patente a diferença entre o antigo e o novo; entre o original conservado e o aderente complementar; entre as substâncias ou materiais empregados no sistema estrutural primeiro e aqueles das complementações e próteses (LEMOS, 2013, p. 91).

No caso da Igreja Matriz São Luís de Tolosa em São Luiz do Paraitinga, o projeto debatido por IPHAN, CONDEPHAAT, Cúria Diocesana de Taubaté e Secretaria de Estado da Cultura preocupou-se não só com a volumetria e a arquitetura, mas também em destacar o visual estrutural da construção nova com os remanescentes das paredes de taipa da antiga igreja como um espaço museográfico.

As técnicas de reconstrução e de restauração de um patrimônio histórico estão presentes no novo templo, porém foram motivos de debates e críticas, que consideravam a proposta de manter somente as ruínas, as de utilizar a mesma técnica da taipa de pilão ou ainda a de manter a nave central sem as paredes laterais, para que os remanescentes compusessem o conjunto da reconstrução.

Segundo o IPHAN — por intermédio de depoimento de seu representante —, foi do órgão federal a iniciativa de harmonizar o conjunto, mantendo os remanescentes, mas dando funcionalidade ao templo, sem perder as características, considerando que a igreja seria novamente o espaço das celebrações religiosas dos luizenses e não um espaço museográfico.

O debate sobre o patrimônio e sobre como reconstruí-lo depois de um desastre natural acrescentou um componente novo à decisão, que é o de em audiência pública, considerar a coletividade e seu anseio, particularmente por associar a identidade e o símbolo ao conceito de patrimônio histórico.

A identidade é um recurso metonímico de processos de patrimonialização [...] na medida em que constitui uma figura retórica e semântica que é mobilizada para conferir uma significação que traduza uma relação objectiva com objectos ou práticas resgatados pelos processos de patrimonialização para preencher novos usos sociais (PEIXOTO, 2004, p. 185).

A retórica e a justificativa para as ações na reconstrução da Igreja Matriz podem ser mesmo um novo conceito de patrimonialização ou um novo uso social para o patrimônio. Peixoto (2004) analisa que não há como desconsiderar a importância simbólica de um monumento para o sentido de identidade em uma comunidade, como é possível associar, por analogia, ao caso de São Luiz do Paraitinga.

Assim como há muito de sentido simbólico na preocupação com os cheios e vazios do centro histórico de São Luiz; conseqüentemente, eles ainda aparecem nos debates por conta das “cicatrices” que estão nas áreas atingidas pela enchente e fazem parte do cotidiano da cidade, seis anos após a inundação histórica.

Como defende Peixoto (2004), muitas vezes a valorização de um centro histórico tem pouco da identidade do lugar e muito mais a preocupação com um cenário idealizado, procurando criar uma identidade mais depurada e exagerada a serviço de interesses comerciais ou turísticos. É o que normalmente prevalece quando se decide pela reabilitação de um centro histórico.

É o que Leite (2008) chama de gentrificação, que é a ressignificação dos espaços e os conflitos que aparecem no uso do espaço público.

Lugares urbanos têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e muito menos dadas: são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no complexo de interação pública, através do qual afirmam suas singularidades, emergem conflitos, dissensões e, eventualmente, consensos. [...] Em termos genéricos, poderíamos dizer que o

consenso se refere ao produto final de uma interação racional. [...] Para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um entendimento mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam (LEITE, 2008, p. 41-42).

O centro histórico de São Luiz, em 2015, ainda tem alguns casarões com paredes danificadas e parte do interior das casas expostos, podendo ser vistos por quem passa pela rua. É como se existissem feridas profundas, ainda não cicatrizadas desde a enchente. Da mesma forma que ter as paredes da Matriz de volta colabora para o sentimento de recomeço da história, também a reforma e a reconstrução das casas e sobrados ajudariam a trazer de volta a identificação com aquele espaço e permitiriam debater o que será da cidade no futuro.

3 SÃO LUIZ DO PARAITINGA – SUA HISTÓRIA E SUA CULTURA

São Luiz do Paraitinga fica localizada no Vale do Paraíba paulista, região compreendida pela bacia do Rio Paraíba do Sul, entre as serras da Mantiqueira e do Mar, na metade do caminho entre as cidades de Taubaté e Ubatuba, distante 182 km de São Paulo.

O povoamento da região cumpria uma decisão política do Governador da Província de São Paulo, em 1769, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão — Morgado de Mateus —, representante da Coroa portuguesa, que previa a ocupação e a consolidação do poder real sobre regiões de São Paulo e do Sul do país — sob constante ameaça dos espanhóis —, particularmente em rotas usadas durante a exploração do ouro em Minas Gerais.

Morgado de Mateus acabou se tornando um legítimo representante no Brasil do pensamento de Sebastião José de Carvalho e Melo — o Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I (BRASIL, 2010). Para os novos povoamentos, a política de Pombal seguia princípios do Iluminismo e determinava que, bem mais do que simples ocupação do solo, houvesse ordenamento nas ruas e construção das casas, o que tornaria as novas povoações verdadeiras cidades iluministas³. Um projeto fora encaminhado a Portugal, definindo os aspectos da nova vila que nasceria, numa espécie de entreposto, no caminho entre Taubaté e Ubatuba.

Há indícios, nas solicitações de abertura de ruas e largos durante os primeiros quinze anos do século XIX, de que na instauração da vila, em 1773, tenham sido feitos a cordeação [medição] das ruas e fincados os mourões de demarcação do perímetro urbano levando-se em consideração a planta remetida pelo capitão-general. O “Auto de Ereção e Levantamento do Pelourinho da Vila” de São Luiz do Paraitinga, em março de 1773, parece estar em concordância com as recomendações feitas pelo Morgado de Mateus. Seu autor é o “Diretor da Nova Povoação”, Manuel Antônio de Carvalho [...] (BRASIL, 2010, p. 62).

³ O conceito de “cidade iluminista” refere-se aos aspectos racionais, salutar e estéticos que ela carrega, juntamente com a ideia de civilidade, riqueza e felicidade. A proposição de fundar ou remodelar cidades, no decorrer do século XVIII europeu, está associada a propósitos de reforma social, como expressão da cultura racional, que preconiza a ação e o pensamento submetidos às “Luzes da Razão”. O Estado monárquico coloca-se a serviço da Razão, comprometendo-se com o “progresso” da sociedade (BRASIL, 2010, p. 59).

O traçado original previsto no projeto ainda existe em São Luiz do Paraitinga com modificações apenas em relação ao marco inaugural (pelourinho), que antes ficava no atual calçadão, Rua 31 de Março, onde existe uma pracinha. O pelourinho foi instalado em 1773, representando a elevação do povoado à condição de vila, afinal, já contava com 52 casas e, portanto, tendo mais de 50 casas, podia ser considerada uma vila.

A área denominada Vargem Grande contemplaria a praça principal do povoado. Considerando as características geográficas da região, a área de ocupação estava entremeada por morros, serpenteada pelo rio Paraitinga, com poucas possibilidades de expansão. As características dessa ocupação aparecem no registro a seguir.

Uma escala e um índice de ocupação que mantêm a cidade ainda fortemente envolvida pela paisagem natural que a contingenciou e deu suporte à sua formação e desenvolvimento; a maior parte da área urbana está contida pelo Rio Paraitinga e pelo morro que contorna a várzea em forma de “dente” escolhida para receber o “plano regular”, bem como pelo mar-de-morros à base dos quais corre o rio: essa várzea ribeirinha e o cenário de morros que a envolvem, em sua maioria recobertos de vegetação e ainda não ocupados, mostram bem a situação estratégica e complexa da rota de transição do planalto para o litoral — numa área de topografia elevada e bastante acidentada que motivou a criação da cidade, em meados do século XVIII (BRASIL, 2010, p. 31).

No período compreendido entre 1773 e 1800, há a configuração da área central da cidade, com as ruas que até hoje circundam o centro. A ponte de acesso à vila — hoje uma passarela — ficava no final da Rua Barão do Paraitinga e no início da Rua Coronel Domingues de Castro.⁴ Compreendia ainda o centro da vila: a Praça da Matriz, a Rua do Rosário — que levava ao adro onde hoje se encontra a Igreja do Rosário — e ainda a Rua da Ponte, que levava à capela das Mercês, uma área considerada como um dos extremos da vila (BRASIL, 2010).

A partir de 1800, tanto o povoamento quanto a economia da vila não encontram o mesmo desenvolvimento visto em outras cidades da região. Os

⁴ A atual Rua Coronel Domingues de Castro era originalmente a Rua da Ponte. A atual Rua Barão do Paraitinga era originalmente a Rua da Quitanda, depois, Rua do Comércio.

moradores locais buscam constantemente encontrar uma vocação econômica para desenvolver o povoamento.

Na mesma linha de atuação, lideranças locais buscavam medidas que pudessem atrair novos moradores e criar novas possibilidades de investimentos. Foi solicitada à Câmara Municipal a autorização para erguer uma nova Matriz, maior que a primeira, num patamar mais elevado e com o aterramento da área da praça para evitar “a confluência das águas, formando ‘lagoa’ no ‘centro da vila’” (BRASIL, 2010, p. 67).

Havia, àquela altura, uma dificuldade em abrir novas ruas, considerando que a área batizada de vargem grande não era tão grande assim. Novos projetos de arruamentos fizeram surgir estudos para o delineamento de novas ruas, como a Rua 31 de Março e a Rua do Carvalho. Novos loteamentos foram autorizados na atual Rua Monsenhor Ignácio Gióia⁵, ligando a Igreja do Rosário até a Igreja das Mercês.

Em 1853, houve autorização para abertura de um novo arruamento, paralelo à Rua Coronel Domingues de Castro, que hoje é a Rua Coronel Manoel Bento⁶, indo ao encontro da Rua da Ponte até o Largo Municipal — hoje Praça Coronel Theodoro Coelho, onde fica a Santa Casa de Misericórdia —, além da atual Rua Oswaldo Cruz.⁷ O fato de surgirem ocupações não planejadas na área de entorno da Matriz obrigou a ser criada a Travessa da Matriz (atual rua Cônego Costa Bueno).

As novas configurações não confrontam o projeto original de Morgado de Mateus, porque ficavam delimitadas pelo rio Paraitinga, por morros em volta e por uma várzea modesta no local original da vila. A configuração da cidade àquela altura está registrada na imagem 4.

Os casarões já construídos compunham o cenário da praça da Matriz, as ruas paralelas ao centro ofereciam simetria e interligação, respeitando a proposta original de manter harmonia. A arquitetura da Matriz, mais imponente, representava o novo momento econômico e a importância de ter um templo religioso que abrigasse a elite local e os seus moradores. O prédio da Câmara e Cadeia, ao lado da Matriz, representava o prestígio de uma elite política que via

⁵ Chama-se Rua do Rosário, porque levava à Igreja de mesmo nome.

⁶ A atual Rua Coronel Manoel Bento (Rua do Mercado) era originalmente a Rua Municipal.

⁷ Originalmente chamava-se Rua Boa Vista.

a condição de prosperar e de ver a cidade tornar-se mais relevante nas decisões políticas da região.

As representações dos prédios, a simbologia de seus significados e a sua manutenção ao longo do tempo ajudaram a compor a memória, a mentalidade, os sentidos do patrimônio que passaram a ter para todos os luizenses. Tornaram-se monumentos que falam por si mesmos, que dialogam com o passado, têm representatividade no presente e que os luizenses desejam preservar como mediação entre o presente, o passado e o futuro.



Imagem 4. Configuração de São Luiz do Paraitinga — foto de 1884.
Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT.

Ainda nesse mesmo período, apareceu uma proposta de ocupação da área depois do rio, reproduzindo a quadrícula de ocupação pensada por Morgado de Mateus. O projeto chegou a ser estudado, mas os vereadores optaram por promover abertura de novas ruas ainda no sítio original, ainda na “vargem grande”.

É importante considerar que a proposição de novos arruamentos não apenas considerava a simetria e a largura dessas novas ruas, como também determinava a uniformidade nas fachadas, térreas ou assobradadas, para manter a “formosura” do lugar (BRASIL, 2010).

Após 1850, São Luiz do Paraitinga encontra um período de maior prosperidade econômica ligado basicamente ao incremento de uma policultura local. Por não conseguir concorrer com a produção de café de outras cidades vizinhas — que àquela altura, tornavam-se grandes exportadoras —, o pequeno município desempenhou o papel de dar sustentação ao mercado interno regional. As produções de café e de algodão também foram importantes, porém não eram a principal produção agrícola, como tradicionalmente se crê.

Do ponto de vista da urbanização, nesse período, foram abertas duas travessas ligando a Rua Monsenhor Ignácio Gióia à Rua Osvaldo Cruz, que hoje são a Rua da Floresta e a Rua do Cruzeiro; do outro lado da ocupação central, abriu-se a Rua do Benfica⁸, que ligava à estrada Cunha-Parati (BRASIL, 2010).

O censo de 1872, o primeiro e derradeiro do Império, registra esse momento: na cidade são encontradas sete ruas, praticamente o que já estava definido em 1850: Direita (Coronel Domingues de Castro); Rosário (Monsenhor Ignácio Gióia); do Carvalho; do Comércio (Barão do Paraitinga); Municipal (Coronel Manuel Bento); Boa Vista (Osvaldo Cruz); da Cadeia (31 de março) e Lavapés (Benfica), estrada para Cunha/Rio Acima, no final da Rua do Carvalho, limite da cidade junto ao córrego Lavapés, aberta em 1864. Mais as travessas abertas no final da fase anterior: da Matriz (Cônego Costa Bueno), do Ararat (Rua da Floresta) e do Rosário (Rua do Cruzeiro). As praças, tidas como tal, continuavam sendo as duas antigas, as da Matriz e a do Rosário, mais a nova, a Municipal. Deve-se notar que o espaço onde esteve a Cadeia e o Paço Municipal entre 1849 e 1864, o atual Largo Euclides Vaz de Campos fronteando a Rua 31 de Março, na época estava em abandono e era chamado popularmente de Largo da Cadeia Velha (BRASIL, 2010, p. 72).

O período econômico favorável permitiu às famílias mais ricas iniciar a construção de casarões assobradados na praça da Matriz. Usando a técnica de construção da taipa de pilão e pau a pique, foram erguidos os sobrados, sempre respeitando os critérios originais pensados para a cidade, ao considerar simetria, altura, disposição das casas naquele espaço para servir de embelezamento à

⁸ Originalmente chamada Rua do Lavapés.

praça principal. A esses casarões estão associados os nomes de famílias tradicionais, donas de fazenda e detentoras do poder político local: Moura, Gomes de Gouvêa, Domingues de Castro, Pereira, Campos, Figueira.

A última rua aberta nesse período, no entorno do centro, foi a Rua Capitão Antônio Carlos⁹, próxima ao rio, ao final da Praça Municipal ou atual Praça Coronel Theodoro Coelho.

Várias intervenções urbanísticas passaram a ocorrer, como calçamento das ruas, obras de drenagem, alargamento do rio, contenção de encostas, iluminação e abastecimento, culminando, em 1897, com a construção de uma nova ponte no Porto do Império dando acesso direto à praça central. O porto onde foi construída a ponte foi o mesmo local onde, a 19 de agosto — dia de São Luís D'Anju, bispo de Toulouse — do ano de 1769, Manoel Antônio de Carvalho encontrou a Vargem Grande e o sítio seco onde fez paragem e decidiu fundar a nova vila (BRASIL, 2010).

O morro Ararat, depois morro do Cruzeiro, começou a ser povoado ainda na década de 1880, com várias concessões de terrenos e loteamentos feitos pela Câmara Municipal na Rua Boa Vista — paralela à Rua Monsenhor Ignácio Gióia —, àquela altura, já com interligação pela Rua da Floresta e Rua das Mercês. Ali, ainda antes dessa política de povoamento, em 1826, foi construída uma casa com um grande terreno ao fundo, onde se plantava café. Nesta casa, em 1872, nasceria o médico sanitarista Oswaldo Cruz.

Na primeira metade do século XX e principalmente a partir da década de 1950, há o adensamento nas construções no morro do Cruzeiro, recebendo as famílias mais pobres da cidade e, posteriormente, famílias que vinham da zona rural para buscar a sobrevivência na cidade.

3.1 Os templos religiosos

3.1.1 Igreja Matriz São Luís de Tolosa

A Igreja Matriz, que originalmente ficava com a frente voltada para a Praça Euclides Vaz de Campos, começa a ser reconstruída em 1830, agora com

⁹ Originalmente chamada Rua América.

a frente voltada para a Praça Dr. Oswaldo Cruz. Maior e mais imponente, visava atender ao novo momento político e econômico da cidade. Após dez anos em reconstrução, em 1840, a cidade tinha uma nova Igreja Matriz.

Em 1927, por ação do pároco, padre Ignácio Gióia, a Igreja Matriz sofreria sua última grande intervenção (antes da queda na enchente de 2010), com corredores laterais internos e paredes de alvenaria. Os altares de mármore na nave central, incluindo o altar-mor de mármore de carrara doado pelo empresário taubateano Félix Guisard Filho, foram colocados em 1945. O resultado final dessas intervenções, aparecem na imagem 5.

A iniciativa de remodelamento da Matriz feita por Monsenhor Ignácio Gióia, na reforma que durou três anos, foi paga com doações, com a contribuição de muitos luizenses e com a generosidade do próprio padre.

Logo após a construção da Igreja do Rosário, Monsenhor começa uma campanha pela reforma da Igreja Matriz, que havia sido inaugurada em 1840. Em 1927, uma nova Matriz começa a ser entregue aos paroquianos, com corredores laterais, altares de mármore, mesas de comunhão e púlpito. [...] Monsenhor Gióia teve muita dificuldade para pagar as contas da reforma da Matriz. Encontrou famílias que colaborassem, mas ainda assim, algumas dívidas ficaram. Uma delas era a dos altares de mármore, que girava em torno de 20 mil réis (moeda da época) e que era uma razoável importância. Uma visita de um alemão a São Luiz do Paraitinga, hospedado na casa paroquial, fez com que um jogo de prata que Monsenhor Gióia trouxera da Itália, que era de sua família, despertasse interesse no estrangeiro. O valor sentimental era incalculável, mas o amor por São Luiz calculou o preço... 20 mil réis (o valor da dívida dos altares). O negócio foi concretizado e Monsenhor Gióia pagou o que faltava da colocação dos altares na Matriz com uma pequena herança de família (SANTOS, 2012, p. 20-21).

No interior da Igreja Matriz, em 1954, o mesmo Monsenhor Ignácio Gióia deu ao artista campineiro Domingos de Rocco a pintura e a decoração interna da Igreja Matriz (CAMPOS, 2014).

Em 1972, por iniciativa do pároco Monsenhor Tarcísio de Castro Moura, foi trocado todo o forro, que apresentava sinais de degradação; após a troca, foi dada ao artista taubateano Álvaro Pereira a missão de decorar o forro com novos afrescos (CAMPOS, 2014). Entre os remanescentes que hoje

compõem a nova Matriz, reconstruída e devolvida aos luizenses em 2014, está esse mesmo forro reformado e restaurado.



Imagem 5: Igreja Matriz e praça de S. Luiz do Paraitinga — foto de 1929-1930.
Fonte: Acervo do CONDEPHAAT.

Nas imagens 4 e 5, ao lado da Igreja Matriz, está o prédio de Câmara e Cadeia, construído em 1877. O prédio que abrigava a Câmara ficava antes na praça Euclides Vaz de Campos (pracinha), mas, durante a enchente de 1867, as paredes de taipa ficaram totalmente danificadas e o prédio foi condenado. As autoridades locais decidiram então fazer um novo prédio para a Câmara Municipal, porém decidiram fazer essa construção em uma parte mais alta, ao lado da nova Matriz.

3.1.2 Igreja Nossa Senhora do Rosário

Outra igreja importante é a de Nossa Senhora do Rosário, que tem a característica arquitetônica atual desde 1921, quando, por iniciativa do padre

Ignácio Gióia, teve terminada sua última reconstrução. A igreja mais antiga que ficava no mesmo local sofreu a ação do tempo e, quando o padre italiano assumiu a paróquia em 1912, ela já estava em ruínas, como mostra a imagem 6.



Imagem 6. Igreja do Rosário — primeira construção — foto de 1906.
Fonte: Acervo do IPHAN.

Com a chegada do padre italiano, Ignácio Gióia, foi decidido que deveria ser derrubada para a construção de um novo templo considerando não ter condições, àquela altura, de passar por uma restauração.

A iniciativa de reconstruí-la passou por uma tentativa de fazer um templo maior no alto do morro, mas isso acabou inviabilizado.

Na imagem 7, já aparecem obras da nova construção, bem maior que a original e projetando um templo com novas características. Pouco favorecida pelo espaço no alto do morro e pelas características do local, não encontrou

condições de ser terminada, porque corria risco de comprometer sua estrutura, por estar ao lado de um morro ladeando a Rua do Carvalho.



Imagem 7. Procissão de São Benedito — ao fundo, Igreja do Rosário em construção — foto de 1916.

Fonte: Acervo de Juventino Galhardo.

A decisão de construir uma Igreja menor, com arquitetura neogótica, foi do padre Ignácio Gióia, depois Monsenhor, que hoje dá nome à Rua que acessa a Igreja. Em 29 de maio de 1921, foi inaugurada a nova Igreja Nossa Senhora do Rosário após trabalho realizado pelo arquiteto Luiz Antonio Teixeira Leite, pelo Mestre de obras Pedro Pereira Rio Branco e com o altar-mor confeccionado em São Paulo, por Marino Del Favero (CAMPOS, 2014). Em várias oportunidades, a Igreja do Rosário serviu como Igreja Matriz da cidade. Depois de 2010, após sua última restauração, abrigou a comunidade como Matriz provisória enquanto ocorria a reconstrução da Igreja principal de São Luís de Tolosa.

A imagem 8 mostra a construção inaugurada em 1921, pouco tempo depois do processo de restauração ocorrido entre 2012 e 2013.



Imagem 8. Igreja do Rosário — foto de 2015.
Fonte: Acervo de Benedito Barbosa.

Nos dias que se seguiram à enchente de 2010, a Igreja serviu como base de apoio da Defesa Civil e de voluntários para guardar doações, distribuir mantimentos, roupas e água à população.

A primeira missa no pós-enchente, no dia 07 de janeiro de 2010, foi presidida por Dom Carmo João Rodhen, então bispo diocesano de Taubaté, no adro da Igreja do Rosário, reunindo dezenas de pessoas, ainda sob forte comoção, e tendo como visual a praça debaixo de escombros e a Matriz completamente destruída.

3.1.3 Capela Nossa Senhora das Mercês

Entre as igrejas de São Luiz, uma das mais antigas é a capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês, que foi inaugurada em 1814. Em estilo colonial, serviu como referência no sítio original da cidade, identificada como um dos extremos da vila. Foi edificada em fins do século XVIII por devoção de Maria Antônia dos Prazeres, com dinheiro doado pela família Pereira, em terreno cedido pelo Conselho Municipal. Foi inaugurada em 23 de setembro de 1814. No local está sepultada dona Luísa Maria do Bonsucesso, zeladora da capela, em sepultura embaixo da escada da sacristia (CAMPOS, 2014).

Há ainda outro relato sobre a história da igreja feito pelo historiador Jaelson Trindade, afirmando que já existia anteriormente uma capela no local, por haver referência ao traçado urbano original da vila, dando como limite a capela das Mercês (CAMPOS, 2014).

Na enchente de 2010, ainda antes da queda da Matriz, a pequena capela de taipa ruiu completamente e a imagem de Nossa Senhora das Mercês, feita de terracota (barro cozido), foi transformada em pedaços. Voluntários trabalharam no local para separar alguns remanescentes e retirar os pedaços da imagem, para possivelmente ser restaurada.

O Ministério da Cultura, por intermédio do IPHAN, trabalhou na reconstrução da capela, depois de decisões quanto ao projeto tomadas em uma audiência pública que reuniu representantes da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, do IPHAN e do CONDEPHAAT, além de pessoas da comunidade, ocorrida em abril de 2010.

Em conversa informal, durante a visita de alunos do Ensino Médio ao canteiro de obras, o arquiteto Antônio das Neves Gameiro, que trabalhou na reconstrução, confidenciou que, do ponto de vista histórico, a capelinha deveria ficar sob ruínas, para marcar o momento da enchente, mas, devido ao simbolismo e ao significado que tem para a identidade luizense, o próprio órgão de preservação do patrimônio decidiu pela reconstrução.

O representante do IPHAN deixa clara a posição de respeitar a comoção dos luizenses na decisão de reconstruir a capela quando afirma:

[...] a gente sofre — vamos dizer críticas — a partir da nossa atuação, que é a reconstrução da Matriz e a reconstrução da capela das Mercês. Então isso no meio acadêmico, **no meio dos especialistas, aquilo lá foi um acinte, foi uma Disneylândia**, mas daí eu explico: gente tem duas questões aí: primeiro, para o tombamento do IPHAN ela é uma lacunazinha que tem que ser preenchida, poderia ser preenchido com uma construção nova e tal? Poderia! Mas daí entra um segundo fator — **essa capela das Mercês e a Matriz não foram destruídas por desmazelo, mas por uma catástrofe, uma tragédia, dentro de uma cidade extremamente religiosa, extremamente católica** que ficou sem templo nenhum. Então quem somos nós para querer, para negar a importância de uma reconstrução simbólica? (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 de dez. de 2014, grifos nossos)

A técnica de reconstrução previa o reaproveitamento de todos os remanescentes e o respeito à volumetria, inclusive fazendo a proteção da taipa de pilão que ainda existia, construindo parede de alvenaria na mesma dimensão da parede original, para caracterizar que havia ali uma nova construção. Os remanescentes da antiga capela permaneceram na nova construção para o registro histórico da queda ocorrida em 2010.

Apesar da existência reconhecida de um túmulo embaixo da escada que dava acesso ao coro, durante o trabalho de reconstrução, não foi encontrada nenhuma ossada no lugar correspondente à sepultura. Apesar disso, o IPHAN decidiu reproduzir o túmulo como ele sempre existiu, mesmo que ali não se encontre nenhuma ossada.

A imagem 9 mostra a capela reconstruída, com a mesma volumetria, os mesmos detalhes de construção. O sino, a cruz, parte da pedra na entrada da porta e do batente são remanescentes da antiga capela destruída pela enchente. No interior da igreja parte da parede de taipa, também remanescente, está protegida por um vidro que permite visualizá-la detalhadamente e, sobre ela, foi feita uma estrutura que permitiu subir a parede de alvenaria, com a mesma volumetria e simetria da parede antiga.



Imagem 9. Igreja das Mercês após reconstrução e restauração — foto de 2011.
Fonte: www.domtotal.com (Acesso em 23 mar. 2015).

O processo de reconstrução e restauração da igreja das Mercês foi assim descrito tecnicamente pelo representante do IPHAN,

[...] a opção da gente foi reconstruir, recompletar, mantendo tudo ao máximo, tudo que sobrou, deixando visível que era um original — só para não ter dúvida do que era da capela que caiu e da capela nova, e reconstruímos, recomplementamos a parede. as paredes novas [...] se não tem colunas, pilares pra sustentar uma viga, a viga tá apoiada em cima da parede, a parede ela é alvenaria maciça, em cima de uma grande viga, baldrame de concreto, por trás das remanescentes de taipa, que (tem) uma fundação bem profunda, e essa viga é como se fosse uma viga baldrame, mas só que tá no ar, e daí ela sustenta essa parede toda [...] a gente num tá fingindo que ela é uma paredinha aqui, outra aqui, e tem um oco no meio, elas são grossas de verdade (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 de dez. 2014).

A mesma empresa que trabalhou no resgate de remanescentes em Goiás Velho (GO), igualmente atingida por uma enchente, resgatou, em São Luiz do Paraitinga, objetos e remanescentes da Igreja Matriz, restaurou imagens de madeira e também restaurou a imagem de Nossa Senhora das Mercês.



Imagem 10. Imagem restaurada de Nossa Senhora das Mercês — foto de 2011.

Fonte: www.a12.com (Acesso em 23 mar. 2015).

A imagem 10 mostra, em terracota (barro cozido), Nossa Senhora das Mercês, que foi destruída em noventa e quatro pequenos pedaços quando houve a queda da capela (BRASIL, 2012).

Os templos religiosos, assim como várias manifestações culturais em São Luiz do Paraitinga, estão diretamente relacionados ao profundo sentimento de religiosidade presente no dia a dia dos luizenses. Nos dias que se seguiram à enchente, não era raro ouvir as pessoas dizendo — até mesmo aquelas que haviam perdido tudo, incluindo a própria casa — que deveriam ser reconstruída a Igreja das Mercês e a Igreja Matriz, porque eram lugares muito importantes para a cidade.

3.2 A religiosidade luizense

3.2.1 Semana Santa

A religiosidade marca momentos importantes das tradições seculares que existem na cidade. Dentre as festas religiosas, são marcantes as cerimônias paralitúrgicas da Semana Santa. Além dos ritos já previstos nas celebrações católicas para a semana, como Missa do Lava-pés, Adoração da Cruz na Sexta-Feira Santa e Missa da Vigília Pascal no Sábado de Aleluia, existem tradições mantidas há mais de um século, com destaque para a procissão do enterro de Jesus na Sexta-feira Santa, à noite, pelas ruas da cidade, sempre acompanhada por uma multidão. É uma encenação, mais que uma procissão, no ritual assim descrito:

À noite, há outra procissão paralitúrgica, a do Enterro de Jesus. Nessa procissão, além das irmandades religiosas carregando tochas, muitos fiéis seguiam o cortejo, atrás da banda de música, portando velas acesas em pagamento de promessas. Tornava-se uma grande cenografia. As imagens de Nossa Senhora das Dores, do Senhor Morto acompanhadas pelos apóstolos que haviam participado do lava-pés, e por pessoas representando Madalena, São João, as Santas Mulheres (conhecidas como “Biús”) e a Verônica vestida de preto da cabeça aos pés. Em locais [...] determinados a Verônica sobe num tamborete e entoava o cântico em latim. Enquanto canta, ela desenrola, aos poucos, um pano com uma imagem da face de Jesus pintada em vermelho, como se estivesse gravada em sangue, exibindo-a aos fiéis (CAMPOS, 2014).

A imagem 11 registra um dos momentos durante a procissão em que a mulher que representa a Verônica canta, em latim, e vai revelando a imagem que traz consigo. Segundo a tradição, ao ter enxugado a face de Jesus durante o caminho do Calvário, a imagem de seu rosto ficou impregnada no tecido.

Em destaque, na mesma imagem 11, Nossa Senhora das Dores, em tamanho natural, que ficou sob os escombros da Igreja Matriz, foi resgatada durante a Semana Santa de 2010 e mostrada à população, àquela altura, obviamente, ainda não restaurada. Atualmente, encontra-se em um nicho no mesmo lugar que sempre ocupou na Igreja Matriz da cidade.



Imagem 11. Procissão do Enterro — foto de 2012.
Foto de: Luciano Coca. Fonte: www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br (Acesso em 30 nov. 2015).

Ao final da procissão do enterro, dentro da Igreja Matriz, organiza-se o beijamento de Nossa Senhora das Dores e de Nosso Senhor Morto, que ficam até o início da madrugada recebendo pessoas, que permanecem em longas filas.

3.2.2 Festa do Divino

Outra festa de tradição secular, repleta de símbolos, rituais e celebrações, é a Festa do Divino Espírito Santo, que acontece cinquenta dias depois da Páscoa, quando a igreja celebra o Pentecostes — a manifestação do Espírito Santo sobre os apóstolos, segundo a liturgia católica.

O registro mais antigo que há sobre a Festa do Divino em São Luiz é de 1803, porém o próprio registro indica que a festa já tinha tradição, afinal, faz referência à existência da casa do Império e já aponta um conflito entre o religioso e o profano.

A mais remota referência à festa do Divino Espírito Santo encontrada em São Luiz do Paraitinga é de 1803. Num [sic] documento oficial da Câmara Municipal denuncia o crescimento da prostituição. Vinda de outras vilas, as prostitutas estão prejudicando a lavoura, atraindo à vila os homens que passam a noite com elas “publicamente, no lugar do Império, em que se costuma festejar o Divino Espírito Santo” (ALMEIDA, 1987, p. 534-535).

A Festa do Divino está repleta de simbolismos. Existe muito de devoção popular durante as festividades orientadas pela liturgia católica, que organiza uma novena preparatória para o dia de Pentecostes, além de algumas paraliturgias, como a procissão das Bandeiras e a procissão do Divino, que encerra a festa no domingo principal.

Um exemplo de tradição secular que marca as comemorações do Divino Espírito Santo é o preparo do “afogado”, que é uma comida típica na região, que é distribuída gratuitamente às pessoas que participam da festa.

O afogado é uma comida típica da região, preparada com carne de segunda [...]. A preparação do prato é realizada somente por homens. As mulheres somente participam cortando os legumes e realizando tarefas menores. A sua distribuição, juntamente com arroz, macarrão e farinha de mandioca, é um dos pontos altos da festa (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2006, p. 6).

No caso específico do afogado, o valor do patrimônio cultural está no ritual que o cerca. A comida distribuída durante a festa é resultado de uma peregrinação feita com a bandeira do Divino em todo o município e nos municípios vizinhos, com o objetivo de arrecadar as “prendas” para realizá-la.

O trabalho de vários moradores está envolvido nesse ritual. Há o festeiro e sua família, que assumem a organização de toda a festa, que dura o intervalo de um ano. Há a Folia do Divino — um grupo de homens, normalmente junto a um responsável pelo recolhimento das prendas —, que visita toda a extensão do município e municípios vizinhos.

Ao longo do percurso da folia, ocorrem os “pousos da folia”, em que um morador oferece a acolhida aos foliões com um jantar que recebe os moradores da vizinhança. É um privilégio e uma honra poder oferecer a “janta da folia” ao maior número de pessoas possível. Costuma ser um grande evento.

Os moradores que recebem a bandeira do Divino obedecem a um ritual que se repete secularmente. O dono da casa recebe a bandeira e é seu portador enquanto os foliões cantam um hino de louvor ao Divino. Após o primeiro canto, o morador leva a bandeira a todos os cômodos da casa para abençoar a residência. Os outros moradores beijam o estandarte e, caso queiram agradecer especificamente a uma graça recebida, dão um pequeno nó em uma das fitas amarradas à bandeira e podem colocar uma foto ou uma cópia de documento que represente a graça que receberam.

Após o ritual, o morador oferece uma esmola, que pode ser uma doação em dinheiro ou uma prenda. É comum, nas propriedades rurais, que o morador doe um frango, uma leitoa, ou até mesmo, um bezerro (dependendo das posses da família) para a realização da festa do Divino.

Os moradores acreditam que doar ao Divino representa uma benção ao trabalho que eles vão realizar durante todo o ano, com a proteção de Deus ao plantio e à colheita.

Ao chegar o momento da festa, na cidade, a última etapa do recolhimento das prendas acontece na chamada “Casa da Festa” — espaço onde os moradores podem levar suas doações e onde é oferecido, diariamente, um almoço aos visitantes durante os dias da novena.

No segundo dia da novena, conhecido como “sábado do encontro das bandeiras”, a bandeira que vem da zona rural encontra-se com a bandeira do festeiro, que está na cidade, e, oficialmente, a festa está iniciada (embora a novena já tenha tido início no dia anterior).

Neste dia, também é oferecido um jantar a toda a população, conhecido como “afogado”. O ritual de preparação do afogado envolve um número muito grande de pessoas, porque implica cortar a carne, descascar e cozinhar batatas, preparar arroz e macarrão em quantidades significativas. Grandes tachos de cobre, sobre verdadeiras fogueiras, são utilizados para fazer o afogado, normalmente em uma grande área do Mercado Municipal.

Quem se dirige para a fila traz sua vasilha de plástico — muitos a trazem com tampa e de tamanho razoável, para levar para casa. E é assim que ocorre em todos os anos. Deve-se garantir alimentação para os moradores, para os devotos da área rural ou de outra cidade, para os turistas que queiram e também para

os que ficaram em casa e não puderam ir. A comida do Divino deve servir a todos, sem faltar (SILVA, A. 2011, p. 71).

A receita é conhecida de todos os luizenses: carne de vaca cozida, servida com macarrão, batata, arroz e farinha de mandioca — o afogado. A distribuição farta de comida representa a bênção do Divino sobre o trabalho realizado e é um banquete celebrativo de agradecimento e de louvor ao Espírito Santo.

Todo esse ritual, que se repete há pelo menos dois séculos em São Luiz do Paraitinga, termina quando o afogado é abençoado pelo padre e distribuído aos devotos. É como se o momento final de uma celebração tivesse chegado e que, àquela altura, já é o resultado de um trabalho realizado por toda a comunidade e que já dura um ano inteiro.

Tudo aquilo que liga o passado e o presente, que tem significado, que é representativo, é o patrimônio de um lugar, de um povo, de uma comunidade. Se para São Luiz do Paraitinga um patrimônio, entre tantos outros exemplos, é o afogado, para outras localidades pode ser uma dança, uma festa, um jeito de tecer, uma forma de se expressar — é o saber fazer. Para se delimitar o que é o patrimônio, é preciso compreender a importância de um símbolo de pertencimento, que, por ter essa conotação, deve ser preservado.

Os aspectos ritualísticos presentes na Festa do Divino, que vão do religioso ao profano, do transcendente ao prático, são, para o povo, a representatividade da tradição, da religiosidade, da devoção e dos símbolos, que, unidos, fazem a Festa do Divino.

O ritual de preparação do afogado é repetido todos os anos, incorpora novas pessoas, o que garante a continuidade da tradição, e, ainda conta com um de seus antigos colaboradores, como é o caso de “Seu Dorvo” — destacado na imagem 12 —, respeitado entre os cozinheiros como o mais antigo representante.



Imagem 12. “Seu Dorvo” preparando o afogado — foto de 2009.
Foto de: Luciano Coca. Fonte: www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br (Acesso em 10 abr. 2015).

Como define Gonçalves (2005), falando sobre o patrimônio como pensamento reconhecido e analisado,

[...] ritos e objetos podem ser percebidos simultaneamente em sua universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas) no tempo presente e ao mesmo tempo herdados (recebidos dos antepassados, de divindades etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (GONÇALVES, 2005, p.30).

Importante registrar que, ao longo dos anos, a Festa do Divino em São Luiz do Paraitinga convive com uma espécie de confronto entre a Igreja e as tradições profanas (ALMEIDA, 1987).

Em 1910, o Bispo de Taubaté, Dom Epaminondas Nunes D'Ávila e Silva, mostra-se indignado com o que ocorria nos festejos de Pentecostes com críticas públicas por meio do jornal diocesano "O Lábaro", quando comenta sobre o desperdício de comida, as práticas da folia e outros excessos e afirma que o paganismo se sobrepôs ao cristianismo.

Com a instalação da Diocese de Taubaté, em 1910, houve a primeira intervenção que provocou mudanças na festa do Divino, que até então conservava as características do catolicismo colonial, de origem ibérica. Depois de muitas censuras contra a parte dos festejos chamada de "profana" houve o golpe, que se acreditava fatal. O jornal da diocese "O Lábaro", de 19 de outubro de 1911, após descrever o "desperdício" da última festa, saúda a decisão do bispo Dom Epaminondas Nunes D'Ávila e Silva de proibir a escolha do festeiro, deixando a comemoração a cargo de uma comissão sob a tutela do vigário. Dizia o texto: "O programa da festa foi, como de costume, um conglomerado de paganismo e cristianismo, preponderando talvez aquela parte a esta. Felizmente, com grande aplauso das pessoas sensatas, será esta a última grande festa assim celebrada". Assim, a comemoração de Pentecostes evitaria o desperdício, e informa o quanto se gastava na realização da festa "não se comprometendo a gastar 8 ou 10 contos, como até agora se fazia". E termina com "um sentido 'requiem aeternam', em nome do povo culto de São Luiz, às folias, João Paulino e casas da festa" (CAMPOS, 2014).

Almeida (1987, p. 673) refere-se ao nível de desperdício de comida na festa do Divino, relatando que "a casa da festa serviu comida à vontade a toda a população durante oito dias; ao final, os 28 degraus do casarão tinham dois dedos de comida pisoteada; cento e cinquenta leitões, além de muitas reses e aves foram abatidas", de certa forma justificando a indignação do bispo diocesano no relato do jornal da Cúria de Taubaté.

A festa — com seus aspectos ditos profanos —, volta a existir em 1940, por iniciativa do pároco, padre Ignácio Gióia, que assumira a paróquia em 1912, um ano após a decisão diocesana de designar uma comissão de paroquianos e não mais um festeiro para organizar a festa.

A explicação para as razões que a fizeram ser retomada, bem como o processo para reviver as tradições de trinta anos antes em suas formas originais — apesar de uma geração inteira não ter tido contato com ela —, é até hoje misterioso para os pesquisadores dessa festa (CAMPOS, 2014).

Atualmente a tradição secular encontra tentativas de incorporação de aspectos ligados à Renovação Carismática Católica; normalmente essas iniciativas estão ligadas ao perfil do pároco do momento. Em outras oportunidades, párocos questionaram a distribuição do afogado, alegando que não deveria caber ao festeiro essa despesa. Houve oportunidades em que não foi escolhido o festeiro e coube à Igreja organizar toda a festa; enfim, em alguns momentos, há tentativas de interferência, mas as tradições resistem e persistem.

Os rituais da festa são repetidos anualmente. Desde a peregrinação da bandeira, a coleta de prendas, o pouso da folia e a preparação do afogado - — já descritos — até a novena na Matriz, o que persiste é a tradição.

Os devotos levam suas bandeiras do Império¹⁰ até a Igreja todos os dias, para participar da novena. A missa é celebrada com a Matriz sempre lotada. O secular “Veni Creator” é solenemente cantado em latim e é um hino tradicional também nas cerimônias católicas quando se invoca o Espírito Santo (até mesmo na abertura dos conclaves que elegem um novo Papa). Em São Luiz, é entoado há décadas na novena do Divino (SANTOS, 2008).

No domingo da festa, por volta das 5h00 da manhã, tem início a alvorada festiva, realizada por Congadas de vários municípios do Vale do Paraíba, que iniciam desfile por várias ruas ao som de tambores, acordando o povo para o “grande dia”. Ao longo do domingo, inúmeras manifestações culturais ocorrem na praça da Matriz, como moçambiques, dança de fitas, apresentações musicais, pau de sebo, além das Congadas que, incansáveis, ficam até o final da procissão desfilando pelo centro histórico.

¹⁰ O Império é uma sala, normalmente em um dos casarões do centro histórico, preparada e decorada em vermelho e dourado para ser a sede do Império do Divino nos dias da Festa. Em destaque ficam a coroa do Divino e a imagem de uma pomba — como tradicionalmente é representada a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. A tradição remonta ao Império português quando a rainha Isabel entregava sua coroa, seu cetro e seu povo ao Império do Divino durante as festividades de Pentecostes em Portugal (SANTOS, 2008).

A procissão de encerramento da festa é um desfile de símbolos ligados ao Divino Espírito Santo, como revela a imagem 13. O acontecimento, manifestação pública da religiosidade dos luizenses, confere aos festejos de Pentecostes o caráter de ser a mais importante e tradicional festa religiosa em São Luiz do Paraitinga, tornando-a importante patrimônio cultural do município.



Imagem 13. Procissão de encerramento da Festa do Divino — foto de 2015.

Fonte: Acervo de Karla Ferreira.

Na procissão as associações religiosas são representadas, além dos noveneiros e festeiros, que trazem suas bandeiras, do Rei e da Rainha do Congo — símbolo da devoção dos negros ao Divino —, do príncipe e da princesa, com seu cetro e coroa, assim como pajens que representam os sete dons do Espírito Santo (Sabedoria, Inteligência, Conselho, Ciência, Piedade, Fortaleza e Temor de Deus). Grupos de Congadas, Companhias de Moçambique e a Corporação Musical São Luís de Tolosa também acompanham a procissão pelas principais ruas da cidade.

Nos anos em que o novo festeiro é escolhido pelo pároco ainda durante a festa que está terminando, já na missa vespertina, celebrada após a procissão, esse festeiro é apresentado ao povo e há um gesto simbólico da entrega da bandeira do Divino que peregrinou pelo município naquele ano para o responsável pela peregrinação do ano seguinte.

Em torno de três a quatro meses após o encerramento da festa, já há um jantar comemorando a “saída da bandeira”. Um novo ciclo de festa tem início, e a bandeira do Divino volta a realizar seu percurso dentro do município e nos municípios vizinhos. A tradição renova-se.

O patrimônio cultural está revestido daquilo que se considera a “alma das coisas”, porque o que os objetos, os rituais, as expressões ganham de significação particular os tornam especiais. Os símbolos falam e, por isso, são patrimônio, por pertencerem e terem significado para um povo.

3.3 Manifestações da cultura popular

São Luiz do Paraitinga é campo de pesquisa para muitos estudiosos da cultura popular, porque além de seu patrimônio arquitetônico preservado e sua religiosidade marcada por tradições seculares, tem outras importantes manifestações que dão significado à sua patrimonialização como um bem histórico e cultural do país.

A reinvenção da tradição, que por muito tempo no Brasil foi tematizada como “folclórica”, definida como costumes populares, encontra novos conceitos, principalmente a partir da Constituição de 1988, que deu ao

patrimônio imaterial (o saber-fazer) um espaço de significação na área da cultura. Vale registrar que desde 1947 já existe no Brasil a Comissão Nacional de Folclore, inclusive vinculada à UNESCO (OLIVEIRA, 2008), porém ainda com um olhar de distinção entre cultura e folclore.

Nos dias de hoje, há uma renovação do campo de estudos da cultura popular. Consideram-se diferentes formas de articulação entre modernidade e tradições populares, entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas. Reconhece-se que as culturas populares, longe de estar em decadência, prosperam e seu hibridismo anula as divisões entre o culto, o popular e a cultura das massas (OLIVEIRA, 2008, p. 95).

Durante a festa do Divino a cidade ganha uma sonorização própria, particularmente ao longo do domingo de encerramento da festa, que são as apresentações das companhias de Congadas, Cavalhada, Folia e Moçambiques.

Na cidade que nasceu no século XVIII e onde a mão de obra escrava foi importante na construção de seus sobrados e casarões coloniais, as Congadas e o Divino unem duas representações importantes da religiosidade e da cultura popular. A celebração de Pentecostes também é um momento de reviver as origens, de voltar ao passado das manifestações afro-brasileiras e de visitar a resistência e o sincretismo da cultura africana e brasileira nos tempos do Brasil Colônia.

Em São Luiz do Paraitinga ainda existe e resiste a Companhia de Moçambique do Alto do Cruzeiro. Manifestação Popular de caráter religioso que louva e dança São Benedito, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Rosário, devoções intimamente ligadas aos negros e aos séculos de escravidão africana no Brasil.

Formas devocionais populares de culto a São Benedito, “típicas” da cultura do Vale do Paraíba, possuem origem provável entre os escravos, ainda no século XVIII. O moçambique consiste na formação de um grupo de devotos que dançam em homenagem ao santo cultuado pelos negros no Brasil e a Nossa Senhora do Rosário ou Aparecida. [...] Representariam através do manejo de bastões (no moçambique valeparaibano) a luta entre mouros e cristãos (SILVA, A. 2011, p. 51).

O Alto do Cruzeiro é o bairro mais populoso da cidade e congrega, no emaranhado de construções e suas vielas, a população de menor renda. O reduto de algumas manifestações da cultura popular, com contadores de histórias, figureiros, grupo de Moçambique e o bloco carnavalesco “Oreia Seca” (alusão aos pedreiros e serventes de pedreiro, profissão comum entre os moradores do bairro), ali encontra seu espaço de resistência.

A autorização para ocupação da área acima da casa do sanitarista Oswaldo Cruz foi dada na década de 1850 pelas autoridades políticas locais para “que a ‘pobreza’ ali se instale” (BRASIL, 2010, p. 77). A partir da década de 1950 e com maior intensidade nas décadas de 1960 e 1970, houve o adensamento populacional na área, resultado da migração de um contingente que deixou a zona rural do município para vir morar na cidade. Fruto de ocupação de terra, estimulado por políticos locais em troca de voto, o bairro guardou características de costumes rurais.

E a gente vê isso nos bolsões, por exemplo, se a gente analisar hoje em São Luiz do Paraitinga o bairro do Alto do Cruzeiro, então eu vejo ali um bairro rural, as pessoas que migraram da zona rural, vieram com êxodo rural, no período da década de 70, constituíram famílias e ali essas famílias tem que tomar cuidado agora pra não perder esse vínculo, é onde manter os costumes, os ferreiros, os moçambiqueiros, contadores de histórias, tanta gente, né, artesões, quantas pessoas convivem ali com ofício que muitas vezes originou da zona rural (funcionário técnico da prefeitura, entrevista concedida em 15 jan. 2015).

O bairro do Alto do Cruzeiro, que já foi Ararat e Morro de São Sebastião, serviu de refúgio durante a enchente de 2010 aos moradores das ruas “de baixo”, que buscaram a área mais alta para se proteger. Curiosamente, Ararat é o monte bíblico em que a Arca de Noé teria ancorado depois do dilúvio e, dali, a vida reiniciou-se.

Através dessa lógica dicotômica, o espaço, como um corpo, passa a ter diferenciações que são interpretadas no senso comum como naturais. À guisa de exemplo, em São Luiz, aqueles que moravam na parte baixa da cidade eram representantes do poder político, religioso e econômico; aqueles que moravam na parte alta, o segmento menos abastado da cidade. A inundação forjou parcialmente e temporariamente uma unificação das camadas sociais, quando, entre outras situações,

os pobres (moradores do morro) abrigaram as famílias mais abastadas (moradores da parte baixa) (NEVES, 2013, p. 40).

A Nova Congada do Alto do Cruzeiro também é um grupo que se reorganizou para preservar uma tradição que sempre foi uma marca nas manifestações religiosas do município, mas que há algum tempo já vinha se restringindo a pequenos grupos em algumas áreas rurais.

O poder público local, em sucessivas administrações tem procurado oferecer alguma ajuda para que o grupo permaneça e possa se fazer presente em festas e manifestações culturais até em outras cidades. Santos (2006) alerta para a necessidade de aliar o apoio financeiro para a existência do grupo a uma política cultural que inventarie, registre e preserve a memória do grupo e sua relação com os grupos de Congada que já existiram no passado.

Na festa do Divino Espírito Santo acontece também a apresentação da Cavahada, que tem um grupo sediado no Distrito de Catuçaba. A celebração da vitória dos cristãos, comandados por Carlos Magno, que trouxe a uma região da Península Ibérica novamente um governo baseado no cristianismo, sobre os mouros é rememorada na encenação da batalha.

Como as demais manifestações culturais do município, a Cavahada vem fazendo parte do cenário que se espera construir, com base nas imagens de uma cidade que ainda vive da cafeicultura. Por ser uma encenação que exige uma estrutura maior para se apresentar, pois são aproximadamente 30 cavaleiros, ela é menos divulgada fora da cidade [...]. Como é uma atividade de caráter religioso e agrícola, atualmente tem-se apenas uma companhia na cidade (SANTOS, 2006, p. 213).

A Folia de Reis ainda permanece como tradição em São Luiz do Paraitinga e celebra a visita dos Reis Magos — que segundo a tradição cristã seriam estudiosos de astronomia —, que, seguindo a estrela de Belém, foram levados até o local onde Jesus havia nascido. A descrição bíblica da visita destaca os presentes entregues pelos Reis Magos ao menino que acabara de nascer: ouro, para representar o poder de um rei; incenso, para representar a divindade; mirra, para representar a natureza humana do menino Deus.

É tradicional em São Luiz que as famílias católicas façam, nas festas natalinas, a reprodução da cena do nascimento de Jesus em presépios — tradição iniciada por São Francisco de Assis. Assim como fizeram os Reis

Magos, a folia de Reis também faz a visita ao presépio nas casas que o ornamentaram.

Importante salientar que ao contrário da Folia do Divino que tem a finalidade de angariar prendas e ajuda para a realização da festa do Divino, a folia de Reis tem apenas o carácter da visitação ao presépio e, se recebem alguma oferta, a utilizam na manutenção do próprio grupo.

Santos (2006) registra outras manifestações que são tradicionais, particularmente durante a festa do Divino, como Pau-de-sebo, Dança de Fitas, Dança do Sabão, Dança do Caranguejo, além das apresentações da FAMIG (Fanfarra Monsenhor Ignácio Gióia) e da Corporação Musical São Luís de Tolosa.

As corporações musicais representam outra importante tradição na cidade, que é a de fazer da música uma de suas melhores referências culturais. Grupos consagrados, como o Paranga, formado originalmente por filhos do compositor Elpídio dos Santos¹¹ e amigos, hoje são seguidos por jovens músicos, compositores e intérpretes que se apresentam na cidade e fora dela. Merece destaque o grupo musical Estrambelhados, que é presença obrigatória no Carnaval da cidade e em toda boa festa que faça referência ao carnaval luizense.

O carnaval de São Luiz merece aqui um destaque e um registro um pouco mais detalhado. No início da década de 1980 uma reportagem da TV Globo provocou os luizenses, pois tratou da inexistência do Carnaval na cidade como consequência de uma praga dada por um padre que dizia que nasceria rabo e chifre se alguém pulasse carnaval na cidade.

Deixando de lado o aspecto pitoresco da tal praga, mas considerando a efetiva inexistência do carnaval na cidade, um grupo decidiu organizar essa festa. Em salões e, depois, com desfile de blocos carnavalescos na praça central, o carnaval começava a existir, imitando os desfiles que apareciam na televisão.

Em uma cidade de músicos e compositores, não demorou para que nascesse a ideia de transformar o Carnaval de rua que imitava outras cidades e

¹¹Elpídio dos Santos foi parceiro do cineasta Amácio Mazzaropi, compondo as músicas de seus filmes. A mais conhecida é "Você vai gostar", gravada por vários artistas e que, na voz de Sérgio Reis, fez parte da trilha sonora da novela "O Rei do Gado" da Rede Globo de Televisão.

introduzir uma característica local que foi realizar um festival de marchinhas. As primeiras músicas caíam facilmente no gosto popular, porque falavam de personagens da própria cidade, de mitos do folclore local, com frases de duplo sentido com conotação sexual leve ou crítica política.

Anualmente o festival acontece e, décadas depois, existe um acervo de marchinhas considerável que permitiu que algumas dessas músicas dessem origens a blocos de Carnaval.

Na última década do século XX e na primeira década do século XXI, o Carnaval de Marchinhas foi adquirindo características de grande evento. O Carnaval de São Luiz mereceu destaque até mesmo no jornal americano *The New York Times*.

This small town in São Paulo state's interior is about 115 miles from the capital and only 30 miles down the road from the popular beach resort of Ubatuba. Carnaval went on a 60-year hiatus here starting in the 1920s, when an Italian priest did away with it on moral grounds. But things started up again in 1981, and now the town is known for having one of the best old-fashioned street carnivals around.

An official decree actually prohibits more modern rhythms like samba and axé; the official music genre of the blocos here is the traditional marchinha, or carnival march, which dates back to the 1920s and was a staple of Carnaval through the mid-20th century. Over 1,500 local marchinhas have been composed locally since Carnaval started again, and you'll hear many of them.

The costumes worn by the blocos are similar to carnivals across the country, with bloco-specific themes, which this year include everything from babies to bus drivers (KUGEL, 27/01/2008).¹²

O Carnaval de Marchinhas popularizou-se a ponto de, nos dias da festa, a população da cidade de 10 mil pessoas chegar a 60 ou 70 mil. O

¹²“Esta pequena cidade no interior do estado de São Paulo fica cerca de 115 milhas da capital e apenas 30 milhas das praias de Ubatuba. O Carnaval entrou em um hiato de 60 anos começando na década de 1920, quando um padre italiano o fez acabar por razões morais. Mas as coisas começaram de novo em 1981, e agora a cidade é conhecida por ter um dos melhores carnavais de rua à moda antiga.

Um decreto oficial, na verdade, proíbe ritmos mais modernos, como samba e axé; o gênero musical oficial dos blocos é a marchinha tradicional, que remonta à década de 1920. Mais de 1.500 marchinhas foram compostas localmente, depois que o Carnaval recomeçou.

Os trajes usados nos blocos são semelhantes aos carnavais em todo o país, com temas específicos de bloco, que este ano incluem tudo, desde bebês a motorista de ônibus” (tradução nossa).

impacto faz-se sentir na economia do município, mas também tem sido frequente a preocupação com a violência, com uso indiscriminado de drogas e atentado ao pudor.

A inserção do Carnaval de Marchinhas no calendário cultural do município deve-se à originalidade, à valorização da musicalidade — proibindo outros ritmos musicais no Carnaval — e à manutenção das características da cultura popular.

Realmente, é impressionante como foi rápido o crescimento desse evento que hoje recebe milhares de turistas originários das mais diversas cidades do país. E [...] mesmo tratando-se em seus princípios ideológicos de um momento totalmente diferente de uma festa do Divino Espírito Santo, o carnaval das marchinhas de São Luiz do Paraitinga contribui imensamente para a afirmação de muitos signos comuns e fundamentais à manutenção do perfil cultural tão elogiado de sua comunidade. São exemplos disso, o carnaval tratar-se de um momento da excepcionalidade do cotidiano — em um tempo diferenciado, e por sinal, como a festa do Divino, cíclico —, da criação de simbologias próprias e que reúne a comunidade em seu entorno, além da própria confirmação pela sua população, — é bem verdade atraída muito pelo sucesso midiático da festa — da importância da manutenção da cultura local como recurso de reconhecimento no mundo moderno (SANTOS, 2008, p. 190).

As manifestações da cultura popular em São Luiz do Paraitinga ajudam a compor o conjunto de referências que a colocam como patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e cultural do Brasil. Como afirma Canclini (2013), o patrimônio tem um lugar, uma razão de existir e o processo de patrimonialização, atendendo a interesses políticos e de determinados grupos, é justificado a partir dos usos e das manifestações populares de um determinado lugar.

4 OS SENTIDOS DO TOMBAMENTO DE UMA CIDADE

A preocupação em preservar o que é considerado um bem cultural nas diversas comunidades acompanha, quase sempre, outra discussão que é sobre a importância de estratégias de desenvolvimento para ajudar a preservar o patrimônio.

No mundo todo, há grupos que se sentem ameaçados pela força do poder econômico, pelas políticas culturais de diversos países que tendem a valorizar o que é globalizado e que têm uma vontade de vender ideias que, aparentemente, servem a todos, sem distinção, em qualquer lugar do mundo.

O Relatório sobre Desenvolvimento Humano, feito pelo PNUD, propõe uma política para tratar da diversidade cultural de forma a respeitar as diferenças:

A diversidade cultural está para ficar — e para crescer. Os Estados têm de encontrar modos de forjar a unidade nacional no meio da diversidade. O mundo, cada vez mais interdependente economicamente, só pode funcionar se as pessoas respeitarem a diversidade e construírem a unidade através de laços comuns de humanidade. Nesta era de globalização, as exigências de reconhecimento cultural já não podem ser ignoradas por nenhum Estado, nem pela comunidade internacional. E é provável que os confrontos por causa da cultura e da identidade aumentem — a facilidade de comunicações e viagens encolheu o mundo e alterou a paisagem da diversidade cultural e a disseminação da democracia, direitos humanos e novas redes mundiais deu às pessoas meios para se mobilizarem (sic) em torno de uma causa para insistirem numa resposta e para a obterem (PNUD, 2004, p. 2).

Portanto, não é um debate tão simples, porque envolve questões técnicas e políticas. Usando como exemplo o caso de Goiás Velho (GO), tombada como Patrimônio da Humanidade, Delgado (2005) narra como se deu o processo de tombamento, quantas questões emergiram como relevantes para que a cidade alcançasse o título de patrimônio da humanidade e, mais que isso, os interesses envolvidos no processo.

O controle do processo de tombamento costuma ter protagonistas e, como considera Henrique (2011), o fato de ser feito um inventário, tecnicamente coordenado pelo órgão do patrimônio, já é uma interferência no processo. A

metodologia determinada e o perfil dos escolhidos para colaborar com a pesquisa caracterizam uma escolha que acabará, possivelmente, determinando o que será mais relevante no inventário e o que deve ficar de fora. Cabe indagar se toda a população pode participar do processo — ou se deve participar — e, caso o faça, que papel teria nos debates e qual a dinâmica dessa participação, para torná-la ampla e democrática.

Para o caso de Goiás, a pesquisadora enfatiza um fato que pode haver em outros processos de tombamento,

No processo de invenção das tradições, determinados agentes controlam os lugares da memória e, por meio de diferentes estratégias, produzem determinada interpretação do passado a partir da imposição dos signos que pretensamente representam a memória coletiva (DELGADO, 2005, p. 124).

Outra análise importante é dada por Canclini (2013) quando afirma que as oligarquias, em todos os lugares, usam o patrimônio com um aspecto ideológico que permite dar valor a centros históricos, música, arte, como uma forma de erudição e de distanciamento do popular — a que se atribui o caráter de folclore. Folclorizar um bem popular é como que dar valor a uma manifestação, mas não dimensioná-la como outro patrimônio mais erudito.

O patrimônio que tem um lugar, um cenário (como museus, comemorações, monumentos), serve a uma política, a uma ideologia. Pode construir um conceito de nação, os valores que um grupo quer transmitir, uma espécie de código que visa, ao mesmo tempo, dar valor a uma história, a uma personagem ou a um evento histórico, porém sem perder o controle sobre ele. É a “teatralização do patrimônio”, como batiza Canclini, que enfatiza o caráter visual na intencionalidade de permitir que sejam apropriados por todos como linguagem (CANCLINI, 2013).

A questão política do tombamento acaba fazendo da memória coletiva e da cultura popular aspectos importantes na política de tombamento dos órgãos responsáveis por esse processo, o que é de fácil percepção no documento que constitui o dossiê do IPHAN sobre o Círio de Nazaré, quando afirma:

[...] o reconhecimento de um bem de natureza imaterial como patrimônio cultural brasileiro, por meio do Registro, atribui a ele valor representativo da cultura e da identidade brasileiras. Ao cancelar determinada manifestação cultural com esse título, a União assume tanto a responsabilidade de acompanhar os possíveis desdobramentos e reflexos desse ato sobre o bem, quanto o compromisso com sua preservação. Compromisso este que se traduz na sua divulgação e valorização, e também na sua recomendação de ações para sua salvaguarda (BRASIL, 2006, p. 67).

Uma metodologia adequada para uma pesquisa que pretenda falar do patrimônio cultural e de suas representações é procurar os agentes envolvidos no processo: do morador local aos representantes dos órgãos ligados ao patrimônio; além de buscar verificar a importância da identificação de um lugar que passa a ser considerado um patrimônio.

A importância que se dá ao patrimônio cultural é o determinante para sua preservação, e a consciência de que é uma riqueza importante para a comunidade que participou de sua construção coletiva é ponto de partida para a valorização deste patrimônio como riqueza cultural de um lugar.

O proprietário de um dos casarões tombados em São Luiz do Paraitinga, durante entrevista, contribui com a reflexão a respeito do valor da cultura para o conceito de identidade e de pertencimento ao afirmar:

[...] ele (o luizense) tinha essa cultura de manter o patrimônio, de valorizar o que é da terra, o que é local, mas sem entender muito, acho, como é que isso funciona, que importância isso tinha na verdade. Quando a enchente veio e a cidade ficou naquela situação, o primeiro momento que foi aquele da comunidade inteira ter que se juntar e você viver um momento em que não existe mais hierarquia, condição social diferenciada, isso já mostrou que a cultura talvez seja o bem mais valioso que as pessoas têm. Porque São Luiz não foi a única cidade que sofreu uma catástrofe no mundo até hoje e nem naquele momento foi exclusivo de São Luiz, e (por que) uma cidade tão pequena como São Luiz ter dado tanta mídia, e ter atraído a atenção de tanta gente importante, e tantos órgãos, e tantos políticos... alguma coisa tinha nessa história, e as pessoas começaram a ficar conscientes (sobre) o patrimônio cultural de São Luiz. (proprietário de casarão, codinome CORUJA, entrevista concedida em 30 dez. 2014).

É importante que os órgãos que cuidam do patrimônio e de sua preservação, bem como o meio acadêmico, façam do tema uma discussão

permanente e relevante. Entretanto, tão importante quanto essa discussão permanente é que o maior número possível de agentes participe do processo que o constrói como patrimônio cultural.

De acordo com a legislação, um bem tombado deve ser preservado e suas características originais devem ser mantidas pelo proprietário do imóvel. A propriedade dos valores culturais representados pelo imóvel é colocada sob a tutela do Estado, que age no sentido de promover o bem geral, mas os valores culturais são sempre os valores de um grupo social. Assim, faz sentido nos perguntarmos, no caso específico de cada imóvel ou monumento preservado, quais são os valores que ele está representando, que atributos justificam a sua existência enquanto patrimônio de uma cultura, e qual a relação dos moradores locais, os portadores dessa cultura, com os imóveis ou monumentos tombados (CANANI, 2005, p. 171).

Essa relação entre o tombamento e a percepção dos moradores locais aparece nas decisões tomadas em São Luiz do Paraitinga. Na década de 1970, O CONDEPHAAT contratou uma equipe de funcionários do IPHAN para fazer levantamento de informações com vistas a realizar o tombamento de São Luiz do Paraitinga.

As pesquisas foram acompanhadas pelo arquiteto Luís Saia; os levantamentos arquitetônicos foram realizados pelo arquiteto Massaioshi Kamimura; os registros fotográficos foram de Antônio das Neves Gameiro — que voltou para a reconstrução da capela das Mercês, após a enchente —; a pesquisa histórica foi feita pelo historiador Jaelson Trindade. Trindade e Saia registraram todo o material pesquisado, que foi publicado em 1977. Em 1975, com a morte de Luís Saia, os estudos cessaram e ficou uma espécie de pré-plano de tombamento para São Luiz do Paraitinga (BRASIL, 2010).

Em 1981, o CONDEPHAAT retoma iniciativas para o tombamento da cidade e, depois de um levantamento de todos os bens imóveis da área central de São Luiz do Paraitinga, finalmente em 1982, há o tombamento do conjunto arquitetônico. Receberam tombamento 171 sobrados e 262 casas de um pavimento, a maioria usada ainda para moradia, tornando-se, assim, o maior conjunto arquitetônico tombado no estado de São Paulo (BRASIL, 2010).

Os casarões do século XVIII eram mantidos pelas famílias dos primeiros donos ou pelas famílias que tinham adquirido aquele bem um pouco

mais tarde, mas, em regra, estava por décadas e décadas numa mesma família. Pela própria condição do material original — taipa de pilão e divisórias de pau a pique — para ficarem em pé, muitos haviam sofrido intervenções com a finalidade de os tornarem mais resistentes.

Um dos proprietários relata quais intervenções foram feitas em seu imóvel antes do tombamento e que permitiram que a enchente não derrubasse completamente o casarão.

[...] na verdade foi o seguinte, esse imóvel aqui sofreu uma reforma em 1955 [...] que foi a substituição de 80 por cento praticamente de todas as paredes de vedação do edifício que era em pau a pique. [...] foi substituída por tijolo de barro cozido, aquele tijolão. Ele fez uma reforma estrutural nesse imóvel que é a utilização de viga de concreto armado [...] feito de seixo de rio. O pau a pique na verdade ele é um material perecível, ele é um material que não é resistente à água, então com o passar do tempo a presença de insetos xilófagos, que são os cupins, em todo o armado de bambu, foi comprometendo a estrutura desse pau a pique e aparentemente, conforme o relato dos antigos moradores [...] as paredes sofriam trincas, as paredes sofriam deformidades [...] então ele fez a reforma em 1955, foi o que proporcionou a casa a chegar até 2007, depois é claro vieram reformas pequenas, como a manutenção de pintura, manutenção de telhado, manutenção de forro (proprietário de casarão, codinome JOÃO-DE-BARRO, entrevista concedida em 10 fev. 2015).

Outro proprietário fala da relação da família com o casarão e dos motivos que fizeram viver, anos e anos, no mesmo sobrado. Após a enchente de 2010, tiveram que sair do imóvel, completamente avariado, que teve que ser escorado com paus para conseguir permanecer em pé; recentemente foi vendido e, hoje, passa por reforma.

Esse patrimônio histórico do casarão a relação foi bastante de afetividade. Eu tinha como proprietária uma tia amorosa e além de tudo muito zelosa com o Patrimônio. A cada cinco anos ela procurava fazer a pintura e as reformas que foram feitas graças a ela, gradativamente, no intuito de, justamente, preservar o patrimônio, porque eu tive a oportunidade por várias vezes receber turistas que admiravam a beleza e o cuidado que a minha tia tinha com o patrimônio (ex-proprietário de casarão, codinome ÁGUIA, entrevista concedida em 23 jan. 2015).

Vale registrar ainda o depoimento de mais um proprietário, que aguarda a reforma ser feita, para poder voltar com a família para o centro da cidade. O relato também trata da relação de afetividade e de vínculo familiar com o imóvel.

Eu cheguei a morar ali logo recém-casado, nós moramos por uns cinco ou seis anos mais ou menos. A gente vê as pessoas olharem e admirarem o prédio, a gente se sentia orgulhoso, de ser dono de alguma coisa que muitas pessoas admiram [...]. Principalmente morando aqui na praça, onde você conhece tudo, conhece todos, muita gente que vem de fora admira de ver a beleza do casarão e aquilo nos orgulha. [...] Assim que for possível, se conseguir termos a reforma daquilo ali, eu vou voltar a morar ali [...] Então mesmo aquilo ali estando caído, talvez eu goste mais do que a minha própria casa, tanto que assim que for possível, se for possível, eu vou retornar pra morar ali sim, com certeza (proprietário de casarão, codinome BEIJA-FLOR, entrevista concedida em 25 mar. 2015).

Antes mesmo que um órgão criado para cuidar do patrimônio fizesse o tombamento dos prédios do século XVIII existentes em São Luiz do Paraitinga, os seus moradores eram seus zelosos protetores. Cuidavam por causa da identidade, da afinidade, da história e da afetividade existentes em cada espaço daqueles sobrados. Para cada um deles, o maior patrimônio histórico que possuíam.

O tombamento fez com que o patrimônio de cada um se tornasse o patrimônio da coletividade. Toda a comunidade passa a ser fiel guardiã de prédios que compõem o cenário que é de todos, é de São Luiz do Paraitinga e, segundo o CONDEPHAAT, desde 1982, é patrimônio de toda a população do estado de São Paulo.

Em 2009, o IPHAN iniciou o processo de tombamento nacional. A concepção do novo tombamento incorporou novos sentidos e o órgão federal levou em conta, além dos prédios já tombados pelo estado de São Paulo, também o seu entorno.

As características, já relatadas, de ser um sítio planejado, com influência iluminista e que não sofreu alterações profundas desde sua fundação, levaram ao tombamento em 2010, considerando o conjunto arquitetônico, paisagístico, natural e urbano. O IPHAN instituiu como um novo conceito de

patrimônio a preservação de todo o entorno de um sítio arquitetônico que recebeu anteriormente tombamento isolado de bens imóveis.

Delgado (2005, p. 115) observa isso quando pontua que “o órgão do Patrimônio Nacional não descobre o valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele institui esses valores”. No caso de São Luiz do Paraitinga foi instituído um novo valor histórico para a paisagem e o traçado urbano, que antes não aparecia no tombamento.

Por isso a justificativa do IPHAN para esta característica de tombamento decidida para São Luiz do Paraitinga:

Tendo a malha urbana e a maioria das edificações de São Luiz do Paraitinga se constituído em situação de economia tradicional, eminentemente rural, até a primeira década do século XX, o conjunto urbano formado está plenamente visível, assim como o sítio natural — o rio e o cenário representado pelo mar-de-morros que circunda a cidade. São Luiz do Paraitinga apresenta uma situação de caráter unitário e singular, em razão de:

1. Apresentar um traçado regular e um conjunto de edificações, orientados pelo plano estabelecido previamente, juntamente, com normas de uniformização e harmonia das edificações, visando obter a “formosura” da cidade, disposições que remontam, portanto, ao “urbanismo da Ilustração” e acompanham o seu desenvolvimento;
2. Uma escala e um índice de ocupação que mantêm a cidade ainda fortemente envolvida pela paisagem natural que a contingenciou e deu suporte da área urbana está contida pelo Rio Paraitinga e pelo morro que contorna a várzea em forma de “dente” escolhida para receber o “plano regular”, bem como pelo mar-de-morros à base dos quais corre o rio: essa várzea ribeirinha e o cenário de morros que a envolvem, em sua maioria recobertos de vegetação e ainda não ocupados, mostram bem a situação estratégica e complexa da rota de transição do planalto para o litoral — numa área de topografia elevada e bastante acidentada — que motivou a criação da cidade, em meados do século XVIII.

Assim sendo não se trata de preservar um conjunto, uma área ou setor da cidade, mas o sítio urbano tradicional, com o seu traçado, seus edifícios públicos, seu casario e a paisagem envolvente. Não se valora individualmente cada uma das construções que a compõem, mas em relação à globalidade da cidade (BRASIL, 2010, p. 31).

Em épocas e contextos diferentes, os tombamentos realizados pelos órgãos de preservação do patrimônio, baseados em procedimentos técnicos,

visam preservar o que os cidadãos já mantinham por afetividade e afinidade, sem que tivessem a referência e o reconhecimento como patrimônio do estado ou do país.

O uso que se faz do patrimônio é igualmente importante para sua preservação e para que os interessados em conhecer e apreciar esse patrimônio o percebam em seu contexto, sem maquiagens e adaptações de uso que servem ao turista, mas servem menos ao próprio patrimônio.

Os centros e os bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões. [...] Eles não resistem melhor à implantação de atividades terciárias maiores, que recriam, de forma secundária, as migrações diárias, o trânsito e o consumo que lhes corresponde. [...] Em contrapartida, esse patrimônio urbano suporta bem o uso residencial e a implantação de serviços de apoio [...] a ele relacionados e que, desde que constituam a maioria, são compatíveis com um mínimo de atividades de pesquisa e de difusão do saber e da arte (CHOAY, 2006, p. 236).

A patrimonialização permite o reconhecimento do governo, da mídia, dos turistas, da sociedade para bens que contam a história, os costumes, as decisões políticas, as referências culturais de uma cidade e de sua gente.

Por um lado, as instituições externas precisam da tradição comunitária para viabilizar seus projetos e para gerar novos recursos vinculados ao patrimônio [...]. Por outro, a comunidade precisa das instituições externas para projetar seu valor, tanto no sentido simbólico quanto material (LIFSCHITZ, 2011, p. 103).

A identidade e o pertencimento a uma comunidade, a construção coletiva das tradições e da cultura, as mudanças que resultem de uma participação coletiva e a consciência de sua relevância para a cultura de um país fazem, portanto, com que o patrimônio cultural receba cada vez mais destaque e possa contribuir para o desenvolvimento humano.

4.1 São Luiz do Paraitinga/Iguape: um novo conceito de tombamento

Os órgãos do patrimônio no Brasil, diante das dificuldades em conseguir colocar o tema do tombamento de bens culturais como prioritários nas ações da área cultural, bem como dificuldades consideráveis em manter ou ampliar o corpo técnico e profissional atuando nos órgãos, acabaram por contribuir bem menos do que seria necessário para a patrimonialização de bens culturais no país.

O IPHAN priorizou determinadas regiões ou estados para sua atuação como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (PEREIRA, 2011), com atuação mais discreta em estados como São Paulo, que tem no órgão estadual uma ação mais efetiva. O órgão federal, por precariedade estrutural, decidiu não atuar diretamente em determinadas regiões como São Paulo, embora a representação regional paulista seja uma das mais antigas do IPHAN (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015).

O órgão estadual, padecendo das mesmas precariedades, também limitava sua atuação a alguns casos mais particulares e quando realizava processos de patrimonialização priorizava pareceres técnicos (arquitetônicos) e decidia pelo tombamento isolado de determinadas construções. Não há exemplos de patrimonialização de “centros históricos” tombados até 2009 no estado de São Paulo (PEREIRA, 2011).

Estabelecendo uma comparação entre os processos de patrimonialização de São Luiz do Paraitinga (Vale do Paraíba) e de Iguape (Vale do Ribeira) podem-se constatar algumas mudanças nas ações do IPHAN para decidir sobre o tombamento.

A região do Vale do Ribeira em São Paulo apresenta um dos menores índices de desenvolvimento econômico no estado. Os núcleos urbanos na região preservam as características ainda das primeiras ocupações portuguesas na região, organizados “em torno de população de caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e imigrantes, cujas representações e protagonismo como patrimônio cultural pareceram campo fértil para políticas de inclusão e desenvolvimento econômico pela via de preservação” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 27).

A atuação do IPHAN em São Paulo não havia proposto, até 2007, nenhum tombamento de núcleo urbano, e a primeira iniciativa nesse sentido deu-se exatamente com Iguape. Desde a década de 1940, Luiz Saia já encomendara estudos para a patrimonialização de Iguape, porém não propôs o tombamento, alegando pouco valor nas edificações e alterações constantes na arquitetura e no urbanismo entre os ciclos econômicos do café e do arroz (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015).

A retomada dos estudos e dos procedimentos para o tombamento de Iguape faz parte de um novo momento conceitual na patrimonialização de bens culturais, particularmente a partir da Constituição de 1988. Como procedimento o IPHAN reconhece o diálogo permanente com a coletividade e a educação para o patrimônio como marcos essenciais e inovadores nessa nova etapa.

O estudo de tombamento passou a compreender seu valor nos processos sociais de urbanização da cidade, contemplando suas muitas expressões materiais, bem como a sua sobreposição. Outro aspecto fundamental do estudo foi sua construção de modo indissociável da educação patrimonial, em diálogo constante com a população local, tendo como parceiro a Prefeitura Municipal apoiando com recursos e logísticas (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 27).

Além da iniciativa de envolver a comunidade e de tornar a patrimonialização um compromisso coletivo e não somente técnico, é importante considerar que, em décadas anteriores, o IPHAN priorizava, no caso de São Paulo, dar sustentação técnica e apoiar o tombamento estadual, o que, na prática, já significava alguma salvaguarda sobre os bens culturais.

Em 1975, Iguape recebeu patrimonialização estadual pelo CONDEPHAAT, com tombamentos isolados ou em “manchas”, considerando, assim, o valor arquitetônico isolado (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015). Na mesma década, o Diretor, Luiz Saia, também trabalhava com uma equipe em São Luiz do Paraitinga, fazendo os estudos que culminariam também no tombamento a cidade em 1982. Para os moradores de Iguape, tinha início uma relação bastante conturbada com o órgão estadual, o que, em São Luiz do Paraitinga, parece não ter ocorrido de forma tão conflituosa, considerando relatos de proprietários de casarões tombados.

Em 2007, o IPHAN iniciou estudos para o tombamento federal de Iguape, levando em conta características já citadas: apoiar-se na própria comunidade, envolver o poder municipal, fomentar iniciativas de educação para o patrimônio e realizar plenárias em várias etapas que antecederiam a decisão final de tombamento. Havia algo mais no procedimento, que era a intenção de tombarem o conjunto urbano e paisagístico, experiência até então ocorrida apenas em Laguna/SC e Cuiabá/MT na década de 1980, porém considerada, nesses dois casos, apenas uma experiência inicial (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015).

Considerando a proximidade temporal com São Luiz do Paraitinga, que em 2009 também teve iniciado seu processo de patrimonialização federal, é possível fazer comparações e identificar similaridades nos dois processos de tombamento.

Em São Luiz do Paraitinga e em Iguape há a similaridade das características de urbanização. Considerando as características de urbanização iluminista luizense, já contempladas nesse trabalho, Iguape também teve esse aspecto considerado pelos estudos do IPHAN:

Várias características da urbanização portuguesa são verificáveis na cidade de Iguape, como a localização e escolha do sítio, o arruamento a partir de uma malha conceitual, a estrutura de lotes e quarteirões, bem como o esquema de espaços livres. Identificá-los e tê-los em conta como um valor à preservação legal da cidade foi um importante desafio da produção do Dossiê e da estruturação da proposta de tombamento (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 34).

Outro importante aspecto considerado nos dois tombamentos é a relação entre os moradores e o espaço urbano construído como parte integrante da cultura produzida no local. A memória e a identidade da comunidade contribuem para a elaboração de um dossiê que forma a base teórica e histórica que chega ao conselho quando deve decidir se aceita ou não a proposta de tombamento.

A proposta final de tombamento, aprovada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, resultou do estudo aprofundado do processo de urbanização do sítio urbano de Iguape, contemplando a complexidade de sua produção social. Ficaram tombados os elementos edificados e naturais e hoje o

conformam como memória e identidade, tal como legitimados pela população local durante os processos de Educação Patrimonial, realizados de modo pioneiro e elaboração do dossiê (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 34).

Importante considerar que a iniciativa de audiência pública para decidir sobre o tombamento foi abortada em São Luiz do Paraitinga, porque estava prevista para acontecer no dia 05 de janeiro de 2010. Como vimos, nos dias primeiro e dois de janeiro, a enchente histórica danificaria consideravelmente o patrimônio histórico da cidade e, obviamente, inviabilizou completamente que o processo seguisse a nova metodologia de conversar diretamente com a comunidade antes de decidir pelo tombamento.

A enchente não inviabilizou, porém, o prosseguimento na iniciativa de patrimonialização coordenada pelo IPHAN, afinal, já com o tombamento provisório ocorrido em 2009, o órgão federal decidiu atuar em São Luiz do Paraitinga e passou a dividir com o CONDEPHAAT todas as decisões quanto à reconstrução.

Em Iguape e em São Luiz do Paraitinga, uma iniciativa comum do IPHAN tem sido importante para confirmar a nova atuação do órgão na relação com a comunidade local: a instalação de uma Casa do Patrimônio.

A Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira, em Iguape, instalada no mês de junho de 2009, confirma a importância de ouvir e conscientizar para o patrimônio e apresentar o tombamento como uma construção coletiva e partilhada e não como uma decisão técnica de um órgão externo que passa a interferir na vida da comunidade.

De acordo com a Carta de Olinda, a proposta de criação das Casas do patrimônio se fundamenta na necessidade de estabelecer uma nova relação entre IPHAN, sociedade e poderes públicos locais, baseada em diálogo constante, esclarecimento de rotinas administrativas resultante do tombamento e de fomento à capacitação e qualificação de agentes que podem atuar no campo do patrimônio. A partir de 2008, algumas superintendências regionais começaram a se organizar neste sentido, criando em suas sedes ou nos escritórios técnicos as respectivas Casas do Patrimônio (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 36).

Em São Luiz do Paraitinga, foi instalada, em fevereiro de 2015, a Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba, que já realizou oficinas com estudantes de escolas públicas do município, coordenou a elaboração de material didático voltado para a educação patrimonial, além de ser um espaço de atuação de diversas instituições, organizações, artistas locais, autores, contadores de história, enfim, um espaço da coletividade, buscando conscientizar para a preservação dos bens culturais como marcas autênticas da identidade local e regional.

Em outubro de 2015, a Casa do Patrimônio realizou um seminário para debater o tema da educação patrimonial preparando ações que serão realizadas a partir do ano letivo de 2016 na rede pública municipal de ensino.

Os dossiês de São Luiz do Paraitinga e de Iguape, elaborados como documentos prévios para o tombamento, têm em comum a característica de historicar com pareceres técnicos, cartográficos, ambientais, paisagísticos, arquitetônicos, urbanísticos e, além dessa inovação de ser mais abrangente, ainda propor a participação da comunidade no debate para a patrimonialização. Há uma mudança na percepção do que é o patrimônio para além dos prédios e dos monumentos.

A metodologia envolvida na elaboração do dossiê de Iguape deixa como reflexão a necessidade de políticas de patrimônio mais democráticas, abertas à participação social, como condição essencial não para o seu sucesso, mas fundamentalmente para garantir o direito dos sujeitos do patrimônio de não serem apartados de sua memória coletiva (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 36).

Se a experiência em Iguape permitiu inovações como a instalação da Casa do Patrimônio, como a patrimonialização federal de bens que já tinham o tombamento estadual — o mesmo que ocorre em São Luiz do Paraitinga —, há na cidade do Vale do Paraíba, um diferencial importante em relação à cidade do Vale do Ribeira, que é o desafio de atuar numa situação de desastre natural e de obrigar-se a decidir tudo em parcerias que envolviam o poder executivo das três esferas (federal, estadual e municipal), além de ministérios, secretarias e o órgão estadual do patrimônio.

O diálogo e a democratização das decisões dos órgãos do patrimônio, se já eram uma premissa para sua atuação desde a Constituição de 1988, tornaram-se, em São Luiz do Paraitinga, uma necessidade e possibilitaram exercer na prática o que já existia como determinação legal.

São Luiz do Paraitinga e Iguape tornam-se para o IPHAN exemplos notórios de experiência para a implementação do novo conceito de patrimônio, que servirá de referencial para a atuação do órgão em outras cidades brasileiras que merecem ter sua história, a memória de seus moradores, a identidade e os bens culturais estudados e patrimonializados.

As duas comunidades, por razões distintas, acabaram preservando um patrimônio arquitetônico que, embora reconhecido tecnicamente pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN, passam ainda por um processo de reinvenção como patrimônio.

A iniciativa de educar para o patrimônio envolve a comunidade no debate sobre os sentidos da preservação, sobre a possibilidade de encontrar os sentidos do tombamento para a comunidade detentora desses bens preservados. É a possibilidade de fazer do patrimônio um valor para as comunidades, bem mais do que um valor simplesmente intelectual e técnico. Agentes externos e a comunidade, juntos, podem debater a patrimonialização e construir caminhos para o desenvolvimento da comunidade aliado à preservação da memória dos que formam aquela comunidade, da história local e do patrimônio.

5 A RECONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO NACIONAL

A visão da Praça da Matriz em São Luiz do Paraitinga nos primeiros dias de 2010, após a enchente histórica, remetia a um cenário de guerra e se alguém, por acaso, não soubesse que o rio havia invadido a cidade e derrubado prédios históricos, diria que a cidade havia sofrido um bombardeio.

Escombros, lama, pedaços de paredes, eletrodomésticos pendurados em postes e árvores, restos de janelas e portas, automóveis amontoados, objetos pessoais, documentos, árvores arrancadas, tudo compunha um cenário difícil de descrever.

As necessidades básicas emergenciais com gêneros de primeira necessidade, como comida, higiene e limpeza, roupa e água, iam chegando em grande quantidade para socorrer a população, mas, diante daquele cenário, havia nas pessoas uma mistura de dúvida e esperança quanto ao futuro. Era imprescindível reconstruir, mas como isso seria possível? Era comovente ver tanta gente solidária e auxiliando os luizenses, mas quando aquele primeiro momento passasse, a vida teria que voltar à normalidade, e tudo o que antes existia no centro histórico havia sofrido algum tipo de dano.

A reconstrução da cidade e a reinvenção da memória dos luizenses e da sua identidade eram os maiores desafios deixados pelo rio Paraitinga após a cheia surpreendente e histórica.

A imagem 14 revela, parcialmente, o que se via no dia 04 de janeiro de 2010 em São Luiz do Paraitinga, permitindo destacar os escombros da Igreja Matriz e, à esquerda, na praça, um dos casarões do século XIX completamente destruído. Vale registrar que, à direita dessa imagem todas as casas foram destruídas quando a segunda torre caiu (imagem 2) e as ondas que se formaram as arrastaram.

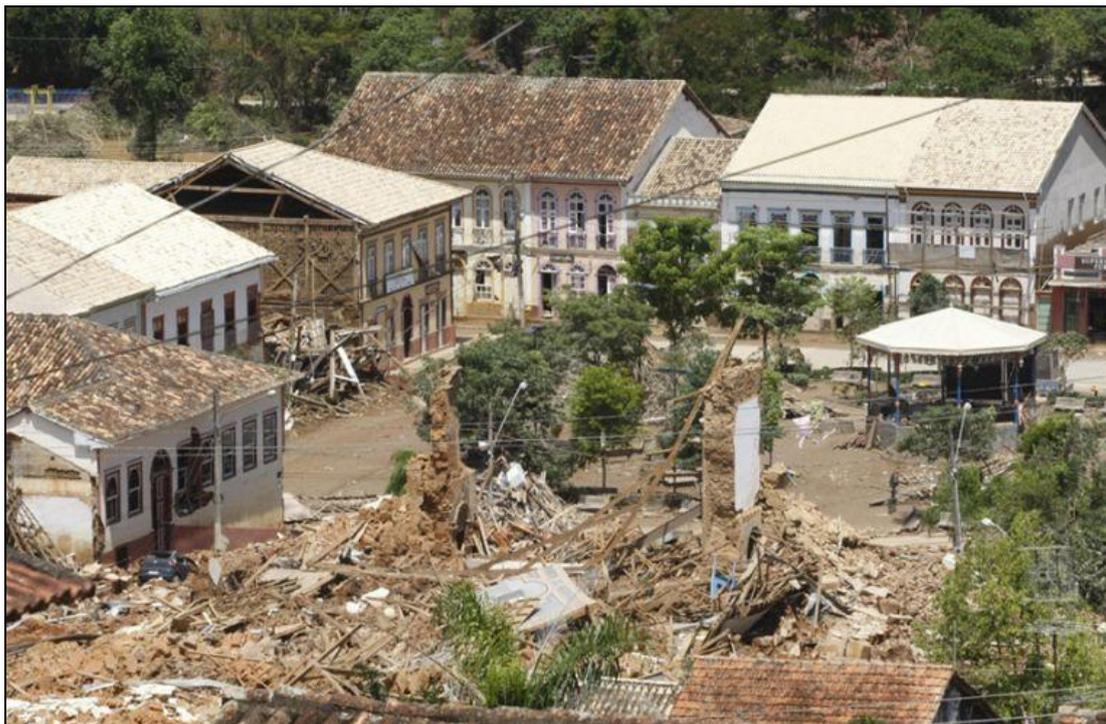


Imagem 14. Vista parcial da Praça central de São Luiz após a enchente — foto de janeiro de 2010.

Foto de: Joel Silva. Fonte: Folha Imagem.

O patrimônio arquitetônico destruído incluía propriedades particulares; prédios públicos, como escolas, biblioteca, fórum e a própria sede da prefeitura; propriedades de instituições como duas igrejas católicas; além de comércios de todos os tipos, como farmácias, açougues, supermercados, padarias, bares, restaurantes, pousadas, hotéis. Dos serviços essenciais, a Santa Casa de Misericórdia não foi atingida, mas o Posto de Saúde e o local onde funcionava o Programa Saúde da Família (PSF) estavam destruídos. Os cartórios, dos vários tipos, tiveram seu acervo destruído ou seriamente danificado e, portanto, grande parte da história da vida civil das pessoas — com seus documentos pessoais, além das fotos e objetos de memória — estava destruída.

Como seria possível reconstruir tudo? Como seria o recomeço na vida de cada cidadão luizense? Como buscar os sentidos da memória, da identidade, da história, do pertencimento e da autoestima de quem via tudo destruído à sua volta?

A ajuda veio de muitos lugares. Além do poder público estadual e federal e de todos os agentes externos — já citados anteriormente — que se mobilizaram, era possível constatar que havia um desejo dos luizenses de ver

tudo de volta, de preferência da mesma forma como a memória de cada um havia registrado e com todo o seu sentido de pertencimento.

Antes, porém, que começasse a existir a solidariedade externa, é importante salientar a autogestão da crise que a população realizou diante do desastre. A começar pelas companhias de *rafting*, que, usando seus equipamentos para as descidas das corredeiras do rio Paraitinga como atividade de lazer e turismo, agora eram “anjos de resgate”; depois, pelas iniciativas de cidadãos em outros pontos da cidade de abrigar familiares ou desconhecidos atingidos pela enchente, de remover idosos e doentes de lugares que poderiam ser atingidos para lugares seguros; pelas outras decisões tomadas em conjunto sobre ações e iniciativas que eram emergenciais naquele momento, como organizar a distribuição de alimentos e água, tanto para os que trabalhavam no salvamento quanto para as pessoas atingidas pela enchente.

Em São Luiz do Paraitinga, foram os próprios moradores que se salvaram e enfrentaram as águas do rio Paraitinga: durante o dia, à noite e de madrugada. As contracondutas dos luizenses — que não esperaram os órgãos de emergência e resgate — ganhavam expressão numa rede de salvamento que envolvia cidadãos comuns, porém, com conhecimento do lugar. As águas do rio Paraitinga cobriram ruas, grades de casas, muros, casas térreas, pontes, redefinindo as referências dos lugares. Às águas corriam fortes, e a cidade estava dividida pela força do rio que cobria sua principal ligação: a ponte. As pessoas estavam isoladas nos telhados das casas e de escolas e a água continuava a subir (MARCHEZINI, 2014, p. 66).

Marchezini (2014) enfatiza que a decisão de autogerir a crise é um aspecto que não pode ser desconsiderado quando tem início o debate para a reconstrução da cidade e, conseqüentemente, os conflitos dela decorrentes. Institucionalmente o poder público estabeleceu-se assumindo o controle, assumindo o papel de gestor e dando aos cidadãos — flagelados — a condição de “vítimas”, de “coitados” e de “indefesos”.

Em outras palavras, esses discursos, que expressam tensões internas e conflitos, também acabam por revelar, indiretamente, que existem formas de resistência ao genérico discurso de vitimização que geralmente é articulado aos discursos dramáticos da necessidade e da solidariedade. Tais resistências, que não podem ser apreendidas nas categorias genéricas

desabrigados e desalojados, revelam que os luizenses não assumem a figuração de vulneráveis, que não se deixam morrer socialmente, que ambicionam ser sujeitos de seus próprios destinos e não um objeto manipulável a ser socorrido, deslocado, abrigado e silenciado (MARCHEZINI, 2014, p. 87).

São Luiz do Paraitinga viu o aparato do Estado estabelecer-se, mas a população fez-se presente e representada. Sempre que alguma discussão relacionava-se à cidade, havia uma representação da comunidade participando dessas discussões. Iniciativas de luizenses como a criação do Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga (CERESTA) — com a finalidade de ser um órgão consultivo sobre todos os assuntos da reconstrução — foram decisivas para que o Estado, junto com a população local, debatesse os projetos para o futuro da cidade.

A reconstrução teve início. Primeiro limpando tudo, depois escolhendo prioridades, como a infraestrutura e o restabelecimento dos serviços básicos, como fornecimento de energia e água, até chegar aos monumentos e, com eles, emergir com destaque o debate sobre a invenção do patrimônio e sobre as nuances de uma reconstrução.

A capela de Nossa Senhora das Mercês — primeiro prédio histórico reconstruído — ficou a cargo do IPHAN. Mantendo todas as características do edifício, conservando e deixando aparentes os remanescentes de taipa de pilão e todos os elementos constitutivos originais, depois de revisão e restauração, a capela foi reconstruída (BRASIL, 2012).

Ao iniciar os projetos de restauração, o IPHAN elaborou estudos e diagnóstico dos “restos” do edifício. Foram elaborados levantamentos métricos e fotográficos das peças salvas da inundação, como elementos de cobertura, portas, janelas, pisos, forros e pormenores decorativos (BRASIL, 2012).

A licitação feita pelo IPHAN em dezembro de 2010 foi imediatamente seguida pelo início da obra, visando entregar a Capela pronta na festa de Nossa Senhora das Mercês, que é celebrada no dia 24 de setembro, já no ano seguinte. “A obra consumiu 7.200 Kg de aço e mais de 100.000 tijolos de barro cozido, feitos especialmente [para esta obra], assim como as telhas de barro, do tipo colonial” (BRASIL, 2012, p. 12).

Em 25 de setembro de 2011, com a presença da então Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e do então Presidente do IPHAN, Luiz Fernando Almeida, a capela foi devolvida a São Luiz do Paraitinga.

Com um custo de R\$ 1, 127 milhão e nove meses depois do início da obra, a capela estava reconstruída e entregue aos luizenses que se empenharam desde as primeiras horas após a queda para trabalhar nos escombros, recolher tudo o que fosse possível e resgatar pedaço por pedaço do que havia sobrado da imagem da padroeira da capela (FARIA, 2011).



Imagem 15. Cerimônia de entrega da capela das Mercês reconstruída — foto de setembro de 2011.

Fonte: noticias.uol.com.br (Acesso em 17 jun. 2015).

A imagem 15 registra o momento da entrega oficial. Ao centro, o então Bispo da diocese de Taubaté, dom Carmo João Rodhen; à sua esquerda, o então pároco, padre Edson Rodrigues; Fernanda Bandeira, à época presidente do CONDEPHAAT; dona Didi Andrade, zeladora da capela por décadas; padre Celso Longo (seminarista à época). À direita do Bispo, a então Ministra da Cultura, Ana de Hollanda; a então Prefeita de São Luiz, Ana Lúcia Bilard; o presidente do IPHAN à época, Luiz Fernando Almeida; a então Superintendente do IPHAN em São Paulo, Ana Beatriz Ayrosa Galvão; o arquiteto responsável pela obra, Antônio das Neves Gameiro.

Na mesma data, o então presidente do IPHAN anunciava o início das obras da Igreja Matriz, a recuperação e a restauração da Igreja do Rosário e a reforma da casa de Oswaldo Cruz. O órgão nacional do patrimônio dedicaria atenção e investimentos na reconstrução de São Luiz do Paraitinga.

Ao lado da Igreja Matriz, havia um casarão — como revela a imagem 16 —, na verdade um meio-sobrado que fora construído em 1895, projeto do escritor e arquiteto Euclides da Cunha, para funcionar ali o Grupo Escolar, integrando-se ao grupo de sobrados da praça da Matriz. Na madrugada do dia primeiro para o dia 02 de janeiro de 2010 ele foi um dos primeiros casarões a desabar por causa da enchente.



Imagem 16. Antigo prédio ao lado da Matriz destruído pela enchente — foto de 2007.
Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga.

Ao longo da manhã do dia 02 de janeiro, ainda antes que a Matriz também começasse a cair, havia paredes penduradas do antigo prédio que foram caindo ao longo do dia. Restou apenas uma parede em pé.

O CONDEPHAAT ficou responsável pela reconstrução do prédio e, assim que a obra começou, foi tomada uma polêmica decisão: a derrubada da única parede que ainda permanecia em pé, como mostra a imagem 17.



Imagem 17. Prédio destruído, em destaque única parede em pé — foto de 2010.
Foto de: Gerson Monteiro. Fonte: noticias.r7.com (Acesso em 18 jan. 2016).

O projeto aprovado pela Secretaria de Cultura do Estado previa a construção de um prédio moderno que abrigaria a nova biblioteca municipal, visto que a antiga biblioteca, na praça, havia sido completamente destruída. Na praça (local da antiga biblioteca), previa-se a construção de outro prédio, que serviria de acesso para a nova Rua da Música, às margens do rio Paraitinga, fazendo fundo para Rua Benfica.

Como todas as demais reconstruções, havia a expectativa por essa do antigo casarão também, afinal, visualmente era uma importante composição com a Igreja Matriz. Ao final da obra que custou ao Estado e à Prefeitura R\$ 2,15 milhões (TOMAZELA, 2014), havia na população uma sensação de frustração considerando que o prédio tinha bem pouca relação com o antigo. O

CONDEPHAAT alegava que o projeto era o mais adequado, por considerar não haver nenhum remanescente do prédio destruído. O vazio foi preenchido e o espaço ficou recomposto, mas sem nenhum remanescente do antigo prédio.

O debate entre representantes da comunidade e o CONDEPHAAT na construção da nova biblioteca passava pela discussão sobre o chamado “falso histórico”, isto é, caso o prédio fosse uma réplica, falsearia uma construção moderna no centro histórico tombado. Para a Igreja Matriz (uma réplica) considerou-se o aspecto identitário, a memória dos luizenses e, ainda, o fato de haver remanescentes da antiga construção.

No dia da inauguração, o Secretário de Cultura do Estado citou, no discurso, que o prédio inaugurado naquele dia, que aparece na imagem 18, havia sido aprovado pela população. A frase causou estranheza imediata entre os presentes.



Imagem 18. Prédio reconstruído no lugar de um antigo casarão — foto de 2014. Foto de: Jerry Luiz Rodrigues. Fonte: estadao.com.br (Acesso em 17 nov. 2015).

O funcionário do CONDEPHAAT desconhecia a consulta pública para o projeto da nova biblioteca como comprova a afirmação: “Demorou muito tempo, ainda teve pessoal contra esse projeto e tudo mais, esse projeto foi

apresentado? Não sei!” (funcionário técnico do CONDEPHAAT, entrevista concedida em 22 jan. 2015).

Para o IPHAN, que não tinha responsabilidade direta sobre o projeto, houve questionamento quanto à consulta:

A (obra) da biblioteca, eu lembro que na época eu falei: “Vocês mostraram esse projeto lá no Conselho?”, “ah sim, mostramos no conselho”... Que era o nosso tribunal. Eu falava assim: “Vai lá! tem que ser julgado!” [...] Mas parece que não foi lido assim nos seus detalhes, então, daí quando foi construído, o pessoal ficou muito revoltado, [...] mas é tudo um grande aprendizado, o volume é igual, as janelas têm os ritmos, não importa se ela é moderna ou não, eu acho que segue a questão do acesso. O acesso teria que ser daquele ponto (a antiga porta de entrada) eu acho. Porque é uma dimensão urbana (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2014).

Para a Igreja Matriz, a primeira atuação foi a do IPHAN, fazendo a “garimpagem”, o resgate de tudo o que fosse possível ser usado para compor a nova construção. Após quase um ano de intenso trabalho, o canteiro da Matriz foi coberto e entregue para o CONDEPHAAT, para o Governo do Estado de São Paulo e para a Cúria Diocesana de Taubaté.

A espera pela nova Igreja Matriz revestiu-se de uma celebração do tempo e da memória. Não é exagero afirmar que foi a obra mais comentada, fiscalizada, vigiada e aguardada da história da cidade.

Desde o “canteiro aberto”, ainda no período da limpeza e garimpagem das imagens e dos altares, até a fase final da construção, os luizenses “namoravam” a obra e, numa mistura de angústia e expectativa, assistiam a cada fase, a cada nova etapa, a cada progresso.

O símbolo que a Matriz representa fez-se forte e marcante até mesmo na sua ausência. Em 2010, diante da destruição, a população mostrou sua determinação e resiliência ao realizar, quatro meses depois da enchente, sua festa do Divino.

Na sala do Império, debaixo da imagem da pomba que representa o Espírito Santo, um quadro com uma foto ampliada da Matriz fazia com que ela se fizesse presente e, nas orações de agradecimento ao Divino, também se

pedia que, no tempo mais breve possível, a cidade tivesse de volta seu principal templo religioso (LOPES et. al, 2011).

Alunos de escolas municipais pintaram os tapumes que cercavam o canteiro da obra da igreja e, nas pinturas, falavam de sua tristeza pela queda, mas também de sua esperança de ver de novo o vazio da praça preenchido. Os desenhos, que aparecem na imagem 19, reproduziam a Matriz e a capela das Mercês.



Imagem 19. Desenho de alunos luizenses no tapume da obra da Matriz — foto de 2010. Foto de: José Rogério Lopes. Fonte: etnografica.revues.org (Acesso em 23 out. 2015).

As celebrações da Festa do Divino de 2010 foram feitas na praça central, diante dos escombros. As bandeiras vermelhas que tradicionalmente enfeitam o lugar na festa estavam lá, porém não ligavam mais a praça às torres da Matriz.

Realizar a Festa do Divino sem a Igreja Matriz, com muitos luizenses ainda sem a própria casa e, até mesmo, com dificuldade em doar uma prenda para a realização da celebração, com o centro histórico cercado de escombros, enfim, no cenário que a cidade tinha àquela altura era improvável, mas não era

impossível, principalmente para quem já havia mostrado força para resistir ao desastre e para demonstrar vivamente sua fé.

A Festa do Divino, com seu conjunto de manifestações artísticas, culturais, religiosas, etc., é uma expressão do fazer resistir dos luizenses em meio à continuidade das dificuldades que lhe são apresentadas no processo de reconstruir e recuperar a cidade. Se os órgãos do governo e os agentes externos voltaram suas atenções ao processo de reconstrução material do município no pós-inundação, coube aos próprios luizenses, diante da reafirmação de suas identidades, buscar referências no corpo de sua cultura, para a partir daí, resistir ao deixar morrer. E é no exercício dessas práticas coletivas que o significado de ser luizense se reafirma em relação ao Outro, em resistência a seu poder. Essas formas de resistência se manifestaram durante a organização e realização da Festa do Divino, mas também em outras ocasiões (MARCHEZINI, 2014, p. 110).

Simbolicamente — durante a novena — nas missas, na procissão das bandeiras e na procissão de encerramento da festa, o itinerário das pessoas não mudou. Ainda que o templo ali não estivesse era para aquele mesmo local que, secularmente, a procissão seguia. A novena do Divino foi em frente à Matriz, que continuava ali na memória, na história de cada um, na lembrança da enchente, nas pinturas dos alunos, no quadro exposto no Império. A Matriz nunca deixou de existir.

A Cúria Diocesana considerou como primeiro grande desafio para a reconstrução da Igreja Matriz conseguir chegar a um consenso quanto ao estilo da nova igreja.

Para uns, principalmente peritos e historiadores, reconstruir a original, tal como era, seria falsear a história. Para esses, o certo seria fazer um novo templo, com arquitetura contemporânea, que atendesse as necessidades atuais. Outros opinavam que era preciso reconstruir a anterior, erguer uma réplica da igreja que foi destruída pela enchente. Segundo essa opinião, tratava-se de levantar a autoestima do povo luizense, de recuperar um elemento essencial de sua cultura. O debate durou mais de um ano. Por fim, venceu a vontade dos paroquianos e dos cidadãos luizenses, incluindo não católicos, todos favoráveis à réplica da original (O Lábaro, jun. 2014).

O funcionário do CONDEPHAAT, quando perguntado sobre o projeto e a reconstrução da Matriz, manifestou-se assim:

Foi levado em consideração que a população queria isso, houve diversas consultas públicas em diversas ocasiões e a população sempre se mostrou mais favorável a uma reconstrução exatamente como era, era isso que eles queriam. Não é o que as cartas de preservação indicam pra esse tipo de situação, mas tem que ser levado em consideração muitas outras coisas. Na Europa também se faz isso, nas Guerras e tudo mais, a reconstrução muitas vezes é como era pra pessoa não perder a identidade e pra haver o resgate daquilo que eles tinham, assim de certa forma não é que é uma coisa que não se deve fazer [...] acho que foi feito o que era possível, o que deveria e o que queriam. (funcionário técnico do CONDEPHAAT, entrevista concedida em 22 jan. 2015).

Para o representante do IPHAN, também analisando a reconstrução da Matriz, havia a questão do tombamento do conjunto e não do prédio isoladamente, assim sendo, a Matriz não é tombada, mas está na área protegida. Decidida a reconstrução como réplica, apareceu um debate quanto aos remanescentes, porque a Cúria desejava reconstruir os altares no interior da igreja, mas fazer tudo aberto, com o resto das paredes de taipa ao fundo aparente e compondo a nave do templo. O IPHAN fez-se ouvir:

Teve a briga, discussões com a Igreja, que queria fazer outra (igreja), aproveitar e fazer um templo aberto... Falei: “Epa! Calma aí gente! Já que vai reconstruir pelo menos tem que ter a nave principal, os corredores laterais” — aumentou o corredor —, mas manteve os altares, o piso, o forro. (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2015).

A obra da reconstrução da igreja Matriz São Luís de Tolosa em São Luiz do Paraitinga foi iniciada no dia 2 de setembro de 2011 pela empresa Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia S. A. (RJ). O projeto aprovado foi o da arquiteta Fabíola Domingues, da FORMARTE (SP). Os engenheiros responsáveis foram Ronaldo Ritti Dias, Ioannes Saliveiros Neto, Maria Soukef Nasser (CAMPOS, 2014) e Alessandro Pompei. Mais de 75 operários trabalharam na construção. O orçamento inicial da obra foi de R\$ 13.119.787,36, suplementado em R\$ 3.998.000,00, totalizando R\$ 17.117.787,36 (CAMPOS, 2014).

A obra foi concluída preservando todos os remanescentes das paredes de taipa, altares de mármore, tijolos, piso e forro; imagens de madeira

foram restauradas e devolvidas aos altares, além das estátuas da fachada, das madeiras da cobertura e do piso (CAMPOS, 2014).

No dia 16 de maio de 2014, às 9 horas da manhã, com a presença do Governador do Estado de São Paulo, de deputados, de prefeitos da região, do Bispo de Taubaté, de outras autoridades e dos luizenses — orgulhosos e emocionados —, a Igreja Matriz foi inaugurada.



Imagem 20. Nova Igreja Matriz de São Luís de Tolosa na inauguração — foto de 16 de maio de 2014.

Foto de: Hiagu Ferri. Fonte: Acervo do autor.

Na manhã seguinte, às 10 horas da manhã, foi celebrada a primeira missa na nova igreja — como aparece na imagem 21 — para, em uma celebração católica, inaugurar na forma religiosa o novo templo. O jornal da Cúria Diocesana de Taubaté, “O Lábaro”, assim registrou:

“Um milagre de São Luís”, dizia o povo, emocionado, vendo os sacerdotes de volta ao altar, celebrando a primeira Missa depois de quatro anos sem missa na Igreja Matriz de São Luís de Tolosa. Às 10h do sábado, 17, Dom Carmo, acompanhado por

muitos padres da Diocese, entre eles, o Pe. Álvaro Mantovani (Pe. Tequinho), atual pároco, entrou solenemente, em procissão, pelo corredor central da nova Igreja Matriz. O bispo, durante a celebração, consagrou o altar e abençoou o novo sacrário e a nova igreja. O povo de São Luiz do Paraitinga, depois dessa celebração, tem de novo o seu tradicional templo, para celebrar sua devoção ao Divino Espírito Santo e entoar hinos ao seu padroeiro, São Luís de Tolosa. Deus seja louvado! (O Lábaro, jun. 2014).

As discussões sobre o patrimônio foram importantes, fizeram parte dos debates entre os luizenses, particularmente por causa da igreja Matriz e sua reconstrução. Católicos e não católicos participaram das audiências públicas. No dia 17 de maio, quando aconteceu a primeira missa, a igreja reconstruída cumpria seus múltiplos papéis, afinal, era o patrimônio histórico, cultural, religioso, a identidade, a memória, o monumento e o pertencimento, juntos e, ao mesmo tempo, devolvidos a São Luiz do Paraitinga.



Imagem 21. Primeira missa na Matriz reconstruída — foto de 17 de maio de 2015.
Foto de: Hiagu Ferri. Fonte: Acervo do autor.

Embora ainda existam cicatrizes profundas deixadas pela enchente no centro histórico de São Luiz do Paraitinga, a volta da Igreja Matriz na composição do cenário devolveu à pequena cidade do interior paulista sua identidade. O monumento fala aos luizenses, católicos ou não, porque a invenção de seu patrimônio está em tudo o que a cidade preservou e que o tombamento estadual e o nacional, posteriormente, só veio registrar e ajudar a divulgar. São Luiz do Paraitinga é um patrimônio do Brasil, mas o que o IPHAN constatou em 2010 o luizense já tinha inventado há muito tempo.

Uma questão inevitável depois de uma enchente e do processo de reconstrução é projetar o futuro da cidade e os aprendizados com a história. As

obras de contenção das cheias do Paraitinga ficaram restritas ao desassoreamento, derrocamento e aumento da vazão do rio, mas uma preocupação comum é a de que o evento-crítico ocorra novamente e, caso ocorra, quais seriam as consequências?

O representante do IPHAN compartilha dessa preocupação com uma nova enchente:

Mas tem uma coisa que me preocupa, e isso eu não estou vendo ainda encaminhamento, não estou vendo ainda no futuro, que é a questão das águas, das chuvas. O que tá sendo feito dentro dos outros setores? A gente está fazendo a nossa parte e provocando a Agência Nacional de Águas, eles falaram assim: “ah! Nós podemos ajudar, mas depende de uma demanda do Estado, a gente é um órgão regulador, não executivo”... Então depende dos órgãos executivos também não deixarem isso ficar aí. Eu estou muito preocupado. Deram a drenagem, tem que começar uma obra que seria um túnel, um desvio. Tem que começar (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez. 2014).

O CONDEPHAAT, por sua vez, pondera a respeito das reconstruções das casas, dos investimentos, mas coloca como horizonte o revigoramento da cidade, uma forma de demarcar a enchente como um evento a ser vencido:

A cidade já está revigorada. Alguns imóveis ficaram de lado porque não houve condições, o dinheiro, a verba, não sei exatamente o que aconteceu, mas tem algumas outras que estão andando. É a dedução de todo mundo, não é só minha, as coisas estão mais ou menos em ordem. Eu não sei como é que está em relação ao dinheiro, mas eu acho que faltou na época, eu sei que teve problemas, que o dinheiro não estava dando para concluir as obras que já estavam em andamento. Eu acho que vai terminar acontecendo, porque existe um número de casas a serem reconstruídas e isso aí não se esquece assim, as coisas são lentas, porque até conseguir nova verba e tudo mais, é muito complicado. Não tem mais aquela calamidade pública que foi decretada durante um ano (funcionário técnico do CONDEPHAAT, entrevista concedida em 22 jan. 2015).

A Prefeitura Municipal, obviamente, manifesta preocupação com uma nova enchente considerando que, historicamente ela sempre se repete. A cheia de 2010 foi desproporcional para tudo o que a história e a memória sempre registraram, mas outras virão, por serem cíclicas. A questão das obras que

acabariam com essa preocupação foi debatida, mas seus custos e o montante do investimento são astronômicos:

Na audiência pública com o professor Aziz Ab'Saber, ele deixou bem claro que o ciclo são [sic] de onze anos, variam de muita chuva e período seco, exatamente o que está acontecendo. Cinco anos após a enchente, nós estamos passando por um período muito seco que, provavelmente, daqui a cinco anos nós vamos ter outro período de muita chuva. A grande questão é o que fazer pra resolver esse problema, tanto foi falado na macrodrenagem, construções de barragem, barragem seca, barragens cheias, discutidos. Tudo isso foi discutido devido aos altos custos do primeiro orçamento na época de 300 milhões de reais [...] só pra ter uma ideia, a barragem é mais cara do que a reconstrução da cidade (diretor da Prefeitura Municipal, entrevista concedida em 15 jan. 2015).

Entre os proprietários diretamente atingidos, sugere-se que se debata junto com a reconstrução como se dará a relação entre o patrimônio e o rio Paraitinga, afinal, São Luiz “é do rio” Paraitinga:

Uma das grandes questões que me preocupa bastante, não sei se isso é uma preocupação do poder público ou da sociedade em si, é a questão do tratamento antienchente, porque é o seguinte: a cidade, ela está locada em uma região praticamente onde o rio ele corta a cidade [...] todos os sobrados eles possuem os gigantes em pedra, porque a pedra ela é resistente a água. O rio não pode ser o grande vilão, o vilão não é o rio Paraitinga [...] a cidade tem um nome São Luiz do rio Paraitinga, então ele faz parte do contexto. Então essa é uma grande questão, eu acho que essa questão é a chave antes de se conversar a respeito de reconstrução da cidade, de restauração da cidade, porque se nada for feito em relação ao rio, tudo que foi feito agora pode ser perdido amanhã (proprietário de casarão, codinome JOÃO-DE-BARRO, entrevista concedida em 10 fev. 2015).

Nem tudo, porém, é pessimismo na visão dos entrevistados quanto ao futuro de São Luiz do Paraitinga. As lições da história podem servir de direcionamento para novos investimentos, novas ideias e para usar o evento-crítico, que fez a cidade ser conhecida internacionalmente, como ponto de partida para que seja reconhecida não só institucionalmente como patrimônio nacional, mas reconhecida como tal pelos brasileiros.

O representante da Prefeitura assim considera:

A São Luiz do futuro acredito que será um 'case' de sucesso, um modelo para o Brasil e para o mundo. Uma cidade pequena que busca ser autossuficiente, não ter indústrias poluentes, está encravado na serra, saber utilizar do meio ambiente e da cultura, saber segurar os jovens morando aqui, gerar emprego pra essas pessoas jovens porque a força motriz é feita pelos jovens.[...] Eu acredito que o turismo seja a grande indústria da cidade. Se não conseguirmos ser sustentáveis, que sejamos pelo menos responsáveis, então eu acredito que hoje o turismo já vem superando a agricultura.[...] O turismo vem somente (precisa) ter um desenvolvimento sustentável com os casarões na mão dos luizenses ainda, as suas famílias saibam usufruir do Patrimônio que nós temos e que haja um reconhecimento de tudo isso. (funcionário técnico da Prefeitura Municipal, entrevista concedida em 15 jan. 2015).

Apenas como referência — considerando ter havido outras fontes de investimento, como o governo Federal, o governo Municipal e doações — os investimentos feitos pelo governo do Estado de São Paulo, da ordem de mais de R\$ 100.000.000,00, atenderam: limpeza e desassoreamento da calha do rio Paraitinga (R\$ 12.300.000,00); construção do conjunto habitacional para os moradores das casas destruídas pela enchente ou em áreas de risco (R\$ 17.400.000,00); reconstrução da Igreja Matriz (R\$ 17.117.787,36); reformas e reconstrução de imóveis (R\$ 8.400.000,00); construção da nova biblioteca municipal (R\$ 2.150.000,00); reestruturação e digitalização do acervo do Fórum da Comarca (R\$ 915.130,62); reforma do mercado municipal (R\$ 600.000,00); reforma do prédio da Prefeitura Municipal (R\$ 700.000,00); recuperação dos acessos à cidade (R\$ 20.000.000,00); recuperação da estação de tratamento de água e rede coletora (R\$ 12.000.000,00); reforma de escolas atingidas pela enchente (R\$ 1.400.000,00) e também construção de uma nova escola (R\$ 5.000.000,00) para atender os alunos do Ensino Médio (SÃO PAULO, 2010).

O montante investido permite aferir a dimensão dos danos causados pela enchente e, ao mesmo tempo, a preocupação em trazer de volta à normalidade o funcionamento da cidade e a vida dos seus munícipes.

Para a população, eram muitas as questões importantes, para além do restabelecimento da normalidade por meio dos serviços essenciais. Mesmo para famílias que ficaram desabrigadas por terem suas casas destruídas, havia

a preocupação de como a cidade ficaria; curiosamente, era uma preocupação que vinha antes mesmo de saber como ficaria a própria residência.

O novo prédio para a escola estadual, por exemplo, permitiu reorganizar a demanda dos alunos de Ensino Fundamental e Ensino Médio do município, dando melhores condições de funcionamento e, ao mesmo tempo, atendendo a dificuldade criada após a queda do casarão ao lado da Matriz, até então o prédio escolar mais antigo da cidade.

A imagem 22 mostra a nova escola Monsenhor Ignácio Gióia, que recebe os alunos do Ensino Médio do município, inaugurada no dia 08 de maio de 2012.



Imagem 22. EE Monsenhor Ignácio Gióia — foto de 2012.
Foto de: Jerry Luiz Rodrigues. Fonte: Acervo da escola.

Para abrigar os moradores que tiveram suas casas destruídas pela enchente ou que moravam em áreas de alto risco e tiveram que deixar suas casas, depois demolidas, havia a preocupação com a nova moradia.

O governo estadual liberou verbas, desapropriou um terreno, preparou a área e iniciou a construção de um conjunto habitacional. Batizado de “Casinha Branca”, em homenagem ao compositor luizense Elpídio dos Santos,

que compôs a música “Você vai gostar” — popularmente conhecida como Casinha Branca —, o novo conjunto habitacional dava aos desabrigados da enchente um lugar para morar. A imagem 23 mostra o residencial construído.

Alguns meses depois da enchente, portanto, em setembro de 2010, as famílias que viviam situações mais graves, afetadas diretamente pela enchente, recebiam suas novas residências, financiadas pelo programa habitacional do estado. Foram muitos os conflitos que apareceram no processo de construção do conjunto habitacional com disputas na justiça questionando os critérios de seleção, o modelo de sorteio e a própria localização dos imóveis.



Imagem 23. Residencial entregue aos desabrigados da enchente — foto de setembro de 2010.

Fonte: Portal do Governo de São Paulo (Acesso em 22 jun. 2015).

Neves (2013) considera importante a reinvenção dos limites do espaço e a simbologia dessa ocupação, que, para o autor são marcantes na história da cidade ao fazer do centro histórico o espaço privilegiado da elite econômica e, das adjacências, o espaço dito popular. Ainda segundo o autor, durante a enchente, essas delimitações do espaço foram abaladas pela inundação do centro histórico e, dentre os muitos aspectos da invenção do

patrimônio, a nova ocupação do espaço aparece como um novo momento na história do município.

A reconstrução da cidade ainda está em processo. Além de várias residências no centro histórico que só agora, seis anos depois, começam a ser reconstruídas, ainda existem outras aguardando pareceres técnicos, verbas ou financiamento.

Nas obras públicas, em maio de 2015, teve início o trabalho que deverá entregar para a cidade a Rua da Música, que é um projeto da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) licitado pelo Ministério das Cidades. Nos fundos da rua Benfica — seriamente atingida pela enchente — foi necessária uma grande obra de contenção para evitar que uma das primeiras ruas da cidade ruísse inteira. As cicatrizes no morro continuaram expostas após a obra na entrada da cidade, assim espera-se pela nova rua para que sejam finalmente reparadas.

Na imagem 24, observa-se o local onde surgirá a Rua da Música, próxima à ponte principal e que apresenta o resultado da obra emergencial de contenção da encosta. No período da enchente, as famílias foram obrigadas a deixar as residências, porque havia o risco de que toda a rua desabasse.



Imagem 24. Local da futura rua da Música, às margens do rio Paratinga — foto de 2015.
Fonte: www.ipt.br (Acesso em 18 jun. 2015).

Outro projeto, já em execução, licitado pelo governo Federal, é o da retirada de toda a fiação e dos postes de iluminação pública no centro histórico e nas ruas adjacentes, que passarão a ser subterrâneos e que permitirão despoujar o visual das fachadas de todos os casarões e casas térreas tombados no centro histórico.

Além dos projetos de arquitetura e infraestrutura, surgiram outras iniciativas com vistas a contar a história e a reviver a memória dos luizenses e da comunidade.

Dentre os projetos dessa natureza desenvolvidos na cidade merece destaque o documentário “Memória Luizense”, realizado pela Organização Não-Governamental (ONG) “AMI São Luiz”, retratando por intermédio de depoimentos, o passado da cidade e a emoção de reviver momentos marcantes que constroem o imaginário luizense.

Outra iniciativa começou em 2014 quando o CEMADEN (Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), órgão criado pelo Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação, decidiu empreender, em parceria com os municípios de Cunha, Ubatuba e São Luiz do Paraitinga, o projeto CEMADEN Educação — rede de escolas e comunidades na prevenção de riscos de desastres. Trabalhando com alunos de Ensino Médio das três cidades, o projeto visa educar para a prevenção de desastres naturais que deve disseminar-se para toda a comunidade; e em uma segunda etapa busca atingir todos os municípios, em todas as regiões do país, que apresentem algum tipo de risco de desastre natural.

O projeto CEMADEN Educação já recebeu reconhecimento da Organização das Nações Unidas por seu caráter inovador e de cidadania, por meio da ciência e da tecnologia, permitindo às próprias comunidades em áreas vulneráveis criar uma cultura de resiliência e de ação diante de um risco de desastre natural.

O maior desafio de São Luiz do Paraitinga agora é saber do seu passado para compreender o seu presente e dar razões para o que deseja ser no futuro. Desafios tão importantes quanto buscar os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio cultural.

5.1 Os conflitos: mudanças e permanências na reconstrução do patrimônio

Esta pesquisa permitiu analisar as diferenças entre a percepção e a conceituação de patrimônio entre os órgãos que são responsáveis pela decisão de tombamento de bens materiais e imateriais.

O CONDEPHAAT, que realizou tombamento arquitetônico em São Luiz do Paraitinga, na década de 1980, defende o tombamento a partir de parecer técnico, argumentando que, se a população for consultada, será contrária ao tombamento, porque vai interpretá-lo como uma interferência sobre o direito de propriedade e por parte de um órgão fiscalizador.

Olha, se o Condephaat fosse fazer essa consulta sempre, acho que na maioria dos casos não iam querer, porque limita o direito de propriedade. [...] você não é soberano em relação ao seu patrimônio, você tem que sempre se submeter ao Condephaat. As coisas que você está querendo fazer, alterar e tudo mais, ele não pode fazer [...]. Normalmente o Condephaat não deixa fazer muita coisa, assim, em relação a fachadas. Normalmente em centro histórico quando o imóvel é de importância para preservação, tem que manter as características, as fachadas do jeito que ela está ou se já foi alterada tenta fazer com que ele resgate aquilo que era antes. Não é livre o proprietário, por isso muitas vezes ele não quer que o imóvel seja tombado. Quando o CONDEPHAAT ou qualquer outro imóvel, **qualquer outro bem que o CONDEPHAAT resolveu tombamento, nunca ele pergunta se o proprietário aceitaria, nunca existe isso, e eu acho que não devia, acho que deveria continuar como está, porque ele ia ter mais problemas do tombamento**, quer dizer, não ia conseguir tombamento muita coisa, o que seria uma pena. Porque hoje em dia mesmo tendo sido demolidos alguns bens tombados, são muitos poucos, mas caíram alguns — acho que por falta de preservação —, o que se mantém preservado é muito em função do tombamento, então quando se tomba é mais fácil você conseguir fazer com que o bem se mantenha do que quando não é tombado (funcionário técnico do CONDEPHAAT, entrevista concedida em 22 jan. 15, grifo nosso).

O IPHAN, que realizou em 2010, o tombamento arquitetônico, paisagístico e urbanístico de São Luiz do Paraitinga, defende o diálogo: “A gente não pode fazer o tombamento sem ter um diálogo, sem mostrar o que está acontecendo” (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez 2014). Argumenta que o convencimento, nas audiências públicas, contribui para

conscientizar sobre a importância do tombamento, ao mesmo tempo em que alerta para os deveres da comunidade em relação ao patrimônio.

Esse é um segredo que a gente (os órgãos de preservação) tem que incorporar [...] quando a gente faz esse tombamento, a gente faz de forma participativa, tendo que fazer essas audiências. [...]. É importante ter, junto desse momento de definição do tombamento, também que se tenha um plano de manutenção... “Ah! Vocês aceitam que tombem a cidade... Tá... Então como é que vocês vão manter essa cidade?” Um compromisso para o futuro, o compromisso do futuro não pode ser dado só pelo órgão de preservação se não cai outra vez na mesma situação de sermos os fiscais, os chatos, os carrascos, os que limitam. Na hora de tombamento está bonitinho o papel: “oba! que legal!” Mas na hora do vamos (ver), do dia a dia é diferente! Então eu acho também que esse é o segundo ponto que me preocupa... é essa continuidade das ações de preservação, que nunca terminam, jamais terminam no ato de tombamento ou de registro (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez 2014).

Há, porém, um avanço importante nesse sentido de estabelecer o diálogo com a comunidade e entre os órgãos do patrimônio nas duas esferas, federal e estadual. São Luiz do Paraitinga serviu de laboratório para essa prática. Em reconstruções específicas feitas na cidade, após a enchente de 2010, os dois órgãos tiveram que decidir juntos, aprovar projetos juntos, estabelecer o diálogo entre si e, por sua vez, ouvir a população.

A gente teve que aprovar os projetos deles e eles tiveram que aprovar os nossos, porque já tinham tombado, provisoriamente, então pra gente já cabia uma série de obrigações nossas em relação a eles, por causa do tombamento deles (funcionário técnico do CONDEPHAAT, entrevista concedida em 22 jan. 2015).

O caso mais emblemático — quer seja pelo simbolismo da reconstrução, quer seja pela nova técnica adotada —, que contraria cartas de reconstrução de patrimônio histórico inclusive, foi a Igreja Matriz. A reconstrução contou com a atuação do IPHAN e do CONDEPHAAT juntos — com algumas tensões — e com a realização de várias audiências públicas muito participativas, em que os luizenses conheciam a posição dos órgãos do patrimônio e deliberavam sobre a reconstrução da Matriz.

O próprio IPHAN reconhece que, a partir da experiência em São Luiz do Paraitinga, os dois órgãos amadureceram o diálogo e buscaram uma linguagem mais articulada para as questões do patrimônio.

A gente está dialogando, pelo menos na instância técnica está sendo dialogado mesmo, e a atual presidente do CONDEPHAAT e o secretário [...] dão apoio total pra gente fazer a aproximação, o que não acontecia antes... Não aconteceu em tempos atrás (funcionário técnico do IPHAN, entrevista concedida em 26 dez 2014).

A iniciativa de fazer uma espécie de garimpagem durante a limpeza nos escombros da Matriz foi do próprio IPHAN. Técnicos do órgão federal, que haviam atuado em Goiás Velho (GO) durante a enchente que destruiu o centro histórico daquela cidade, vieram a São Luiz para um trabalho que durou quase um ano.

O trabalho cuidadoso permitiu o resgate de várias imagens de madeira, principalmente as usadas nas celebrações da Semana Santa como a de Cristo morto, a de Nossa Senhora das Dores e a de Jesus crucificado — todas em tamanho natural, que, ao serem resgatadas, eram imediatamente submetidas ao trabalho de restauração.

Além dessas imagens, também foi resgatada e restaurada a imagem de São Luís de Tolosa que ficava no altar-mor e que foi apresentada aos fiéis na primeira missa ocorrida nos escombros da Matriz, em dezembro de 2010.

Um trabalho arqueológico indicou a existência de várias ossadas em muitas partes da Igreja Matriz. Algumas conhecidas, como a do padre Francisco José de Calasâncio, que foi pároco de 1861 a 1871 (CAMPOS, 2014) — que ficou popularmente conhecido como padre “Calazans” —, que ficava numa cripta encravada na parede próxima à escada que dava acesso ao coro da Igreja; algumas outras, desconhecidas, no solo, embaixo do altar.

Foi encontrada na parede da antiga sacristia uma caixa de madeira, revestida com cera de abelha (para evitar a umidade), que continha documentos e fotos datados de 1927, quando ocorreu a última grande reforma da Igreja Matriz, antes da queda em 2010.

A cápsula do tempo, como foi chamada, inspirou a Cúria Diocesana de Taubaté a encomendar para um grupo de historiadores de São Luiz do

Paraitinga a seleção de documentos, fotos e outros registros que pudessem ser colocados na nova Igreja Matriz, reproduzindo a experiência da cápsula de 1927.

No dia 10 de maio de 2014, em cerimônia privativa (por realizar-se uma semana antes da inauguração e por ter ainda restrições quanto à segurança), foi colocada uma nova cápsula do tempo atrás do altar principal da Matriz de São Luís de Tolosa. O registro da cerimônia foi colocado em ata que agora consta dos arquivos da paróquia, da diocese, e uma cópia foi sepultada dentro da cápsula (anexo A, p. 164). A imagem 25 destaca o momento em que o Pároco, Padre Álvaro Mantovani (padre Tequinho) leva a cápsula para ser sepultada.



Imagem 25. Padre Tequinho sepulta a cápsula do tempo na nova Matriz — 10 de maio de 2014.

Foto de: Jerry Rodrigues. Fonte: Acervo do autor.

Documentos sobre a reconstrução, arquivo digital com a obra do compositor Elpídio dos Santos, fotos de São Luiz do Paraitinga, partituras de músicas sacras, histórico da paróquia, edição do dia 10 de maio de 2014 do Jornal Folha de São Paulo estão entre os documentos selecionados para serem colocados na nova cápsula. Confeccionada em material acrílico, foi colocada no chão, atrás do altar-mor.

Após todo o trabalho do resgate feito na Matriz, era necessário aprovar o projeto de reconstrução, e foram muitos os debates até que essa decisão fosse tomada. Várias iniciativas promovendo debates e audiências foram realizadas para decidir coletivamente. As ideias eram partilhadas e debatidas, mesmo considerando haver discussões entre técnicos e especialistas com pessoas da comunidade que não dominavam os conhecimentos especializados, mas sabiam de seus desejos, de suas memórias e de sua identidade, e que isso também era importante naquela decisão.

As decisões tomadas coletivamente entre os órgãos ou entre os órgãos e a população serviram de aprendizado para a própria gestão do patrimônio. A Prefeitura de São Luiz, por intermédio de seu representante, analisou assim:

E a reconstrução de São Luiz do Paraitinga foi uma reconstrução coletiva, não teve nenhum órgão assim que despontou totalmente, destaco um pouquinho pro Governo do Estado, pela proximidade, mas, assim, todo mundo participou. Antes cada um vinha com seu projeto e quando deparava com São Luiz do Paraitinga, o sistema, entender a cultura, como funciona a organização da cidade, entender a importância de uma audiência pública e vários momentos críticos das audiências públicas (que) decidiram sobre o modelo da igreja, a cidade a se reconstruir no mesmo local, a questão do muro da cidade e outras questões polêmicas que aqui foi bem importante e passaram a estudar o problema de forma geral (funcionário técnico da prefeitura, entrevista concedida em 15 jan. 2015).

Silva, R. (2014) considera que a prática de debater e consultar a população sobre uma reconstrução de patrimônio histórico nem sempre foi a prática do IPHAN. Na cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, o órgão federal decidiu pelo tombamento do centro histórico, por sua característica de

manter casario de madeira, tipicamente italiano, mas gerou conflitos com os moradores pelo caráter de proibição de qualquer intervenção dos proprietários para modernizar as moradias.

Setores políticos do lugar dividiram-se entre a percepção do ato enquanto obstáculo ao desenvolvimento econômico uma vez que impediam a demolição de casario antigo e a reconstrução de áreas urbanas e centros comerciais mais modernos, e proteção das memórias, da cultura e das identidades diante dos povoamentos anteriores, com ênfase nos dois processos de imigração, açoriana e italiana (SILVA, R. 2014, p. 13).

O debate ocorrido em Antônio Prado não ocorreu em São Luiz do Paraitinga considerando a estagnação econômica do município paulista que, em nenhum momento de sua história, precisou analisar a necessidade de demolir seus casarões para uma possível modernização da praça.

O IPHAN reconhece que, a partir da gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), se adotou um novo encaminhamento na política de patrimonialização e que trazer a comunidade para o debate era parte desse novo encaminhamento.

Silva, R. (2014) considera que a adoção da educação patrimonial como uma ação do IPHAN é uma forma que o órgão encontrou para diminuir conflitos entre o atraso e a modernidade que aparecem na questão de preservar ou modernizar, lembrar ou esquecer, manter ou intervir no patrimônio, que, em essência, é uma escolha política e com interesses determinados.

Há um conflito de interesses na política patrimonial e os espaços dos agentes nas decisões não acontecem naturalmente, pelo contrário, é resultado da atuação, da participação, da definição de projetos e da possibilidade ou não de intervenções no território definido como patrimônio cultural.

O que se pode abstrair quanto às análises sobre o patrimônio é que as identidades estão relacionadas aos espaços construídos, ligando indivíduos ao local a partir de sua produção artística vinculada à vivência cotidiana da comunidade. Sob essa ótica, pode-se afirmar sua importância como um elemento de integração social. Sendo assim, urge a necessidade de se estabelecer uma discussão entre a conservação e a revitalização, já que para alguns agentes o importante é conservar, e para outros, revitalizar. Eis que dessa forma diversa surge o conflito material (a luta pela construção do espaço) e

simbólico (a luta pela definição do espaço). Apregoa-se que o processo de conservação do patrimônio histórico deve ser assumido por todos, que não cabe apenas ao Estado a obrigação de manter os sítios tombados, casarões antigos, dentre outros (SILVA, L. 2011, p. 22).

Os órgãos do patrimônio em São Luiz do Paraitinga certamente traziam aprendizados de outras ações e tinham diante de si o desafio do desastre natural como referência, talvez inédito na proporção, com impacto sobre um sítio tombado. Os desafios estavam postos.

A atuação dos órgãos do patrimônio no pós-enchente, a necessidade de decidir emergencialmente e os critérios para reconstrução e investimentos fizeram com que os proprietários de casarões e a prefeitura da cidade analisassem como era e como ficou a relação entre moradores e órgãos do patrimônio. Na fala do diretor da prefeitura, há uma consideração a esse respeito:

Hoje você é proprietário de um casarão aqui no centro, muitas vezes é uma herança familiar, vem passando de geração pra geração e tudo mais, e hoje as pessoas reclamam um pouco na questão das reformas, que já vinha esse problema desde antes da enchente e tudo mais que é a morosidade dos órgãos do patrimônio, que eles querem voltar na década de 1850 ainda — período do café —, e uma realidade hoje [...] então [outras] pessoas que decidem a vida de muitos luizenses, ouvi reclamações desse gênero: “estão tomando banho de ofurô, querendo que as pessoas voltem a 1850 tomando banho de canequinha e bacia, não permite fazer um banheiro, uma reforma interna”. Então eu vejo assim, que tem que conviver, preservar — sem dúvida — valorizar, e as pessoas terem algum incentivo, porque se não fica só o ônus pro morador e o bônus pra todo o Brasil (funcionário técnico da prefeitura, entrevista concedida em 15 jan. 2015).

Enquanto a posição do funcionário técnico da prefeitura expressa algumas insatisfações sobre a interferência externa na propriedade particular, o que denotaria um confronto, os proprietários de casarões ouvidos não percebem confrontos entre o uso da propriedade e a atuação dos órgãos; cobram uma definição melhor sobre os usos da propriedade e a ajuda técnica, mas não demonstram existir um embate:

É muito difícil manter esses imóveis, e daí a gente começa a entrar nessa relação com os órgãos, que eu acho que assim: é de fundamental importância a existências dos órgãos [...] É muito importante a gente entender que não vem do nada essa importância cultural que a comunidade de São Luiz tem. São Luiz manteve o seu patrimônio material arquitetônico por mais um século, sem ajuda e sem ser tombado. Essa questão do pertencimento já é muito importante, [...] economicamente não compensa, mas não é isso que está em jogo mesmo, não tem valor maior pra gente que é da comunidade, de se fazer parte do patrimônio, de se sentir fazendo um pertencimento. A entrada do IPHAN pra mim foi muito importante nesse sentido, como se fosse assim um reconhecimento a mais do patrimônio nacional, mas na verdade os órgãos, eles não mantêm um casarão, porque eles ajudam a preservar, eles põem os limites que são importantes, porque senão tem pessoas que não têm consciência. Então, pra mim, a importância desses órgãos, ela tem que sair dessa função de fiscalização [...] mas conseguir ajudar os moradores a realmente manter, porque hoje em dia é muito difícil, porque é muito caro pra você manter (proprietário de casarão, codinome CORUJA, entrevista concedida em 30 dez. 2014).

Outro morador refere-se assim à relação com os órgãos do patrimônio e sua atuação, considerando reformas antes e depois da enchente:

O Condephaat não se opôs, [...] ele teve [o casarão] uma mudança de eixo de corredor, o corredor do pavimento, na ala do imóvel do pavimento superior, na área de serviço que seria cozinha e banheiro, o corredor era lateral, o meu avô deslocou esse corredor e colocou ele central pra você ter a maior possibilidade de ter mais quartos com janela e o próprio banheiro com janela, porque o grande problema dessas obras é que muitas vezes os quartos não tem ventilação natural, não tem iluminação natural, você só tem janelas na fachada principal e nos fundos, a circulação de ar, ela é dificultosa por conta disso, [...] porque de qualquer forma eu não vou conseguir remeter com muita propriedade conforme era o imóvel, aí sim eu corro o risco de criar um falso histórico, porque é na questão do patrimônio onde começa a dúvida para o restauro (proprietário de casarão, codinome JOÃO-DE-BARRO, entrevista concedida em 10 fev. 2015).

Outro morador, ainda, observa a preocupação do CONDEPHAAT com a fachada embora, por vontade da família, nunca houvesse a intenção de fazer alteração considerável, mesmo na parte interna, nos traços originais do casarão:

Eu acho que não houve nenhum obstáculo, nenhuma coisa nesse sentido. Até porque na parte superior do casarão foi

mantido exatamente como era antes, não houve nenhuma reforma que desrespeitasse os traços antigos né, anteriores do prédio. Quanto à parte inferior, que é a parte térrea do casarão, eles só — pelo menos o que minha mãe conta — eles só disseram o seguinte: “na parte externa a fachada tem que ser mantida, no interior vocês podem fazer as alterações necessárias” (ex-proprietário de casarão, codinome ÁGUIA, entrevista concedida em 23 jan. 2015).

Uma característica marcante é a percepção dos moradores em manter o patrimônio, muito antes do tombamento, porque guardavam relações afetivas muito fortes com a história da família, que adquiriu aquele bem imóvel. Mesmo após o tombamento esses moradores não encontraram nos órgãos responsáveis nenhum conflito sério, até porque, como revelam as falas dos proprietários, a preocupação em preservar já era uma conduta, não precisou ser imposta.

Além das construções dos prédios destruídos houve uma preocupação de órgãos do patrimônio em dar oportunidades para que outros projetos se desenvolvessem na cidade, como uma forma de estimular artistas populares a registrarem também o patrimônio cultural da cidade.

Silva, R. (2012) menciona investimentos do Ministério da Cultura por meio do Programa Cultura Viva, que permitiu a projetos de São Luiz do Paraitinga receberem financiamento — de forma especial, por causa das circunstâncias em que a cidade vivia.

Alguns projetos foram contemplados, mas, antes de serem selecionados, apareceu, entre os possíveis candidatos, uma espécie de disputa velada. Os locais de reunião era uma informação quase privilegiada. Os artistas ou as pessoas que desenvolviam projetos que poderiam receber financiamento ficavam sabendo da possibilidade de inscrição sempre por ouvir dizer que alguém havia dito que haveria uma “tal” reunião (SILVA, 2012).

Os próprios pontos de cultura pareciam clube de amigos ou projetos de família. A necessidade da redação técnica dos projetos, de ligação com alguma entidade com no mínimo dois anos de existência como organização ou ligada a alguma organização, enfim, as exigências burocráticas, fazia uma seleção em si mesma, mas ainda assim, Silva, R. (2012) identifica uma disputa por verbas e projetos, rivalizando pessoas ligadas às práticas culturais do

município, não necessariamente atingindo os grupos populares —, teoricamente os mais indicados a receber os financiamentos.

A institucionalização dos projetos se dá através de dispositivos de racionalização das ações (planos, estratégias, objetivos político-organizacionais) [...]. Porém, estes projetos exigem agenciamentos em um campo de disputas individuais e forças postas no âmbito local, os quais são realizados desde relações pessoais, familiares, profissionais e políticas de seus proponentes. Estas disputas e concorrências reorganizam as “forças plurais” na cidade, personalizando a identificação entre o projeto e seu idealizador (SILVA, R. 2012, p. 133).

Outro aspecto que o autor enfatiza é o de que os projetos aprovados tinham mais uma preocupação midiática e comercial do que necessariamente dar destaque a manifestações da cultura popular na cidade.

A preocupação comercial traz também para o debate e os possíveis conflitos a questão do turismo em São Luiz do Paraitinga. Se já havia conflitos entre as ações do poder público municipal para fomentar o turismo e de alguns pesquisadores — considerando as interferências no espaço urbano e suas representações —, que vinha desde a aprovação do estatuto de Estância Turística do Estado de São Paulo¹³ para a cidade, esses conflitos aumentaram após a enchente e no processo de reconstrução.

As territorialidades são construídas no processo de evolução socioespacial, onde alguns agentes que perfazem essa dinâmica, ou seja, as práticas sociais, o mercado turístico e as estratégias e discursos políticos, a valorização e a institucionalização patrimonial ganham destaque nas políticas direcionadas aos novos usos que serão dados aos territórios desses lugares. A ação desses agentes acaba desencadeando em alterações na paisagem, que, ao ser direcionado para o uso turístico, apresenta alterações nas práticas socioespaciais (SANTOS, 2010, p. 136).

Desde 2002, a cidade recebe verbas específicas para investimento em infraestrutura urbana, com vistas a atender o desenvolvimento de uma estância turística. Santos (2010) critica o uso do patrimônio cultural como puro objeto turístico e, conseqüentemente, a utilização do espaço urbano para melhorar a condição dos turistas, tirando da população local espaços

¹³ Lei Estadual de São Paulo n. 11.197, de 5 de julho de 2002 (SANTOS, 2008).

consagrados de práticas do seu saber-fazer, que, remodeladas, perdem sua identidade e seus significados, tornando-se, muitas vezes, uma mercadoria turística.

Com a transformação da cidade em Estância Turística, visando atrair um maior número de turistas, foram iniciadas uma série [sic] de intervenções urbanas na cidade, em áreas que sustentavam ricas práticas de sociabilidades locais como a Praça Oswaldo Cruz e o Mercado Municipal, sem levar em conta que estas áreas terão suas funções e seus usos cotidianos alterados, podendo desencadear um resultado inverso do esperado pelo poder público, ou seja, o dismantelamento de grande parte da expressão cultural local, que, baseada em práticas cotidianas tradicionais, expressavam um modo de vida que funciona também como um atrativo turístico do lugar (SANTOS, 2010, p. 137).

O patrimônio ganhou destaque, é referencial da história e da memória dos moradores de um lugar, gera recursos e investimentos, mas pode gerar também conflitos entre a reinvenção e a recriação de determinados símbolos em detrimento de não mais representar a realidade (SANTOS, 2010).

Assim, podemos apontar que o patrimônio cultural no Brasil vem sendo construído e preservado apenas do ponto de vista estético de apelo visual, sacralizado como um cenário, afastando-se do cotidiano do lugar. Com este processo de fetichização do patrimônio e sua refuncionalização, são criados sítios de fantasias com o intuito de substituir a realidade [...] um produto da indústria cultural (SANTOS, 2010, p. 141).

Há que se considerar, porém, que o debate deve considerar a necessidade que a cidade possui de receber esses investimentos e cada vez mais é necessário estabelecer mecanismos de participação e deliberação da comunidade e dos agentes públicos para analisar os impactos desses investimentos.

Já Santos (2008) enfatiza a importância do turismo para legitimar a atuação de grupos musicais, como as apresentações de grupos de moçambique ou a distribuição do afogado na Festa do Divino, e, assim, dar visibilidade nacional ao que se realiza secularmente na cidade.

Sem perder de vista a necessidade de planejamento estratégico, de valorização da cultura popular e de valorização dos espaços de manifestação

dos grupos culturais da cidade, há que se considerar a melhoria da atividade econômica desde a “descoberta” de São Luiz como Estância Turística (SANTOS, 2008).

O grande trunfo do turismo em São Luiz do Paraitinga é o da constituição de uma sólida tradição das manifestações ligadas à cultura popular. Caso a cidade não apresente mais o mesmo apelo e espaço para essas manifestações, pode não só colocar em risco a continuidade de muitos grupos populares e de um modo de vida diferenciado, como contribuir para a falência do próprio avanço turístico que se assenta — antes de qualquer coisa — sobre as tradições culturais e os eventos relacionados (SANTOS, 2008, p. 151).

O afluxo cada vez maior de turistas coloca o patrimônio — que é o vetor do turismo na cidade —, ou deveria colocá-lo, no centro das atenções. Algumas iniciativas foram tomadas para dar respaldo legal a algumas ações de preservação do patrimônio na cidade, como a criação de leis municipais que permitem o tombamento por parte do município de algumas práticas, como o Canto do Brão¹⁴ e a Cavahada de Catuçaba¹⁵; e, também há a possibilidade de que algumas capelas rurais possam receber o tombamento como um bem material do município.

Apesar de algumas iniciativas, a indústria do turismo merece ser objeto de estudos, de análise do poder público, de cuidados quanto às iniciativas na área e, principalmente, dar ao Conselho Municipal do Patrimônio o poder de discutir e debater com especialistas os projetos que tratem da questão.

Em muitos momentos alguns grupos na cidade “encenam” um desfile de Carnaval, com banda e bonecos, pelas ruas do centro histórico para acompanhar turistas que desejam conhecer como um desfile de blocos ocorre na época do Carnaval. Estimulado, muitas vezes, pelo poder público municipal,

¹⁴ Lei 10.652 de novembro de 2013 — dispõe sobre o tombamento imaterial do Canto de Brão e dá outras providências. O Canto de Brão caracteriza-se por cantigas entoadas quando ocorre a realização de um mutirão para a execução de alguma tarefa na zona rural. Cantado em duplas, as cantigas são feitas por uma linguagem improvisada e cheia de metáforas, em que é cantado um enigma que deve ser decifrado ao longo do dia de trabalho. É uma espécie de jogo cantado de adivinhação (SANTOS, 2015, p. 79).

¹⁵ Lei 1059 de dezembro de 2002 — dispõe sobre o tombamento da Cavahada de São Pedro de Catuçaba e dá outras providências. A Cavahada já tinha sido tombada pela Câmara Municipal em 2002, sendo ratificado pelo Conselho Municipal recentemente.

não consideram o fato de retirar a manifestação cultural de seu contexto próprio para teatralizá-la em qualquer época, apenas por conveniência.

Mesmo admitindo a natureza dinâmica da cultura, é importante salientar que a refuncionalização turística contemporânea vem se sobrepondo aos modos de vida do lugar, aos calendários festivos, aos rituais e à vida no campo. Ao impor verticalmente uma nova função às práticas culturais, o poder público vem sendo um vetor que está acelerando a descaracterização da cultura, desvirtuando-a em função de resultados econômicos de curto prazo. O patrimônio cultural está ficando à mercê do tempo do entretenimento (SANTOS, 2015, p. 80).

O debate específico sobre o turismo não é, como já demonstrado, o objetivo deste trabalho que não vai tratar pormenorizadamente a questão, mas há de considerá-lo relevante no contexto que vive São Luiz do Paraitinga. Após a abertura de um mercado de trabalho em que absorveu mão-de-obra em obras relevantes, em seis anos de reconstrução passados, obviamente, essa demanda diminuiu consideravelmente e, agora, cabe começar a analisar como se dará a sustentabilidade econômica do município.

Embora ainda não de forma estruturada e consistente parece haver concordância de que o turismo é um caminho para o desenvolvimento sustentável da cidade. Qual tipo de turismo, em que condições e com qual relação entre as vantagens econômicas e a preservação do patrimônio cultural é a questão que uma pesquisa, que especifique esse tema como objetivo central precisará tratar.

A reconstrução de São Luiz do Paraitinga ocorreu com base em conflitos e debates, já citados aqui, como a reconstrução das igrejas e dos casarões; a construção do conjunto habitacional; o protagonismo ora do IPHAN, ora do CONDEPHAAT na reconstrução de determinados imóveis. Isso permite pensar nos inúmeros aspectos que aparecem nas discussões sobre o patrimônio, particularmente, quando há a decisão de fazer os investimentos — demonstrados aqui com as cifras investidas em São Luiz do Paraitinga —, e quando os agentes públicos, como secretarias de Estado e Prefeitura Municipal, aparecerem para propor, decidir e gerir esse investimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo específico analisar os sentidos da patrimonialização de São Luiz do Paraitinga e a percepção dos proprietários de bens tombados quanto à preservação e à reconstrução desses bens, quer seja de uso particular, quer seja de uso coletivo.

É possível considerar os sentidos da patrimonialização como uma decisão política quando se trata dos órgãos do patrimônio, mas que tem se tornado, cada vez mais, também uma decisão coletiva.

Foi possível identificar que existe uma relação entre a atuação dos órgãos do patrimônio e os conflitos que emergem quando os aspectos econômicos aparecem, quer sejam nos custos de manter um patrimônio preservado, sem autorização para qualquer alteração nos espaços e funcionalidades nesses bens, quer seja nos investimentos no espaço em torno desses bens tombados, que visam atender ao uso do patrimônio histórico como atrativo turístico.

A questão não se restringe simplesmente em manter os bens construídos ou preservar o espaço, outras questões aparecem com força quando se discute a finalidade de um tombamento. O tipo de turismo que se quer promover e quais os impactos que ele causa na vida da comunidade são importantes. Também foram considerados aspectos como a promoção do espetáculo turístico e as reformas no espaço público e constatou-se que, muitas vezes, eles descaracterizam o uso coletivo e tradicional que a própria comunidade fazia daquele território.

Conciliar as ações de preservação e o uso da coletividade sobre esses espaços é um tema importante que este trabalho não se propôs a discutir, mas que apareceu por conta da reconstrução de São Luiz do Paraitinga e sua perspectiva para o futuro. Esse, certamente, é um tema pertinente, que poderá ser provocado por esta pesquisa e poderá ter desdobramentos em outras discussões.

A decisão política que pesa sobre a patrimonialização é simbólica para os usos que se quer fazer do patrimônio. Os próprios conflitos e os

múltiplos atores que aparecem cada vez que o tema é proposto corroboram os sentidos da patrimonialização no Brasil e os interesses nela envolvidos.

Também foi possível perceber que os órgãos do patrimônio adotaram posturas mais democráticas nas decisões tomadas em São Luiz do Paraitinga, para a reconstrução da cidade, após a enchente de 2010. O aspecto que apareceu como decisivo foi a comoção causada durante a cheia do rio Paraitinga, principalmente por causa da destruição da Igreja Matriz, que se tornou emblemática para todo o processo de reconstrução.

Os depoimentos coletados deixam transparecer os conflitos constantes em torno das decisões, não apenas em torno da reconstrução da igreja que suscitava maior interesse e acompanhamento. Havia investimento estadual e federal para a reconstrução da cidade e, conseqüentemente, a intenção de interferir nas decisões quanto a esses investimentos. Os órgãos do patrimônio destacaram-se no processo, mas não foram os únicos atores, afinal, na construção da Igreja Matriz, por exemplo, a Cúria Diocesana, o IPHAN, o CONDEPHAAT, a Secretaria Estadual da Cultura, o CERESTA — criado em São Luiz para acompanhar a reconstrução — e a população estavam presentes no debate sobre a reconstrução.

Na entrevista realizada com o representante do IPHAN, ele frisou que a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2008) promoveu uma reformulação nos processos de patrimonialização e investiu numa política que pretendia chegar até as comunidades, para dar a elas o protagonismo em todos os temas relacionados ao Ministério, mas, especialmente, nas questões da patrimonialização.

O exemplo da cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, serviu como contraponto para analisar a atuação do IPHAN. A população da cidade gaúcha não aceitou bem a interferência do órgão federal, que limitou ou proibiu qualquer interferência na área tombada, o que prejudicava — na visão dos moradores — o desenvolvimento da cidade.

Para o caso de São Luiz do Paraitinga, os depoimentos dos proprietários de casarões não demonstram que o órgão estadual do patrimônio, que coordenou e fiscalizou a política de patrimonialização na cidade desde a década de 1980 — quando ocorreu o tombamento estadual —, tenha interferido

de maneira a incomodar possíveis decisões. Considera-se que o fato de ter havido uma estagnação econômica do município ao longo de todo o século XX tenha impedido momentos de maior divergência, que poderiam ter aparecido se houvesse a pressão por transformações urbanas mais agressivas.

Este trabalho permitiu apreender destes proprietários de casarões que preservar os sobrados, construídos na segunda metade do século XIX, é uma questão afetiva, de pertencimento, de história familiar. Por isso, concluímos que a patrimonialização foi, para os luizenses, apenas o reconhecimento de algo que eles já sabiam, que é a importância de preservar bens culturais que marcam um período histórico.

A decisão de dar a São Luiz do Paraitinga a condição de Estância Turística, tomada em 2002, suscitou debates sobre os investimentos na cidade e sobre a indústria do turismo. Foram oito anos entre as primeiras verbas para investimento no desenvolvimento da cidade como estância turística e a enchente de 2010. Um marco histórico importante para fazer a comunidade falar do patrimônio como sentimento e não mais como atrativo turístico. As obras que vinham sendo realizadas não levavam muito em consideração o uso do espaço da própria comunidade, eram mais voltadas ao uso que o turista poderia fazer desse mesmo espaço.

A enchente fez esse debate aparecer. O patrimônio pertence a quem? Se a resposta é que ele pertence às pessoas, à comunidade que o construiu, inventou as tradições e é detentora dessa cultura, então, as decisões precisam ser claras e coletivas. Não é deixar de lado os aspectos técnicos e os conhecimentos necessários para pesquisar e tratar do patrimônio, mas é trazer os especialistas para junto da comunidade, que é a guardiã desse patrimônio.

Como já foi demonstrado, o IPHAN reconhece como uma norma recente a promoção do debate mais ampliado e junto à comunidade para decidir sobre a patrimonialização. Isso permite entender que os sentidos de pertencimento, de cultura e de memória passam a ser relevantes nas decisões dos órgãos que cuidam do patrimônio. Deixou de ser algo puramente técnico e especializado para tornar-se uma decisão que leve em conta os sentidos de patrimônio para a comunidade que receberá os impactos dessa decisão.

Tendo essa disposição de considerar o pensamento da comunidade envolvida no processo de patrimonialização, tanto o IPHAN quanto o CONDEPHAAT precisam praticar essa política, principalmente numa cidade atingida por um desastre natural.

São Luiz do Paraitinga trouxe para as decisões sobre o patrimônio algumas preocupações que já estavam na vanguarda do pensamento sobre a cultura e a ação dos órgãos governamentais, desde a década de 1930, e que permanecem como desafio até nossos dias. O debate sobre os sentidos de patrimonializar e preservar bens de natureza dinâmica e em transformação está entre os aspectos mais importantes, atualmente, nas ações que cercam o tema e já estavam no pensamento de vanguarda de Mário de Andrade.

A Constituição Federal de 1988 tornou mais clara a premissa de que todo patrimônio cultural que será patrimonializado deve, antes, ser inventariado, permitindo uma abrangência maior e mais coletiva na sua definição e dando oportunidade para que grupos específicos reivindiquem o direito de patrimonializar o que entendam ser um bem cultural importante.

Pode-se concluir que essa decisão de fazer um levantamento meticuloso e cuidadoso dos bens culturais, para fazer o inventário que dará subsídios para decidir pelo tombamento, é um aspecto importante, mas que traz em si mesmo um conflito. Dependendo da metodologia envolvida nesse processo, o critério para a escolha dos agentes que colaborarão com o levantamento de informações e dos documentos em que a pesquisa buscará os dados para o inventário já será uma forma de interferência e seletividade no processo tombamento. Não é uma tarefa simples trazer a comunidade para debater a patrimonialização.

A experiência das audiências públicas em São Luiz do Paraitinga, para a reconstrução, permitiu analisar até onde a população quer efetivamente participar. Não se adota a postura ingênua de imaginar que a população luizense é especialmente comprometida com o patrimônio como nenhuma outra no Brasil. Havia na cidade um elemento importante: o impacto da enchente e os símbolos de identidade que ela destruiu.

CONDEPHAAT e IPHAN adotaram, em São Luiz do Paraitinga, uma visão de patrimonialização que já estava prevista na legislação, mas que

começou a sair do papel por iniciativa de alguns setores ligados ao patrimônio. Destacou-se neste trabalho o depoimento do representante do CONDEPHAAT, que afirmou que ouvir a população pode impedir que bens patrimoniais importantes sejam tombados, porque o tombamento afeta diretamente o direito de propriedade sobre o imóvel.

É um aspecto importante que envolve a patrimonialização, mas, por outro lado decidir pelo tombamento sem que a comunidade envolvida participe do processo pode significar o desperdício da oportunidade de educar para o patrimônio.

Os dois órgãos que atuaram em São Luiz abriram mão da visão mais comum a respeito do patrimônio material construído, exatamente porque havia a decisão de reconstruí-lo. Todas as decisões sobre manter os remanescentes, destacar os remanescentes na nova construção, reconstruir e recompor a paisagem, permitir réplica ou não de uma construção emblemática como a Igreja Matriz, lidar com a questão da reconstrução como legitimação de um falso histórico estavam presentes. Eram muitas as decisões e muitos os desafios que a patrimonialização cobrava.

As decisões tomadas foram resultado de conflitos e divergências. Este trabalho cuidou em demonstrar que o debate público foi importante, que a população fez questão de dizer como queria a reconstrução da igreja Matriz, mas não deixou de analisar as divergências.

Consultar a população, em audiências públicas, sobre qual o melhor projeto para a reconstrução da igreja derrubada pela enchente, com concordância do governo federal, do governo do estado de São Paulo, da Secretaria da Cultura, do IPHAN, do CONDEPHAAT, da Cúria Diocesana de Taubaté e da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, foi importante para marcar um novo momento no debate sobre a patrimonialização, afinal, o que o sentimento das pessoas revela sobre seu patrimônio também é muito importante. Não é mais uma decisão puramente técnica, é uma decisão de pertencimento e memória.

O projeto de reconstrução da igreja ficou muitos meses sendo discutido. Durante esse período, a discussão teve momentos e tons polêmicos e contundentes. Alguns especialistas manifestaram-se de modo indignado em

relação ao que vinha sendo considerado, como a réplica da igreja, por exemplo. O representante do IPHAN usou o termo “acinte” e que estariam transformando a cidade em uma “Disneylândia”, para se referir à opinião de especialistas sobre o que foi decidido para São Luiz. A defesa para esse posicionamento de considerar a opinião da comunidade era a simbologia do que foi destruído, o desastre natural impactante, a destruição de um espaço de convivência e de pertencimento na vida das pessoas.

A igreja seria uma réplica. Tomada essa decisão, o debate passou a ser como ficaria o tratamento dos remanescentes e a modernização do espaço. Deixar a nave central sem as paredes laterais atrás dos altares, para destacar os remanescentes foi uma tese. Novamente considerando a fala do representante do IPHAN, a “briga” foi para convencer os defensores dessa iniciativa de que a igreja não seria um espaço museográfico apenas, ela voltaria a receber a comunidade para celebrar missas, casamentos, batizados, enterros e, por ser um espaço de assembleia, não poderia perder sua funcionalidade. Essa foi a tese que prevaleceu.

Esses aspectos estão sendo aqui considerados para reafirmar a importância de convencimento e de argumentos para uma decisão que envolva o patrimônio. Não cabe opinar, concordando ou não com o que foi decidido, mas cabe refletir sobre a importância de ampliar os espaços de participação, envolvendo os especialistas sempre, mas ouvindo a comunidade obrigatoriamente.

O luizense demonstrou com a decisão de ter a igreja de volta, guardando dentro dela tudo o que restou da antiga Matriz, que o patrimônio é, acima de tudo, aquilo que guarda sua história e que permite dar sentido aos símbolos importantes de uma comunidade. É a mesma decisão que sempre esteve com proprietários de casarões, que já haviam decidido — muito antes de existir IPHAN e CONDEPHAAT — que os casarões deveriam ser mantidos, preservados, reestruturados e restaurados para que não desabassem, afinal, bem mais que um imóvel, era um patrimônio da família, era a história e a luta dos antepassados, era a memória dos avôs e das avós que se mantinha naquele imóvel.

Outra questão importante neste trabalho foi analisar a decisão de fazer o tombamento nacional de São Luiz do Paraitinga, levando em conta não só a arquitetura, mas também a paisagem, a natureza, os morros, o rio, as ruas, a urbanização, os vazios, enfim, tomar o conjunto urbano e não apenas os prédios históricos — tomada pelo IPHAN; ela é, em si mesma, uma decisão que denota um novo caráter da patrimonialização de bens culturais. Ela está no conjunto das mudanças que o processo passa em âmbito nacional e que faz de São Luiz um importante estudo de caso.

O tombamento isolado dos prédios, que fez por muitos anos os luizenses repetirem que tinham o maior conjunto arquitetônico tombado do estado de São Paulo, acabava permitindo que o entorno dos casarões do centro histórico sofresse algum tipo de intervenção. Decidir pelo tombamento de toda a área em volta do centro histórico significa dizer que todas as decisões de infraestrutura urbana, a partir do tombamento nacional, precisam ser consideradas pelo seu impacto na urbanização de São Luiz do Paraitinga.

Com a reconstrução ainda em processo, levará mais algum tempo para perceber na prática o que exatamente isso significa. Ainda será preciso aguardar mais tempo também para analisar o alcance das audiências públicas nas decisões, se elas continuarão acontecendo e se terão o mesmo apelo e adesão agora que a enchente vai sendo, cada vez mais, um momento histórico. Não será preciso, porém, esperar tempo algum para afirmar que as decisões políticas abrangem bem mais que os interesses puramente históricos, culturais e da comunidade e que, em algum momento, elas pesarão sobre as regras de tombamento.

Para os bens de uso coletivo — como os que foram atingidos em São Luiz e agora passam por restauração ou reconstrução —, sua importância está em manter na memória e na história a mesma rua da infância — da infância pessoal até chegar à infância do trisavô. É manter na memória a mesma igreja das celebrações participadas pelos avós, pelos pais, por si mesmos, pelos filhos e pelos netos e a mesma igreja que celebrou o batismo de Oswaldo Cruz e de Aziz Ab'Saber. É, na memória, a Matriz dos casamentos, das primeiras comunhões, das crismas e das missas de corpo presente. Um patrimônio, portanto — mesmo que os órgãos que determinam se aquele espaço é ou não

um bem que deve ser tombado como tal não o considerassem assim ou mesmo que só houvessem determinado isso há pouco tempo.

São esses aspectos que este trabalho buscou considerar. Se os tombamentos — o estadual em 1982 e o nacional em 2010 — tivessem levado em conta apenas o fato de São Luiz do Paraitinga ter as mesmas ruas, os mesmos prédios, as mesmas igrejas, os mesmos contornos do início de sua criação como vila, mas não levassem em conta o que a população local achasse disso e dissessem aos luizenses: “agora sua cidade é reconhecida como patrimônio do Brasil!”, para quem nasceu em São Luiz do Paraitinga essa notícia seria apenas o reconhecimento de algo que eles já sabiam desde sempre. Ainda que os luizenses não soubessem que era assim — patrimônio histórico e cultural — que denominavam o amor por manter tudo aquilo que ajuda a contar sua história.

A história da cidade que nasceu com um planejamento urbano, por causa da política de Portugal, por volta de 1769, que considerava que as novas vilas tinham que cuidar de seu embelezamento, cuidou em tornar-se bela. *Um patrimônio urbanístico dos luizenses.*

O ciclo do café no Vale do Paraíba, que permitiu a São Luiz, a partir de 1850, encontrar desenvolvimento econômico praticando a agricultura de subsistência, que atendia às cidades vizinhas que produziam grande quantidade de café, permitiu a construção de uma igreja Matriz imponente, uma praça planejada e sobrados a sua volta, ostentando o poder econômico e político de alguns luizenses. *Um patrimônio arquitetônico dos luizenses.*

As festas religiosas seculares, como a festa do Divino, que envolve todo o município na preparação de um evento que traz em si uma religiosidade forte e um espírito de fé comovente deixa aparecer, ao mesmo tempo, a cultura popular com toda a sua força. É a novena concorrida, o pagamento das promessas, a oração pelo trabalho no campo, a comida distribuída a todos como a partilha generosa dos bens coletivos, a manifestação pública de louvor ao Divino Espírito Santo. *Um patrimônio da fé e da cultura luizense.*

É a São Luiz do Paraitinga histórica que apareceu neste trabalho e que, por esse motivo, possibilitou analisar o processo de reconstrução da cidade, desde os investimentos feitos pelos governos de São Paulo e pelo

governo federal em obras de infraestrutura até analisar a reconstrução da memória luizense, considerando-se a historicidade do processo de constituição da identidade do município e seus habitantes.

As iniciativas em contar sobre a memória, em buscar fazer da história um dos alicerces da reconstrução, demonstram muito sobre as razões que fazem a cidade, seis anos após a enchente, ter orgulho do que já reconstruiu.

A criação do CERESTA, a produção do documentário “Memória Luizense”, a colocação da cápsula do tempo na Matriz foram citadas neste trabalho como referenciais para muitas outras iniciativas da mesma natureza que cuidou da memória. Foram destacados os aspectos que envolvem a narrativa histórica e a seleção da memória individual para inventar um momento de glória e de superação, mas ao mesmo tempo, procurou-se destacar a importância de reconstruir uma cidade a partir do seu patrimônio histórico construído, assim como a partir da história e da memória coletiva.

Neste trabalho, levou-se em conta a oportunidade temporal de sua realização. A proximidade com o fato histórico cronologicamente, a intensidade das decisões e dos debates no momento em que eles acontecem e o envolvimento do pesquisador com o lugar pesquisado aparecem aqui. Há que se considerar, porém, não como defesa, mas como constatação, que este trabalho não escondeu esses aspectos. Desse modo, espera-se que sirva, certamente, para outros trabalhos encontrarem aqui aspectos relevantes que poderão ser analisados por outros caminhos. A oportunidade e o tempo histórico sempre estarão a serviço da pesquisa, que não termina, porque o tempo não para.

São Luiz do Paraitinga pode ser apenas mais um estudo de caso, academicamente falando, mas pode ser considerada também um objeto para diferentes tipos de estudos, porque, se antes da enchente de 2010 já era um campo de trabalho para muitos pesquisadores, depois dela, tem sido uma referência para analisar um novo sentido que vem sendo dado aos estudos sobre patrimônio histórico e memória dos luizenses.

Nesse sentido, do ponto de vista do trabalho, fica evidenciado que os sentidos da patrimonialização na reconstrução de São Luiz do Paraitinga estão presentes na Igreja Matriz como réplica daquela que ruiu em janeiro de 2010. Estão presentes no projeto da nova biblioteca, que gerou polêmica porque, não

lembra o meio sobrado que a mesma enchente derrubou. Estão presentes no novo conjunto habitacional que reuniu luizenses de diferentes níveis sociais, rediscutindo o uso do espaço. Estão presentes na festa do Divino, que não parou, nem mesmo em 2010, quando a praça da Matriz não tinha nada, nem ao menos a Matriz, como que querendo dizer que a ausência de um prédio não pode superar o símbolo que ele representava. Estão presentes na preocupação com os relatos da memória, que buscam trazer de volta a história que o rio Paraitinga tentou levar nos documentos, livros, fotos, registros, móveis, imagens, mas não conseguiu levar completamente, porque as pessoas que formam uma comunidade, os luizenses, são, verdadeiramente, o melhor sentido do que representa um patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. *Foliões: festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século: 1885-1915*. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

ABREU, R. *A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. Culturas locais e conhecimentos tradicionais*. Disponível em: http://reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/10-inovacao_cultura-patrimonio_e_educacao.pdf. Acesso em: 27 out. 2015.

BARBALHO, A. A Agonística da Memória e do Patrimônio em tempos de Noopoder. In: *Políticas Culturais em Revista*, p. 109-124, 2013.

BARROS, J. A. *História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço*. In: *Mouseion*, v. 3, n. 5, jan-jul/2009.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê Círio de Nazaré*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

_____. *Reconstituição e restauração da Capela de Nossa Senhora das Mercês – São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Iphan, 2012.

_____. *São Luiz do Paraitinga (SP) é Patrimônio Cultural Brasileiro*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Iphan, 2010. Disponível em: <<https://casadopatrimoniopv.files.wordpress.com/2014/09/dossie-sc3a3o-luiz-do-paraitinga-iphan>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Decreto Nº 3551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DOU, 5 ago. 2000.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAMPOS, J.T. *Breve Histórico da Paróquia São Luís de Tolosa (1703-2014)*. Artigo não publicado. 2014.

CANANI, A. S. K. B. *Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013 (Ensaio latinoamericanos).

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CORREIA, A. F. *Memórias sociais e patrimônio cultural: os olhares sobre a diversidade cultural na atualidade*. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís/MA, 2007.

DELGADO, A. F. *Goiás: a invenção da cidade "patrimônio da humanidade"*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, n. 23, p. 113-143, jan/jun 2005.

DIAS, S. *Igreja Matriz ressurgue na paisagem de São Luiz do Paraitinga*. O Lábaro, Taubaté, ano CV, 2130 ed. p. 8-9, jun. 2014.

FARIA, J. C. *Paraitinga põe de pé a Capela das Mercês*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de setembro de 2011. Disponível em: <são-paulo.estadao.com.br/noticias>. Acesso em: 17 jun. 2015

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

LE GOFF, J. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmelo Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. *J. História & Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 7. ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIFSCHITZ, J. A. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar: como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, J. R. S. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as Culturas como Patrimônios*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 23, p. 9- 12, jan/jun 2005.

_____. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, I.; FILHO, M. (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUE, M. C. *Do ponto de vista do pesquisador: o processo do Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Brasileiro*. *Amazônica: Revista de Antropologia*. Belém, vol.3, n. 2, p. 324-346, 2001.

HOBBSBAWN, E.; TERENCE, R. (org.). *A invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

KUGEL, S. Carnival on a smaller stage. *The New York Times*, January 27, 2008. Disponível em: <<http://travel.nytimes.com/2008/01/2007//travel/27journeys.html>>. Acesso em 26 out. 2015.

LAKATOS, E. ; MARCONI, M. A. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, R. P. *Localizando o espaço público: gentrificação e cultura urbana*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra/Portugal. n. 83, p. 35-54, dez. 2008.

LE MOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos, 51).

LOPES, J. R.; SILVA, A. L.; SILVA, R. M. D. *O Divino, o Patrimônio e a Cidade: uma análise de modulações culturais provocadas por eventos críticos*. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, n. 47, p. 208-217, set/dez. 2011.

_____. *O Divino Retorno: Uma abordagem fenomenológica de fluxos identitários entre a religião e a Cultura*. *Etnográfica*, vol. 16 (2), p. 339-364, 2012. <Disponível em: <http://etnografica.revues.org/1526>>. Acesso em 14 nov. 2015.

MACIEL, E. S.; ALVES, C. F. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005

MACHADO, J. *Desafios contemporâneos para a gestão do patrimônio*. Disponível em: <<http://patrimoniovaledoribeira.org>>. Acesso em 23 mar. 2015.

MARCHEZIN, V. *Processos de Recuperação em Desastres: discursos e práticas*. São Carlos: Rima Editora, 2014.

MENESES, U. T. B de. *Memória e cultura material: Documentos pessoais no espaço público*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jan./jun. 1998. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/cultgen/Documentos/memoria_cultura_material_ulpiano_meneses.pdf>. Acesso em 27 out. 2015.

MONTEIRO, P. C.; OLIVEIRA, E. R. “O Prato Divino”: Um estudo sobre a culinária na festa do Divino Espírito Santo, em São Luiz do Paraitinga. In: Encontro Regional de História – O Historiador e seu tempo, Assis/SP, 2006. Anais. ANPUH/SP. Disponível em: <www.anpuhsp.org/sp/downloads>. Acesso em 27 jan. 2016.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. *O Tombamento de Iguape como Patrimônio Nacional: novas práticas e políticas de preservação*. PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção. Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015.

NEVES, L. R. *Além da Superfície: a produção das trincheiras espaciais simbólicas*. Dissertação (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2013.

NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de história da PUC-SP. São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, L. L. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEN, R. G. Considerações Iniciais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

PEIXOTO, P. *A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 70, p. 182-204, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/70/RCCS70-Paulo%20Peixoto-183-204.pdf>> Acesso em: 27 out. 2015.

PEREIRA, D. C. *Gestão Patrimonial no Brasil: o caso de São Luiz do Paraitinga*. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, p. 1-16, 2011.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Liberdade Cultural num mundo diversificado*. 2004.

SANT’ANNA, M. *Arquitetura Popular. Espaços e Saberes. Políticas Culturais em Revista*. n. 2 (6), p. 40-63, 2013. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em: 29 out. 2015.

SANTOS, C. M. P. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na Memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2006.

_____. *Territórios criados e imaginados: o turismo e a preservação do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. Complexus, Salto, SP, ano 1, n. 1, p. 130-147, março de 2010. Disponível em: <www.engenho.info>. Acesso em 27 out. 2015.

_____. *A patrimonialização de São Luiz do Paraitinga: a refuncionalização turística e a preservação do patrimônio cultural*. Cenário, Brasília, v. 3, n. 4, p. 63-82, ago. 2015.

SANTOS, J. R. C. C. *A festa do Divino de São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2008.

SANTOS, D. M. *História Gióia: olhares que contam a história da EE Monsenhor Ignácio Gióia em São Luiz do Paraitinga*. São José dos Campos, JAC Editora, 2012.

SÃO PAULO. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Bem Tombado Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Governo entrega casas e anuncia novos investimentos em São Luiz do Paraitinga. 24 set. 2010. <Disponível em: www.sp.gov.br> Acesso em 17 jun. 2015.

SILVA, A. L. *A conveniência da cultura popular: um estudo sobre pluralidade de domínios, danças devocionais e a ação dos mestres no Vale do Paraíba*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos em Pós-Graduação em Ciências Sociais, SP, 2011.

SILVA, L. G. *Patrimônio Histórico e Desenvolvimento Turístico: representações e ações dos agentes envolvidos na reconstrução de areia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, PB, 2011.

SILVA, R. M. D. *Políticas Culturais em cidades turísticas brasileiras: um estudo sobre as técnicas de vida contemporânea*. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2012.

_____. *Políticas em educação patrimonial no Sul do Brasil*. Estudos de Sociologia, 1 maio 2014. Disponível em

<www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/337/293>. Acesso em: 29 out. 2015.

TOMAZELA, J. *Biblioteca ajuda a recompor centro histórico de São Luiz do Paraitinga*. O Estado de São Paulo, 18 de dezembro de 2014 <Disponível em: sao-paulo.estadao.com.br> Acesso em 17 jun. 2015.

VAN VELSEN, J. Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado. In: FELDMAN-BIANCO (Org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE I – OFÍCIO 1

OFÍCIO DESTINADO À INSTITUIÇÃO IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL)

OFÍCIO Nº _____

Taubaté, _____ de _____ de 2014.

Prezado Senhor (a)

Somos presentes a V.S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Daniel Messias dos Santos, do Curso de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP, pesquisa a ser desenvolvida durante o corrente ano de 2014/2015, intitulada “São Luiz do Paraitinga: os sentidos e significados da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural.” O estudo será realizado com um representante do órgão nacional ligado ao patrimônio – IPHAN, um representante do órgão estadual ligado ao patrimônio – CONDEPHAAT, um representante da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga e proprietários de bens imóveis tombados na cidade de São Luiz do Paraitinga, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz da Silva.

Para o desenvolvimento desta, serão realizados: Entrevista Semi-Estruturada e Observação Participante, através de instrumentos elaborados exclusivamente para este fim. Ressaltamos que o projeto da pesquisa passou por análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovado sob o CENP/UNITAU nº - _____/14.

Certo de que podemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos no Programa de Pós Graduação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, ou pelo telefone (12) 3625-4100, ou (12) 99708-8907 (pesquisador) e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido pelo representante legal.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Coordenadora do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano:
Formação, Políticas e Práticas Sociais

A(o)

Ilmo(a). Sr(a): _____

Responsável IPHAN

APÊNDICE II
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Taubaté, ____/____ de 2014.

De acordo com as informações do ofício _____ sobre a natureza da pesquisa intitulada “São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural” com propósito de trabalho a ser executado pelo aluno Daniel Messias dos Santos, do curso Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento autoriza a realização da coleta de dados com representante deste órgão, sendo mantido o anonimato do pesquisado.

Atenciosamente,

Nome do Aluno: Daniel Messias dos Santos

Nome da Instituição: _____

CNPJ da Instituição:

Nome, cargo e assinatura do Representante legal da Instituição

APÊNDICE III – OFÍCIO 2**OFÍCIO DESTINADO À INSTITUIÇÃO CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico)****OFÍCIO Nº _____**

Taubaté, _____ de _____ de 2014

Prezado Senhor (a)

Somos presentes a V.S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Daniel Messias dos Santos, do Curso de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP, pesquisa a ser desenvolvida durante o corrente ano de 2014/2015, intitulada “São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural.” O estudo será realizado com um representante do órgão nacional ligado ao patrimônio – IPHAN, um representante do órgão estadual ligado ao patrimônio – CONDEPHAAT, um representante da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga e proprietários de bens imóveis tombados na cidade de São Luiz do Paraitinga, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz da Silva.

Para o desenvolvimento desta, serão realizados: Entrevista Semi-Estruturada e Observação Participante, através de instrumentos elaborados exclusivamente para este fim. Ressaltamos que o projeto da pesquisa passou por análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovado sob o CENP/UNITAU nº - _____/14.

Certo de que podemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos no Programa de Pós Graduação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, ou pelo telefone (12) 3625-4100, ou (12) 99708-8907 (pesquisador) e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido pelo representante legal.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Coordenadora do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano:
Formação, Políticas e Práticas Sociais.

A(o)

Ilmo(a). Sr(a): _____

Responsável CONDEPHAAT

APÊNDICE IV
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Taubaté, ____/____ de 2014.

De acordo com as informações do ofício _____ sobre a natureza da pesquisa intitulada “São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural” com propósito de trabalho a ser executado pelo aluno Daniel Messias dos Santos, do curso Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento autoriza a realização da coleta de dados com representante deste órgão, sendo mantido o anonimato do pesquisado.

Atenciosamente,

Nome do Aluno: Daniel Messias dos Santos

Nome da Instituição: _____

CNPJ da Instituição:

Nome, cargo e assinatura do Representante legal da Instituição

APÊNDICE V – OFÍCIO 3
OFÍCIO DESTINADO À INSTITUIÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO
LUIZ DO PARAITINGA

OFÍCIO Nº _____

Taubaté, _____ de _____ de 2014.

Excelentíssimo Senhor

Somos presentes a V.S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Daniel Messias dos Santos, do Curso de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP, pesquisa a ser desenvolvida durante o corrente ano de 2014/2015, intitulada “São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural.” O estudo será realizado com um representante do órgão nacional ligado ao patrimônio – IPHAN, um representante do órgão estadual ligado ao patrimônio – CONDEPHAAT, um representante da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga e proprietários de bens imóveis tombados na cidade de São Luiz do Paraitinga, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz da Silva.

Para o desenvolvimento desta, serão realizados: Entrevista Semi-Estruturada e Observação participante, através de instrumentos elaborados exclusivamente para este fim. Ressaltamos que o projeto da pesquisa passou por análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovado sob o CENP/UNITAU nº - _____/14.

Certo de que podemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos no Programa de Pós Graduação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, ou pelo telefone (12) 3625-4100, ou (12) 99708-8907 (pesquisador) e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido pelo representante legal.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon

Coordenadora do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano:
Formação, Políticas e Práticas Sociais

A(o)

Exmo. Sr.: _____

Prefeito Municipal de São Luiz do Paraitinga

APÊNDICE VI
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Taubaté, ____/____ de 2014.

De acordo com as informações do ofício _____ sobre a natureza da pesquisa intitulada “São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural” com propósito de trabalho a ser executado pelo aluno Daniel Messias dos Santos, do curso Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento autoriza a realização da coleta de dados com representante deste órgão, sendo mantido o anonimato do pesquisado.

Atenciosamente,

Nome do Aluno: Daniel Messias dos Santos

Nome da Instituição: _____

CNPJ da Instituição:

Nome, cargo e assinatura do Representante legal da Instituição

APÊNDICE VII

INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – eixos temáticos da Entrevista

1 – Solicitar que exponha sobre São Luiz do Paratinga e seu Patrimônio Histórico e Cultural.

(importa coletar dados sobre o conceito de patrimônio, aspectos que compõem a identidade local e nacional, aspectos simbólicos e subjetivos da identidade de um povo).

2 - Solicitar que o depoente exponha sobre tombamento do lugar como patrimônio Histórico e Cultural.

(importa coletar dados sobre a política de tombamento, conflitos e interferências dos tombamentos nas decisões quanto ao bem tombado).

3 - Solicitar que o entrevistado fale sobre preservação, restauração e reconstrução de um patrimônio.

(importa coletar dados sobre conflitos e conceitos de patrimônio, em que aparecerão conceitos de identidade, pertencimento e citações sobre patrimônio imaterial)

4 – Solicitar que o depoente exponha sobre perspectivas para o futuro da cidade como patrimônio histórico e cultural.

(importa coletar dados sobre a valorização do patrimônio material e imaterial, nível de confiança nos órgãos e nas autoridades que cuidam do patrimônio – por eles mesmos, pelas autoridades locais e pelos proprietários de bem tombados).

5 – Explorar alguma referência importante que tenha surgido durante a entrevista para discutir os processos de patrimonialização e percepções de identidade, nacional e local, que apareceram nos depoimentos.

ANEXO A**CÓPIA DA ATA DA BÊNÇÃO E COLOCAÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL –
CÁPSULA DO TEMPO DA NOVA IGREJA MATRIZ DA PARÓQUIA SÃO LUÍS
DE TOLOSA NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA****ATA DA BÊNÇÃO E COLOCAÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL – CÁPSULA
DO TEMPO DA NOVA IGREJA MATRIZ DA PARÓQUIA SÃO LUÍS DE
TOLOSA NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA**

Aos dez dias do mês de Maio do Ano da Graça da Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo de Dois Mil e Catorze, às nove horas, reuniram-se no local da Igreja Matriz da Paróquia São Luís de Tolosa, da cidade de São Luiz do Paraitinga, algumas autoridades civis e eclesiásticas para a cerimônia da bênção e colocação da pedra fundamental – cápsula do tempo da mesma. Na ocasião, sendo Sumo Pontífice da Igreja Romana Sua Santidade o Papa Francisco, sendo Núncio Apostólico no Brasil o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Giovanni d’Aniello, sendo Arcebispo Metropolitano da Província Eclesiástica de Aparecida o Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Raymundo Cardeal Damasceno Assis, sendo distinto e digníssimo Bispo Diocesano desta Sé de São Francisco das Chagas de Taubaté o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Carmo João Rhoden, scj, sendo Pároco desta Paróquia o Reverendíssimo Senhor Padre Álvaro Mantovani, sendo Presidente da República Federativa do Brasil a Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, sendo Governador do Estado de São Paulo o Excelentíssimo Senhor Doutor Geraldo Alckmin, sendo Prefeito desta cidade o Excelentíssimo Senhor Alex Euzébio Torres, sendo Vice-Prefeito o Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Pião, sendo Presidente da Câmara Municipal o Excelentíssimo Senhor Vereador Nivaldo Alessandro de Medeiros, sendo Juíza desta Comarca a Meritíssima Senhora Doutora Márcia Beringhs Domingues de Castro, sendo Promotora de Justiça a Excelentíssima Senhora Doutora Thaís Vasconcelos Sepúlveda e

sendo Delegado de Polícia o Excelentíssimo Senhor Renato Palma Salerno, realizou-se a celebração sob a presidência do Reverendíssimo Senhor Cônego Elair Fonseca Ferreira, Distinto e Digno Vigário Geral do Bispado de Taubaté, representando o Senhor Bispo Diocesano. A nova igreja foi construída no mesmo local onde se encontrava a antiga, edificada nos meados do século XIX, entre os anos de mil oitocentos e trinta e mil oitocentos e quarenta; este templo foi destruído pela força das águas da grande enchente que assolou a cidade de São Luiz do Paraitinga nos dias um e dois de janeiro de dois mil e dez. A antiga igreja desabou gradativamente entre a manhã e a tarde do segundo dia daquele ano, ficando ali soterrado todo seu patrimônio artístico, excetuando-se uma ou outra peça que ali não se encontravam no dia e o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, retirado do templo na véspera da catástrofe, após a última missa que ali havia sido celebrada, uma vez que o poder público municipal, à ocasião da tragédia, havia solicitado a igreja para alojar desabrigados. O acontecimento da queda da igreja foi muito sentido pelo povo luizense; para muitos, inclusive não católicos, a cidade ficou sem o seu mais importante ponto de referência. Tanto assim que, desde os primeiros dias depois da enchente, as autoridades estaduais e federais colocaram a reconstrução deste importante patrimônio como prioridade do reerguimento da cidade. Ao longo dos meses que separam o presente ato de bênção da nova pedra fundamental do dia da tragédia, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desenvolveu minucioso trabalho de salvamento das várias peças sacras do templo, recuperando grande parte do acervo, que foi encaminhada para processo de restauro, devendo integrar a nova igreja da comunidade luizense, sendo a reconstrução empreendida pelo Governo do Estado de São Paulo. Após o início da cerimônia, foi realizado o ato litúrgico da bênção e colocação da pedra fundamental desta construção, oficiada pelo Reverendíssimo Senhor Vigário Geral, estando presentes, também, o Reverendíssimo Pároco e representantes do poder público e da população luizense. Em seguida, procedeu-se a sepultura da cápsula do tempo, feita por uma comissão de historiadores luizenses, composta pelos Ilustríssimos Senhores: Professor Daniel Messias dos Santos, Professor João Rafael Coelho Cursino dos Santos, Professor José Evangelista da Fonseca, Professor Judas Tadeu de Campos, Professor Marcelo Henrique dos

Santos Toledo e Professor Marco Antonio Rio Branco. Na cápsula do tempo, acondicionada junto aos alicerces numa caixa de concreto enterrada atrás do altar- mor, foram colocados os seguintes documentos: duas vias da presente ata, depois de lida e assinada por quem de direito, fotografias, exemplares de jornais, exemplares monetários atuais, além de um artigo escrito pelo luizense (já falecido) Aziz Ab'Saber, ilustre professor e renomado geógrafo, um dispositivo digital (*pendrive*) com a obra do músico luizense Elpídio dos Santos, gentilmente cedido pelo Instituto homônimo, e uma história da Paróquia São Luís de Tolosa, fruto de pesquisa realizada pelo Professor Judas Tadeu de Campos, na qual se encontram, também, biografias de filhos ilustres da cidade, sobretudo sacerdotes, bem como dos grandes párocos que por aqui passaram desde a fundação da paróquia, principalmente os Reverendíssimos Monsenhor Ignácio Gióia e Monsenhor Tarcísio de Castro Moura, cujas memórias, por nós sempre honradas, estão vivas no coração dos luizenses. Para a maior glória de Deus Nosso Senhor e felicidade da Santa Igreja Católica Apostólica Romana, eu, _____, Padre Celso Luiz Longo, sacerdote do Clero Diocesano de Taubaté e filho desta terra, Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Belém, em Taubaté, secretário *ad hoc*, lavrei esta ata que, se estiver conforme a verdade vai comigo assinada pelo Reverendíssimo Pároco local, pelo Reverendíssimo Vigário Geral e por algumas das autoridades civis e eclesiásticas presentes à celebração. Uma via desta ata deve compor os arquivos da Paróquia São Luís de Tolosa, aos cuidados do Seu Reverendo Pároco, sendo transcrita no Livro do Tombo; outra deve ser encaminhada para os arquivos diocesanos, sendo enviada pelo Pároco ao Revmo. Monsenhor Irineu Batista da Silva, Chanceler do Bispado; duas vias, devidamente assinadas, são acondicionadas aos outros documentos supracitados junto à pedra fundamental nos alicerces da nova igreja para testemunhar à posteridade a alegria de tão memorável acontecimento. Suplicamos, enfim, aos que, um dia, encontrarem esta cápsula, que se dignem oferecer uma Santa Missa pela intenção de nossas almas.

A. M. G. D.

São Luiz do Paraitinga, 10 de maio do Ano do Senhor de 2014.

Padre Álvaro Mantovani
Pároco

Autoridades Civas e Eclesiásticas

Côn. Elair Fonseca Ferreira
Vigário Geral do Bispado
Por delegação de S. Excia. Revma.
† Dom Carmo João Rhoden, scj
Bispo Diocesano de Taubaté

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural

Pesquisador: Daniel Messias dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 36989214.0.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 949.479

Data da Relatoria: 05/02/2015

Apresentação do Projeto:

pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa do problema, que será analisar o significado de patrimônio para diferentes atores envolvidos no tombamento e na reconstrução de São Luiz do Paraitinga; possíveis conflitos relacionados à patrimonialização de um bem histórico e cultural. Entrevista semiestruturada com 07 pessoas (proprietários de casarões, representante do IPHAN, CONDEPHAAT E Prefeitura Municipal de SLParaitinga (transcrito do projeto).

Objetivo da Pesquisa:

Interpretar os sentidos e os significados da patrimonialização do centro histórico de São Luiz do Paraitinga como patrimônio histórico e artístico estadual e nacional, bem como a percepção dos proprietários de bens tombados quanto à preservação e à reconstrução de bens de sua propriedade e de bens de uso coletivo (transcrito do projeto).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atende as recomendações da Resolução 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante para a área de estudo.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 949.479

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendações da Resolução 466/12.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado anteriormente, em anexo emendas: referentes aos TCLE de todos os participantes de pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 06/02/2015, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

TAUBATE, 10 de Fevereiro de 2015

Assinado por:
Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a) em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: “São Luiz do Paraitinga: os sentidos da invenção de uma cidade como patrimônio histórico e cultural”

Pesquisador Responsável: Daniel Messias dos Santos

Telefone para contato: (12) 99708-8907

Orientador Responsável: Prof. Dr. André Luiz da Silva

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é interpretar os sentidos e significados da patrimonialização do centro histórico de São Luiz do Paraitinga como patrimônio histórico e artístico *estadual e nacional* e a percepção dos proprietários de bens tombados quanto à preservação e à reconstrução de bens de sua propriedade e de bens de uso coletivo. Os dados serão coletados por meio de entrevista semiestruturada, no qual você responderá questões sobre seus dados pessoais, profissionais e de formação acadêmica e questões abertas sobre os sentidos e significados do patrimônio, a formação identitária do luizense e seu desenvolvimento como pessoas considerando uma cidade tombada como patrimônio histórico e artístico nacional. As entrevistas serão gravadas em áudio, posteriormente transcritas, e após cinco anos, apagadas da mídia digital.

As informações serão analisadas e transcritas pelo pesquisador, não sendo divulgada a identificação de nenhum depoente. O anonimato será assegurado em todo o processo de pesquisa, bem como no momento das divulgações dos dados por meio de publicação em periódicos e/ou apresentação em eventos científicos. O depoente terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. A sua participação dará a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre os sentidos e significados da patrimonialização de São Luiz

do Paraitinga, a percepção dos proprietários de bens tombados quanto a reconstrução e a preservação de bens de sua propriedade e de bens coletivos.

Daniel Messias dos Santos

ANEXO D
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Declaração: declaro que li e que compreendi todas as informações neste documento, sanei minhas dúvidas, junto ao pesquisador, quanto a minha participação no presente estudo, ficando-me claros, quais são os propósitos da presente pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis desconfortos e riscos, as garantias de não utilização das informações em prejuízo das pessoas no decorrer e na conclusão do trabalho e na possibilidade de obter esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação não será paga, bem como não terei despesas, inclusive se decidir em desistir de participar da pesquisa. Concordo em participar desse estudo podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante a pesquisa, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido.

Taubaté/SP, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Daniel Messias dos Santos
Pesquisador Responsável